

# UNILETRAS

MAIO DE 1968 E O SÉCULO XXI

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Miguel Sanches Neto

DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Luis Fernando Cerri

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Jeane Silvane Eckert Mons

## UNILETRAS

EQUIPE EDITORIAL

Marly Catarina Soares

Lucan Fernandes Moreno

Silvana Oliveira

EDITOR DO DOSSIÊ

MARCELO SPITZNER

REVISOR ORTOGRÁFICO

Marly Catarina Soares e Natacha Iria Pereira Lopes

REVISOR DE LINGUA INGLESA

Natacha Iria Pereira Lopes

## CONSELHO EDITORIAL

|  |  |
|--|--|
| Agnès Levécot - Sorbonne - Paris                 | Maria Tereza Amodeo - PUCRS                  |
| Alexandre Soares Carneiro - UNICAMP              | Orna Messer Levin - UNICAMP                  |
| Antonio Donizeti da Cruz - UNIOESTE              | Pedro Carlos Louzada Fonseca - UFG           |
| Clarice Nadir Von Borstel - UNIOESTE             | Regina Dalcastagnè - UnB                     |
| Danglei de Castro Pereira - UEMS                 | Rosane Cardoso - UNIVATES                    |
| Fernando de Moraes Gebra - UNILA                 | Rozana Aparecida Lopes Messias - UNESP/ASSIS |
| Luciana Marino do Nascimento - UFAC              | Tânia Regina Oliveira Ramos - UFSC           |
| Luís Isaías Centeno do Amaral - UFPEL            | Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa - UFMG       |
| Marcus Vinicius de Freitas - UFMG                | Valdirene Zorzo-Veloso - UEL                 |
| Maria Cristina de Almenida Mello Laranjeira - UC | Vilson Leffa - UCPel                         |
| Maria Cristina Fernandes Salles Altman - USP     | Antonio Donizeti Da Cruz - UNIOESTE          |
| Maria Marta Furlanetto - UFSC                    |  |

## COMISSÃO DE AVALIADORES

|                                      |   |                                     |
|--------------------------------------|---|-------------------------------------|
| Allan Valenza de Silveira - UFPR     | Jane Kelly Oliveira - UEPG              | Ubirajara Araujo Moreira - UEPG     |
| Antônio João Teixeira - UEPG         | Keli C. Pacheco - UEPG                  | Valeska Gracioso Carlos - UEPG      |
| Anderson Carnin - UNISINOS           | Letícia Fraga - UEPG                    | Anderson Carnin - UNISINOS          |
| Andrea Correa Paraíso Muller - UEPG  | Ligia Paula Couto - UEPG                | Andrea Correa Paraíso Muller - UEPG |
| Clarice Nadir von Borstel - UNIOESTE | Luísa Cristina dos Santos Fontes - UEPG | Claudia Maris Tullio - UNICENTRO    |
| Claudia Maris Tullio - UNICENTRO     | Marcos Barbosa Carreira - UEPG          | Diego Gomes Do Valle - UEPG         |
| Clóris Porto Torquato - UEPG         | Maria Marta Furlanetto - UNISUL         | Giselle Cristina Smaniotto - UEPG   |
| Daniel de Oliveira Gomes - UNICENTRO | Naira de Almeida Nascimento - UFTPR     | Letícia Fraga - UEPG                |
| Diego Gomes Do Valle - Uepg          | Rosana Apolônia Harmuch - UEPG          | Ligia Paula Couto - UEPG            |
| Elódia Constantino Roman - UEPG      | Sebastião Lourenço dos Santos - UEPG    | Marcelo Spitzner - UFRA             |
| Genilda Azerêdo - UFPA               | Tânia Regina Oliveira Ramos - UFSC      |                                     |
| Giselle Cristina Smaniotto - UEPG    | Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa - UFMG  |                                     |

ISSN 0101-8698

# UNILETRAS

MAIO DE 1968 E O SÉCULO XXI

V. 40, N. 1

*Editora*  
UEPG

CAPA  
Viviane Motim

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA  
Andressa Marcondes

---

UNILETRAS (Universidade Estadual de Ponta Grossa).  
Departamento de Estudos da Linguagem - DEEL. Ponta Grossa,  
PR, Brasil, 1979 -

Anual de 1979-2007.  
Semestral 2008-.

ISSN 0101-8698 - impresso                      CCN 078192-4  
1983-3431 - on-line

---

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

### **REVISTA INDEXADA EM**

**GEODADOS:** Base de dados da UTFPR

**CLASE:** Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades da  
Universidade Nacional Autónoma de México

**RCAAP:** Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

**UNILESTE:** [www.unilestemg.br/bbl/per3-21-20.html](http://www.unilestemg.br/bbl/per3-21-20.html)

**UNIVILLE:** [www2.univille.edu.br/biblioteca](http://www2.univille.edu.br/biblioteca)

### **QUALIS CAPES**

CORRESPONDÊNCIA/DISTRIBUIÇÃO/PERMUTAS

Revista Uniletras  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Departamento de Estudos da Linguagem  
Praça Santos Andrade, nº 1  
Ponta Grossa – Paraná – 84010-919  
Fone: (42) 3220-3191  
E-mail: [uniletras@uepg.br](mailto:uniletras@uepg.br)  
<http://www.revista2.uepg.br/index.php/uniletras>

**Permutas:** [intercambio@uepg.br](mailto:intercambio@uepg.br)  
[uniletras@live.com](mailto:uniletras@live.com)

**VENDAS** - Editora e Livrarias UEPG  
Fone/fax: (42) 3220-3306  
E-mail: [vendas.editora@uepg.br](mailto:vendas.editora@uepg.br) / [livraria@uepg.br](mailto:livraria@uepg.br)  
<http://www.uepg.br/editora>

## SUMÁRIO

7 **Apresentação:** Maio de 1968 e o Século XXI

### **DOSSIÊ TEMÁTICO**

#### **MAIO DE 1968 E O SÉCULO XXI**

11 MAIO DE 68 COMPLETA CINCO DÉCADAS: UMA (JOVEM) RESISTÊNCIA QUE  
MARCA O FIM DOS ANOS 1960

Maria Julieta Weber, Sérgio Luiz Gadini e Silvana Oliveira

22 MAIO DE 68 E O SÉCULO XXI: O PENSAMENTO DE SLAVOJ ŽIŽEK

Marisa Corrêa Silva

33 DELEUZE E GUATTARI: ESQUIZOANÁLISE E MAIO DE 68

Jhony Skeika

42 1968 / 2018: A POESIA PRECISA SER COTIDIANA

Daniel de Oliveira Gomes

56 LUZ, SOMBRA E AFETOS: 'QUASE-MEMÓRIA' DA VISITA DO FOTÓGRAFO JOÃO  
ROBERTO RIPPER A PONTA GROSSA (PR)

Rafael Schoenherr, Manoel Moabis, Saori Honorato e Veridiane Parize

68 MAIO DE 1968 E JUNHO DE 2013: UMA LEITURA À LUZ DA OBRA DE HENRI  
LEFEBVRE

João Luiz Stefaniak

- 80 AS AFINIDADES SELVAGENS: MAIO DE 68, JUNHO DE 2013  
Murilo Duarte Costa Corrêa

### **TEMA LIVRE**

- 93 A ABORDAGEM DO PAPEL DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTOS NA  
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA SALA DE AULA: UM OLHAR PARA A  
DISCUSSÃO SOBRE RAÇA E ETNIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
Daiane Franciele Moraes de Quadros
- 105 O MULTILETRAMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: ALGUNS  
APONTAMENTOS EM RELAÇÃO AO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA  
Lucilea Kalva e Silvio Ruiz Paradiso
- 118 ELEMENTOS PSICANALÍTICOS EM A CONSCIÊNCIA DE ZENO, DE ITALO  
SVEVO: SUJEITO DO INCONSCIENTE E FICÇÃO LITERÁRIA  
Tarcísio Pereira Guedes, Anderson Carvalho Pereira
- 135 SEPÉ - O MORUBIXABA REBELDE (1964), UM ÉPICO MODERNO  
Ellen dos Santos Oliveira

# APRESENTAÇÃO

## **MAIO DE 1968 E O SÉCULO XXI**

Neste número da Revista Uniletras, fomos acolhidas e acolhidos para a divulgação de parte do resultado de um evento transdisciplinar realizado ao fim do primeiro semestre letivo de 2018, estamos falando do Ciclo comemorativo dos 50 anos de Maio de 1968, promovido pelos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, em Jornalismo e em Educação, Agência de Jornalismo da UEPG e Faculdades Santana, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em História e Cultura Plural. Todas as atividades do evento foram gratuitas, com direito à certificação e foi possível reunir professoras, professores, alunas e alunos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras, Pedagogia, Educação, História e Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e também de Instituições de Ensino Superior dos Campos Gerais, como o Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal e as Faculdades Santana, da mesma forma, o evento promoveu atividades que reuniram professores, alunas e alunos de escolas da Rede Pública do município de Ponta Grossa.

Entre documentários sobre vários temas associados às discussões de Maio de 1968, exposições fotográficas e debates abertos, destacamos a realização de palestras e painéis acadêmicos durante o Ciclo Comemorativo dos 50 anos de maio de 1968; no dia 07 de junho de 2018, recebemos a Prof. Dra. Marisa Correa Silva, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para a Conferência de Abertura do Ciclo, intitulada “Pensamento e Revolução nos séculos XX e XXI: Slavoj Žižek”; no dia 11 de junho de 2018, realizamos os “Diálogos em Literatura, Jornalismo e História”, com a participação dos professores doutores Daniel de Oliveira Gomes e Jhony Adélio Skeika, do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e Carlos Willians Jaques Moraes, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Em 19 de junho de 2018, realizamos o Painel “Movimentos sociais em Maio 68 e Junho 2013”, com a participação de João Luiz Stefaniak, pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEPG e do Prof. Dr. Murilo Correa, também do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEPG. Em 21 de junho de 2018, realizou-se o Painel “Maio de 68 no Paraná”, com a participação da Prof. Dra. Maria Julieta Weber Cordova e do Prof. Dr. Névio de Campos, ambos do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos alunos de Pós-Graduação em História, Eliezer Felix de Souza e Régis Clemente da Costa. No dia 27 de junho de 2018, tivemos a satisfação de receber o jornalista e pesquisador Aluizio Palmar,

para a Conferência de Encerramento do Ciclo, com a apresentação de parte da sua pesquisa no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular sobre o período da Ditadura Militar no Brasil.

A pluralidade de discussões e o alcance das reflexões realizados no âmbito deste Ciclo oportunizou também que alguns dos debates realizados se transformassem em artigos acadêmicos, os quais compartilhamos neste Dossiê temático oferecido a público neste momento.

Cada artigo traz uma reflexão sobre os desdobramentos das conquistas e demandas daquele período; o alcance das reflexões aqui realizadas se revela na medida em que percebemos que a produção de maio de 1968 ainda ecoa entre nós, naquilo que problematizou, sistematizou e deixou como desafio para o pensamento contemporâneo. Esperamos que a sua leitura possa agir como motivação e orientação para o pensamento ativo sobre o nosso próprio tempo e suas demandas por força e resistência.

*Silvana Oliveira (PPGEL)*



**DOSSIÊ TEMÁTICO**  
**MAIO DE 1968 E O SÉCULO XXI**



# MAIO DE 68 COMPLETA CINCO DÉCADAS: UMA (JOVEM) RESISTÊNCIA QUE MARCA O FIM DOS ANOS 1960

## MAY 68 COMPLETE FIVE DECADES: ONE (YOUNG) RESISTANCE REGISTER THE END OF 1960

Maria Julieta Weber\*

Sérgio Luiz Gadini\*\*

Silvana Oliveira\*\*\*

*“Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico (visto que a oposição de O anti-Édipo a seus outros inimigos constitui antes um engajamento tático): o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini — que soube tão bem mobilizar e utilizar o desejo das massas —, mas também o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz gostar do poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora”.*

*(Michel Foucault. Apud DELEUZE, Gilles & GUATTARRI, 1976).*

RESUMO: O presente texto rememora algumas das principais características que marcaram os movimentos de resistência estudantil no final dos anos 1960, particularmente as manifestações do Maio de 68. O registro de cinco décadas ('meio século') dos movimentos que são habitualmente referidos como originários da capital francesa é, aqui, um momento apropriado para traçar algumas argumentações sobre os acontecimentos que marcaram o mesmo ano de 1968 para além e distante de Paris, por diferentes razões e justificativas, levando outros milhares de estudantes às ruas por outras lutas e demandas sociais, como as manifestações que marcaram a resistência ao regime militar brasileiro no ano que entrou para a história pela edição do AI-5, que endurece a repressão aos participantes ou simpatizantes de movimentos sociais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Maio de 68; Movimentos Sociais; Resistência estudantil; Anos 1960.

---

\* Maria Julieta Weber, professora dos Programas de Pós-Graduação em História e Educação da UEPG. E-mail: julieta.weber@yahoo.com.br

\*\* Sérgio Luiz Gadini, professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. E-mail: slgadini@uepg.br

\*\*\* Silvana Oliveira, professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG. E-mail: oliveira\_silvana@hotmail.com

**ABSTRACT:** This text aims to look back on some of the main characteristics that marked the student movements of resistance in the late 60's, particularly the demonstrations in May 68. The five-decade record ("half a century") of the movements, that are usually referred as raised in the French capital, is, in this article, an appropriate moment to delineate some arguments concerning the events that marked the same year of 1968 outside and far from Paris, which, for different reasons and justifications, led thousands of students to the streets to fight different battles and claim other social demands. For instance, the demonstrations against the Brazilian military regime in this historical year when AI-5 was enacted, an institutional act that strengthened the repression against participants or supporters of the social movements in Brazil.

**KEY words:** May 68; Social movements; Student resistance; 60's.

### **BREVE INTRODUÇÃO CONTEXTUAL**

*"Em Maio de 68, a palavra foi tomada como a Bastilha foi tomada em 1789"* (Michel de Certeau)

O registro de 50 anos dos movimentos que marcaram o Maio de 1968 (a partir daqui *Maio de 68*) aponta tanto para uma perspectiva global do 'acontecimento' como para reverberações sociais em diferentes e específicos contextos.

É, pois, oportuno compreender e evidenciar as diferenciadas formas de apropriações, como diversas possibilidades de rememorações, lembranças e também argumentações em torno de impactos que, na marca de cinco décadas depois, ainda ecoam nos mais diversos espaços de expressão e opinião pública, da Europa ao continente Africano, da Ásia aos países latino-americanos.

Na perspectiva de Paul Ricoeur (2007, p. 73), há uma distinção fundamental entre a prática da memorização e da rememoração. A memorização traduz-se por "maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam disponíveis para uma efetuação [...]", constituindo-se mesmo numa "memória-hábito". Já na rememoração "ênfatisa-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento" e, nesse sentido, o ato de lembrar indica um exercício de memória.

Para François Dosse, o acontecimento Maio de 68 é representativo de uma "proliferação de sentidos". Ao argumentar sobre o chamado "retorno" das abordagens sobre o acontecimento (*événement*) nos estudos que pautam as ciências humanas, assinala para "o que acontece de novo no questionamento atual sobre o acontecimento", reforçando a fala de Michel de Certeau sobre Maio de 68, quando este apontava que "o acontecimento é o que ele se torna". A partir desse pressuposto, Dosse (2013, p. 179) assinala que

Poucos acontecimentos suscitaram tantos discursos quanto Maio 68. A força de Maio está sem dúvida nesse entrelaçamento de sentidos que torna caduca qualquer tentativa de reportar esse enigma a um sistema causal único e mecânico. Todo aniversário do acontecimento é uma oportunidade para tentar capturar as inflexões da imagem de Maio [...] Maio 68 não foi apenas um trecho da história gaulesa. A revolta da juventude foi simultânea do Oriente ao Ocidente e de Berkeley ao México. Sob o napalm, incubava a contestação, que opunha figuras de proa da rebelião: de Ho Chi Minh a Che Guevara, a tal ponto que o movimento de Nanterre escolheu o nome em referência ao movimento de 22 de março, de 26 de julho de Fidel Castro. Um forte sentimento de solidariedade dos povos em um movimento sincrônico exaltava as energias, transbordava os aparelhos.

É importante ressaltar um aspecto central nos protestos que irrompem ao longo do ano de 1968 como um “invariante geracional”, que dá o tom e norteia o papel de atuação política nos manifestos estudantis daquele ano, em diversos pontos do mundo, simultaneamente, ainda que a pauta de discussões fosse direcionada para itens relacionados à experiências culturais e políticas próprias. É nesse ponto que Rodrigues da Silva (2002, p. 64) atenta para o crescimento da categoria social estudantil enquanto “força política autônoma”, que passa a ser eminentemente representada por “grupos sociais (jovens universitários), cuja faixa etária se situa entre 18 e 25 anos”.

É certo que a greve geral dos trabalhadores desempenhou um papel fundamental, enquanto força política crucial no fortalecimento dos movimentos reivindicatórios de 1968. Entretanto, o encadeamento dos protestos marca e tensiona o protagonismo de uma geração estudantil que ganha as ruas, as praças, o espaço público, transformando-se em sujeitos referenciais nos debates e nas temáticas de estudo de uma intelectualidade que passava a engajar-se no cenário das manifestações. Abrem-se, assim, caminhos para interpretações com perspectiva de análise que tematizem a partir do papel social de indivíduos e grupos na atuação de movimentos de contestação em contraponto aos poderes hierarquizados e consolidados por valores culturais tradicionais, nucleares, em síntese, respaldados por formas de poder autocráticas e/ou de forte cunho conservador.

Compreender o *Maio de 68* é, portanto, também perceber o acontecimento que retorna, seja por meio de uma “ótica científica”, cujo estudo pode ser “transformado em indício ou vestígio”, seja abrindo perspectivas para o que pode ser “compreendido duplamente”, ou seja, “como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis” (DOSSE, 2013, p. 2), numa busca contínua em estudar com profundidade representações culturais e sociais do acontecimento em questão por meio de diferenciados recortes temáticos e contextos.

E, assim, tendo como pressuposto que uma “proliferação de sentidos” pode remeter a apropriações diferenciadas e específicas, para além de uma análise global de movimentos

estudantis/intelectuais e sindicais/trabalhistas, propõe-se abordar as possíveis reverberações deste acontecimento no contexto brasileiro, período de fortalecimento do autoritarismo imposto pelo regime militar, em que diversos estudantes/professores/trabalhadores, enfim, sujeitos que participavam de movimentos em prol da luta democrática, ora eram colocados na clandestinidade, ora eram perseguidos, criminalizados e, ainda em 2018, há que se pautar, desaparecidos.

Agora, para quem pensa e discute o *Maió de 68* no contexto brasileiro, deve-se considerar as especificidades, pois não há como ignorar que, enquanto os movimentos de contestação na América Latina tinham como principal foco de reivindicações regimes políticos autoritários, no contexto estadunidense uma crise de autoridade se fez presente desde os conflitos sociais promovidos pela sustentação da Guerra do Vietnã, acirrando-se com elementos de resistência à segregação racial e reforçados por uma onda de protestos pelo assassinato de *Martin Luther King*, em abril de 68.

Já no contexto francês, são marcas de *Maió de 68* debates em torno do consumismo dos anos 60, propiciados por uma política de modernização e estabilidade econômica no governo do general Charles De Gaulle (1890-1970), porém alicerçados em valores morais de forte apego ao tradicionalismo e conservadorismo da sociedade francesa.

Ao (re)pensar os movimentos de *Maió de 68*, é oportuno frisar que, muito embora possam tratar-se mais de movimentos de contestação do que propriamente “insurreição contra uma determinada ordem social e política”, tais focos de resistência deixam marcas e heranças culturais, propiciando o exercício de memória no que diz respeito, essencialmente, à “ideia de autoridade e de hierarquia”, já que “refutam todas as formas de poder: Estado, escola, família, sociedade e moral burguesa [...]”. (RODRIGUES DA SILVA, 2002, p. 64).

### **MOVIMENTOS ENTRE A EXPLOSÃO E A IMPREVISIBILIDADE SOCIAL**

Em qualquer lugar do mundo e contexto, atores responsáveis pela gestão ou impulso e, por outro lado, pensadores que tentam compreender as lógicas de surgimento e projeção dos movimentos sociais têm, em comum, uma aposta: à exceção da ‘velha política’ – que, via de regra, investe milhões (muitas vezes, de recursos fraudados do caixa público) para tentar conter, impulsionar ou controlar ações de interesse coletivo –, a imprevisibilidade é uma das características que marcam os movimentos sociais.

Por isso mesmo, profissionais, atores sociais e/ou intelectuais, há anos ou décadas, tentam compreender a complexidade dos movimentos coletivos, que raramente asseguram previsibilidade, desdobramento e momento apropriado para encerrar.

O movimento social como acontecimento, da mesma forma, já foi – e continua sendo – pauta de incontáveis publicações, estudos e investigações. Entre intelectuais engajados que tiveram a oportunidade (e privilégio) de presenciar, dialogar e interagir com os milhares de

estudantes que ocuparam as ruas na capital francesa – como Michel Foucault, Jean Paul Sartre, Henry Lefebvre ou os dirigentes estudantis Daniel Bensaid, Daniel Cohn-Bendit, Jacques Sauvageot e Alain Geismar – não existe unanimidade em torno dos impactos e desdobramentos das manifestações que agitaram o final dos anos 1960 no mundo.

O *Maio de 68* não se limita ao simbólico surgimento com estudantes em Nanterre (universidade na região metropolitana da capital francesa) na última semana de março e tampouco encerra quando o general (De Gaulle) retoma controle político com mão de ferro. Em diferentes países do mundo, os estudantes saíram às ruas em diversos momentos de 1968, por variadas razões. De Praga (contra a intervenção soviética na Tchecoslováquia, que ficou conhecida como ‘Primavera’) a Berlim, Cidade do México a Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, os estudantes saíram às ruas e protestaram por liberdades democráticas, contra o ensino autoritário, contra prisões e execuções arbitrárias (como ocorreu em março/68 com a morte do estudante Edson Luiz no restaurante Calabouço, no centro do Rio), na passeata dos 100 mil em junho e também contra a violência policial na cidade do México em outubro do mesmo 1968.

Na região central da capital francesa, o 10 de maio amanhecia com uma barricada com veículos virados, carteiras escolares e restos de móveis, protegendo o Quartier Latin dos ataques policiais aos estudantes. Os vários momentos que marcam o *Maio de 68* são, na maioria dos casos, apresentados de modo sintético em etapas que parecem distanciar o tempo e os modos de envolvimento dos estudantes franceses. O primeiro momento coloca um modesto grupo de universitários que questionam o sistema de ensino, a partir do Quartier Latin, bairro tradicional da capital, onde se situam centros universitários de tradicionais faculdades ainda cinco décadas depois. É o momento em que slogans criativos se destacam nas velhas paredes, entre a ocupação da Sorbonne, pedras de ruas na mão e as barricadas que visam proteger a área da ‘resistência’ emergente.

Um segundo momento coloca em cena os operários que saem às ruas em apoio aos estudantes, com uma greve geral de várias semanas, que culmina em ‘acordos’ entre patrões e dirigentes das centrais sindicais, assegurando reposição salarial e aumento que chega aos 35% do salário básico. A terceira cena ocorre, quando estudantes e trabalhadores contestam o governo do general De Gaulle, mas saem divididos do movimento, na medida em que as direções sindicais retiram os trabalhadores com a promessa de melhorias salariais. Isolados e, aos poucos, em menor número, os estudantes encerram o movimento grevista. Poucos meses depois, o mesmo cambaleante De Gaulle ganha as eleições parlamentares até o ano seguinte, quando outra crise política dá espaço a outra etapa na disputa pelo governo francês.

E como agem ou se posicionam os intelectuais em tais situações marcadas por manifestações públicas de movimentos sociais? Em Maio de 68, incontáveis filósofos, sociólogos, críticos literários, jornalistas e demais pensadores saíram às ruas, seja em apoio aos estudantes ou mesmo dialogando de forma efetiva e dirigente junto aos manifestantes.

### CONFLITOS DE UM ANTI-ÉDIPO QUE ESTÁ EM (QUASE) TODOS OS HUMANOS

No cenário francês, nomes como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari atuam diretamente no movimento francês de Maio de 68 e assumem o compromisso de reflexão posterior que o movimento exigiu. Com o livro *O Anti-édipo*, publicado em 1972, Gilles Deleuze e Felix Guattari, juntos, propõem a avaliação do alcance e dos limites do ano que não acabou. Ao referirem-se a 1968, os filósofos exercitam a superação do academicismo e da erudição fortemente questionados pelo movimento, na medida em que desejam surpreender a vida e o discurso da ação. Ao adotarem o espírito revolucionário também para o exercício da escrita, os dois filósofos e professores dão destaque para uma importante herança de maio de 68: a consciência de que o fazer revolucionário é cotidiano e íntimo.

O acontecimento revolucionário precisa, no ponto de vista destes intelectuais, encontrar a dicção da revolução. Nesse sentido é que o livro assume o desafio de uma linguagem fora da tradição filosófica e desarticula a perspectiva da análise de conjuntura estrutural pelo viés histórico crítico. O livro procura destacar as múltiplas manifestações do desejo presentes na variedade de expressões revolucionárias daquele momento. Da mesma forma, interessa aos autores, já em 1972, avaliar o que em 1968 operou como impedimento para o fluxo libertário que se acreditava invencível pelos heroicos agentes do movimento.

A avaliação realizada em *O anti-édipo* considera o cenário cultural, antropológico, artístico e psicológico no qual os jovens revolucionários ensaiaram sua voz. O avanço e os recuos de *Maio de 68* são referidos como movimentos do desejo, naquilo em que esses desejos estão marcados e superdeterminados pela cultura ocidental e pela dinâmica de mundo europeia, na qual, segundo os autores, domina o triângulo do pai, da mãe e do filho.

Na crítica ao triângulo edipiano, Gilles Deleuze e Felix Guattari explicitam a necessidade de superação dos vetos revolucionários no plano das múltiplas intimidades que Maio de 1968 reconheceu. Percebe-se que o afastamento e a crítica que os autores promovem sobre a Psicanálise inaugura um modo de pensar profundamente pós-estruturalista, tanto no plano das individualidades quanto do coletivo.

O pós-estruturalismo de Deluze e Guattari é uma permanência para as décadas vindouras, na medida em que as décadas finais do século XX e as primeiras do século XXI nos colocam frente a frente com novas interpretações da vida e reivindicam espaço e existência efetiva para minorias plurais antes sequer vislumbradas nos espaços da cultura. Assim é que os múltiplos movimentos de afirmação da identidade negra, os movimentos LGBTs, os movimentos feministas, entre outros, passam a compor novas dicções revolucionárias, nas quais o marxismo estrutural, a psicanálise ou qualquer perspectiva de interpretação totalizante da experiência coletiva se torna insuficiente.

Um dos conceitos-chave do pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guattari é o de “corpo-sem órgãos”. Em oposição à noção de “organismo”, o corpo-sem-órgãos se propõe a abrir o



sentido dos fenômenos da experiência. Um fato histórico como o Maio de 68, considerado na dinâmica do corpo-sem-órgãos, torna-se imprevisível e pleno de potencialidades revolucionárias. O que importa dizer aqui é que a perspectiva tradicional das revoluções do século XX não se aplicaria de forma tranquila ao Maio de 68. E os autores usam a referência de corpo-sem-órgãos justamente para ampliar os sentidos e o alcance deste momento.

Maio de 68 operacionaliza também um novo modo de pensar a ação revolucionária como um movimento antifascista. Michel Foucault precisou brilhantemente este aspecto do livro quando redigiu o famoso prefácio intitulado “O anti-édipo: uma introdução à vida não fascista”. Neste texto, Foucault ao exemplificar o que se pode chamar de microfascismos, e combater-os, numa exortação ao indivíduo por um compromisso com a liberdade própria e alheia. Aliás, algumas passagens do prefácio merecem ser destacadas:

- . Liberem a ação política de toda forma de paranóia unitária e totalizante.
- . Façam crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, e não por subdivisão e hierarquização piramidal.
- . Livrem-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna) que por tanto tempo o pensamento ocidental considerou sagradas, enquanto forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas. Considerem que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade. (FOUCAULT, *apud* DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 12).

Na perspectiva de Michel Foucault, o livro *O Anti-édipo* propõe uma revolução para o pensamento e, daí, o não alinhamento com as premissas filosóficas revolucionárias da tradição. Foucault diz que “a melhor maneira de ler *O anti-Édipo* é, creio eu, abordá-lo como uma ‘arte’, no sentido em que se fala de ‘arte erótica’, por exemplo. Apoiando-se nas noções aparentemente abstratas de multiplicidade, de fluxos, de dispositivos e de ramificações, a análise da relação do desejo com a realidade e com a ‘máquina’ capitalista traz respostas a questões concretas”. (Ibid, p. 13).

É esta a relação crítica que o pós-estruturalismo sugere para pensar e reavaliar a complexidade, imprevisibilidade e pluralidades dos movimentos que marcam o Maio de 68 a partir do cenário francês.

### **MOVIMENTOS DE 1968 COMEÇAM ANTES DE MAIO NO BRASIL**

E no Brasil, em que condições contextuais ‘acontece’ o Maio de 1968? Enquanto o regime militar endurecia a repressão, músicos, artistas, professores e outros intelectuais também saíram às ruas em apoio, solidariedade e defesa dos estudantes. Vale lembrar que parte da classe

média urbana, que silenciou ou mesmo até apoiou o golpe militar que destituiu o presidente João Goulart da presidência, logo se arrepende, na medida em que também passa a ser alvo do regime autoritário, que não via opositor em qualquer gesto ou iniciativa de questionamento.

Em três momentos, de um incontável registro de ações, protestos e expressões de resistência ao regime militar de plantão, o ano de 1968 pode ser compreendido a partir de situações que marcam a tal transição piorada da ditadura autoritária: a morte de um estudante pela polícia (26/03), a passeata dos 100 mil (26/06) e a decretação do ato institucional número cinco (AI-5 em 13/12). Lógico que a síntese não é consensual, mas ajuda a compreender o ano em que o ‘mundo deu voltas’. E o Brasil mergulhou um pouco mais no autoritarismo!

O apoio popular manifesto por expressivos setores da população do Rio de Janeiro, por ocasião da execução do estudante Edson Luís de Lima Souto (com apenas 18 anos) no restaurante Calabouço, em 28 de março de 1968, confirma a perda de apoio que o regime militar registra, de modo crescente e com mais força, nas capitais e cidades mais populosas do País. Estima-se que, durante o funeral do estudante morto pela polícia, dezenas de milhares de pessoas foram à câmara municipal do Rio manifestar solidariedade à luta dos estudantes em defesa da educação pública.

O mesmo fenômeno acontece, poucas semanas depois, em 26/06, na ‘Passeata dos 100 mil’, quando milhares de estudantes, intelectuais e pessoas dos mais diversos setores sociais saíram às ruas, questionando a política de repressão do regime militar. Manifestações, nos mesmos dias de junho de 1968, foram realizadas em diversas cidades do País (São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, dentre outras).

Ao longo do ano, outras manifestações confirmam o clima de resistência registrado no País, até que o regime militar lança mão de outro golpe – “dentro do golpe de 64” – para concentrar poder de impor censura e prender quem ainda ousava questionar, deixando no papel o que estava nos fatos sob controle pleno do regime militar. Era o ato institucional número 5 (o primeiro foi o golpe oficial, em 31/03/1964), que fica nomeado como AI-5, de 13 de dezembro de 1968. O pretexto formal foi apresentado como um discurso parlamentar (do deputado Marcio Moreira Alves, chamando boicote aos desfiles do 7 de setembro) no Congresso Nacional.

Daí em diante, até o final da ditadura militar, o apoio de intelectuais – entre temores, críticas e algumas ousadias no apoio aos movimentos de resistência – vai ser decisivo para acelerar o fim do regime ditatorial no Brasil (oficialmente em abril de 1985).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Nossa geração teve pouco tempo. Começou pelo fim, mas foi bela nossa procura”  
(Alex Polari)*

Longe de mitificar os movimentos que marcaram o ano de 1968, trata-se aqui de situar e compreender que as variadas manifestações coletivas, na maioria dos casos pelo protagonismo dos estudantes, embora apresentem algumas características comuns aos diversos movimentos sociais, se diferenciam por especificidades contextuais, seja por tendências próprias ao final da década de 1960 ou mesmo por singularidades que precisam ser indicadas em cada País de que se fala. Isso porque, ainda que os fenômenos dos anos 1960 tendam a ser associados ao contexto da época, é fundamental compreender as especificidades que marcam os movimentos sociais em diferentes países, de acordo com características e referências próprias e peculiares.

Os casos ilustrativos, indicados no texto, dos manifestos na França e no Brasil são, pois, situações bem demarcadas pelo tempo e contextos sociais bem diferenciados no mesmo ano de 1968, por vezes mais distantes que os milhares de quilômetros que separam os continentes europeu e latino-americano. Inegável, contudo, é a constatação de que, em termos culturais e na perspectiva de valores e sentidos, os movimentos que marcaram o ano de 1968 remetem ao protagonismo de jovens estudantes, que em diferentes situações ousaram sair às ruas, questionar e desafiar regimes e sistemas de governo (ditatoriais ou não) que não passavam confiança e legitimidade aos jovens que nasceram no pós-guerra (1945).

O registro de cinco décadas do Maio de 68 é, assim, um momento oportuno para apontar questões que ainda resistem na atualidade, a partir de lembranças ou mesmo do “exercício de memória” de um ano que foi além dos 12 meses e de um fim de década no século XX.

Para encerrar, por variadas razões e constatações factuais, é cada vez mais fundamental compreender o passado/presente para vislumbrar condições de existência da vida humana e, a partir daí, buscar a sanidade racional necessária para pensar, dialogar com serenidade e sugerir que o espaço e função dos intelectuais nas sociedades complexas do mundo contemporâneo – entre as quais o Brasil – ainda é algo a ser compreendido. E lembrado!

Foi, enfim, com este objetivo que um grupo de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, Letras e Humanidades organizaram, em Ponta Grossa (PR), entre 28 de Maio e 28 de Junho de 2018, um *Ciclo Comemorativo aos 50 anos do Maio de 1968*, com palestras, apresentações de documentários, painéis temáticos, mostra fotográfica e diálogos em diversos espaços públicos da Cidade. O presente ensaio reflete uma modesta parcela das incontáveis reflexões, análises e contribuições que pautaram o Ciclo Maio de 68, 50 anos depois. Registrar é, pois, presentificar ações humanas. E este é um compromisso dos intelectuais da Universidade Brasileira.



## REFERÊNCIAS

- BASSETS, M. 50 anos depois do Maio de 68: essa data nunca se extinguirá. *In: El País Brasil*. São Paulo: **El País**, 5/05/2018. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/23/cultura/1524504798\\_329892.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/23/cultura/1524504798_329892.html)
- DANTAS, A. **As duas guerras de Vlado Herzog**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DELEUZE, G. & GUATTARRI, F. **O anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DIREITO à Memória e à Verdade**. A ditadura no Brasil: 1964-1985. Brasília/São Paulo: Secretaria Especial dos Direitos Humanos Brasil e Secretaria de Estado da Cultura São Paulo, 2008.
- DOSSE, F. **Renascimento do acontecimento**. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Unesp, 2013.
- LANGGUTH, A. J. **A face oculta do terror**: a verdade sobre as operações policiais dos EUA no Brasil e no Uruguai. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MARTINS, R. A real comissão da verdade. *In: Revista Carta Capital*. São Paulo: Carta Capital, 23/05/2012, Ano XVII, Nº 698, Pp: 42-45.
- PADRÓS, E. S.; VIVAR, J. E. E. **Memórias da resistência e da solidariedade**. Porto Alegre: Arquivistas Sem-Fronteiras (ASF-Brasil), 2013.
- PALMAR, A. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- PRONZATO, C. **Calabouço – 1968, um tiro no coração do Brasil**. Filme/Documentário. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <https://filmow.com/calabouco-1968-um-tiro-no-coracao-do-brasil-t97976/>.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007. Pp:71-99.
- SILVA, H. R. **Fragmentos de história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002, p. 63-78.
- VAIVER, C. A revolução inacabada completa 40 anos. *In: Jornal da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, agosto de 2007. Ano 3, Nº 28, Pp: 12-14.
- VIEIRA, L. **A busca**: memórias da resistência. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ZAPA, R.; SOTO, E. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHARLEAUX, J. P. Maio de 1968: as origens e os ecos do movimento. São Paulo: **Nexo Jornal**, 05/05/2018. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/05/05/Maio-de-1968-as-origens-e-os-ecos-do-movimento>. Acesso em 28/06/2018.

Recebido para publicação em 14 set. 2018.

Aceito para publicação em 20 abr. 2019.

## MAIO DE 68 E O SÉCULO XXI: O PENSAMENTO DE SLAVOJ ŽIŽEK

### MAY 1968 AND THE XXI<sup>TH</sup> CENTURY: THE IDEAS OF SLAVOJ ŽIŽEK

Marisa Corrêa Silva\*

**RESUMO:** Maio de 68 é uma referência recorrente em obras do filósofo esloveno Slavoj Žižek, cuja contribuição para o pensamento político contemporâneo é retomar o idealismo alemão, com grande destaque para Hegel, e mesclá-lo a uma excelente e inovadora leitura do psicanalista francês Jacques Lacan. Žižek enxerga os ecos do movimento de 68 nos dias de hoje em sua relação com o Capitalismo Cultural, de forma a elaborar uma visão crítica da evolução histórica das bandeiras por ele defendidas: se existe um legado libertário que ainda inspira os humanistas, também há um discurso de esgotamento e de superação de suas demandas, apropriado pelo pensamento conservador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maio de 68; Slavoj Žižek; Desdobramentos.

**ABSTRACT:** May of 68 is a recurring reference on Slovene philosopher Slavoj Žižek's works. His main contribution to contemporary political thinking is his retake on German idealism, mainly Hegel, mixed with an innovative reading of French psychoanalyst Jacques Lacan. Žižek sees the echoes of May 68 in their complex relationship with Cultural Capitalism, in order to present a critical view of the evolution of the ideals that he defended: if there is a 68's libertarian legacy still inspiring humanist thinkers, conservative thinking also took upon the movement in order to build a discourse asserting that 68's demands are depleted and must be overcome.

**KEYWORDS:** May 68; Slavoj Žižek; Aftereffects.

---

\* Marisa Corrêa SILVA, Dra. - Universidade Estadual de Maringá (UEM). Email: mcsilva5@uem.br.

Segundo o filósofo esloveno Slavoj Žižek, “Embora Maio de 68 visasse a atividade total (e totalmente politizada), o ‘espírito de 68’ transpôs isso para uma pseudoatividade despolitizada (novos estilos de vida etc.), a própria forma da passividade social.” (ŽIŽEK, 2011, p. 59).

Tal afirmativa pode parecer bastante severa, e mesmo injusta, para com as propostas de uma geração que saiu às ruas disposta a alterar regras autoritárias e a enfrentar repressão policial em busca de respostas para suas demandas, mas Žižek está analisando uma característica básica do que ele, na esteira de Deleuze e Guattari, chama de “Capitalismo Cultural”: sua extraordinária capacidade de se alimentar com as bandeiras levantadas contra ele próprio.

A distinção levantada entre o Maio de 68 propriamente dito e o “espírito de 68” é fundamental para compreendermos essa distorção das propostas originais do movimento.

Jean-Claude Milner sabe muito bem que o establishment conseguiu desfazer todas as consequências ameaçadoras de 1968 pela incorporação do chamado ‘espírito de 68’, voltando-o, assim, contra o verdadeiro âmago da revolta. As exigências de novos direitos (que causariam uma verdadeira redistribuição do poder) foram atendidas, mas apenas à guisa de ‘permissões’ - a ‘sociedade permissiva’ é exatamente aquela que amplia o alcance do que os sujeitos têm permissão de fazer sem, na verdade, lhes dar poder adicional (ŽIŽEK, 2011 p. 58).

Essa transformação de demandas de mudança radical em “permissões”, embora tenha o efeito importante de criar espaços para que se viva de forma diferente, acaba por ser a brecha que permite a “traição” final às exigências do movimento. Permissões são temporárias, podem ser revogadas e, antes de mais nada, dependem do *status quo*: não alteram nem ameaçam de fato as estruturas de poder previamente estabelecidas, uma vez que existem sob sua égide e “tolerância”. Poder-se-ia questionar até que ponto certas conquistas importantes não existem, de fato, sob a forma permissões: os LGBT devem ser “tolerados” (pode-se odiá-los, mas é preciso, educadamente, fingir que não); ou, num caso mais específico, no Brasil, a independência financeira das mulheres de classe média, alcançada via entrada no mercado de trabalho, é atacada por um discurso neoconservador que deseja o seu retorno ao lar.

Aliás, esse retorno ao lar é, curiosamente, apoiado por certas mulheres, que alegam exaustão após enfrentarem a dupla jornada (divisão igualitária de despesas domésticas acrescida de divisão desigual das tarefas do lar), a competitividade, somadas aos mecanismos sociais que controlam sua liberdade (uma mulher deve parecer muito jovem, ser magra, feliz no casamento etc.) e a necessidade de serem “boas mães”, tendo tempo para dedicar aos filhos. Ora, esse é um dilema da classe média, uma vez que as mulheres pobres sempre tiveram de sair de casa para trabalhar: suas demandas e dificuldades ficaram apagadas, como se elas não existissem. A demanda justa e importante da independência feminina, além de penalizada pela desigualdade, acaba sendo muito utilizada para o apagamento de questões de classe: torna-se questão de “estilo de vida do indivíduo”.

Assim, o esloveno conclui que existem dois Maios de 68: o “nosso” e o “deles”. Infelizmente, o “nosso” acaba por ser saudosista e efetuar batalhas desesperadas para a manutenção de direitos arduamente conquistados por gerações anteriores, enquanto que “hoje, o capitalismo é que é propriamente revolucionário; ele mudou toda a nossa paisagem nas últimas décadas, da tecnologia à ideologia” (ŽIŽEK, 2011 p. 12).

Ele prossegue, indicando a surpreendente guinada das tendências libertárias ao final dessas décadas:

De acordo com o novo espírito do capitalismo, é construída toda uma narrativa histórico-ideológica em que o socialismo aparece como conservador, hierárquico e administrativo. A lição de 68 é ‘Adeus, sr. Socialismo’, e a verdadeira revolução é a do capitalismo digital — em si, a consequência lógica e até mesmo a ‘verdade’ da revolta de 68. (ŽIŽEK, 2011 p. 55).

Tal configuração permite que a narrativa do mundo “pós-ideológico” apareça, superficialmente, como palatável: se o próprio Capitalismo permite que se cumpram as mudanças reclamadas pelas minorias e pelos explorados, o que há para se fazer além de estabelecer pactos e negociações que visem a tornar o modelo econômico mais inclusivo e confortável?

Desta forma, temos um panorama no qual

O novo espírito do capitalismo recuperou triunfantemente a retórica igualitária e anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como uma revolta libertária bem-sucedida contra as organizações sociais opressoras, características do capitalismo corporativo do socialismo real; um novo espírito libertário sintetizado por capitalistas que usam roupa esporte e são ‘legais’, como Bill Gates. (ŽIŽEK, 2011 p. 56).

Esse poder de fagocitose transformou antigas bandeiras “de esquerda” em ferramentas úteis para o capital: um exemplo direto foi a demanda de abolir os cartões de ponto nas fábricas e de flexibilização do horário, conferindo maior autonomia ao trabalhador, a qual se transformou, nos anos 1990, nas terceirizações: o trabalhador é demitido, abre uma microempresa e passa a vender seus serviços para os antigos empregadores. O fato de que, em boa parte dos casos, isso resultasse apenas em aliviar o empregador de arcar com os custos trabalhistas, era encoberto por uma retórica de liberdade, na qual o antigo empregado passava a ser “empresário de si mesmo” e “seu próprio patrão”.

O processo não se limita ao campo do trabalho propriamente dito, mas, segundo Žižek, contamina todos os campos da experiência:

O que acontece no último estágio do capitalismo “pós-moderno” e pós-68 é que a própria economia (a lógica do mercado e da concorrência) se



impõe cada vez mais como ideologia hegemônica: Na educação, assistimos ao desmantelamento gradual do aparelho ideológico do Estado da escola burguesa clássica: o sistema escolar é cada vez menos uma rede compulsória elevada acima do mercado e organizada diretamente pelo Estado, portadora de valores esclarecidos (*liberté, égalité fraternité*); em nome da fórmula sagrada de ‘menor custo, maior eficiência’, vem sendo cada vez mais tomado por várias formas de PPP (parceria público-privada). Na organização e legitimação do poder, o sistema eleitoral é cada vez mais concebido com base no modelo da concorrência de mercado: as eleições são como uma troca comercial, em que os eleitores ‘compram’ a opção que promete cumprir da maneira mais eficiente a tarefa de manter a ordem social. (ŽIŽEK, 2011 p.10).

Essa mudança teve como resultado, entre outros, o apagamento das fronteiras discursivamente estabilizadas entre “esquerda” e “direita”, dando origem ao que o esloveno chama de mito da pós-ideologia: o discurso que apregoa vivermos em tempos pós-ideológicos, o Fim da História de Fukuyama etc. Tais mitos são, denuncia Žižek, ideologia em sua forma mais pura: a que deseja se impor como única realidade possível, forcluindo modos alternativos de se pensar e viver.

É preciso fazer uma digressão para tratar do conceito de “foraclusão”: ele demanda algo mais radical do que a simples exclusão. Algo excluído é empurrado para a periferia de um determinado sistema, mas ainda existe nele; é pouco visível, mas ocupa um espaço incômodo à margem deste. A foraclusão, porém, é um ato fundador: algo é deixado de fora de um sistema, e o simples ato de deixar de fora é fundamental para criar esse sistema. O objeto foracluído é “sempre-já” foracluído, portanto, sem chances de ser “reabilitado” pelo sistema – o que eventualmente poderia acontecer com o excluído.

Pensemos, como exemplo, no sistema literário brasileiro: nele, a produção feminina, a autoria negra etc. foram sistematicamente marginalizadas. Isso é a exclusão: o que se exclui não está “fora do sistema” e sim relegado às margens deste; ignorado, calado, invisibilizado talvez, mas ainda dentro. É essa posição de internalidade que permitiu, nas últimas décadas, um esforço louvável no sentido de fazer essas autorias adentrarem o cânone. Já um objeto foracluído jamais poderia ser “convidado” a ocupar espaço no cânone, uma vez que sua inclusão arrebutaria o próprio sistema entendido e constituído como “literário brasileiro”.

Por exemplo, os mitos e lendas de origem das diversas tribos e etnias nativas, uma vez que consistiam em produções orais, em línguas não europeias, foram considerados material para a Antropologia e não para a Literatura Brasileira. Esta pode acomodar, hoje, produções bilingües contemporâneas feitas por membros de tribos indígenas brasileiras (e, de fato, esforça-se para fazê-lo, em certos programas de pós-graduação, por exemplo), o que abre um espaço para a recontagem das tradições – mas recolhidas, tornadas texto escrito e, frequentemente,

interpretadas em relação ao processo de colonização e suas formas de opressão, aculturação e genocídio. Mas não se cogita inserir, no ensino de literatura brasileira, a tradição oral nativa contemporânea da Carta de Caminha.

Poder-se-ia questionar o porquê: afinal, mitos e lendas originais constituem matéria-prima de literaturas tão ricas quando a grega ou a indiana; e a tradição oral eventualmente recolhida em forma escrita trouxe-nos a *Ilíada* e as *Mil e Uma Noites*. Argumentar-se-ia que aceitar o material referido obrigaria o sistema literário brasileiro a trabalhar em línguas outras e a iniciar na oralidade a sua periodização, bem como a trabalhar os elementos que lhe conferem caráter multimodal, já apontados por Lynn Mario Menezes de Souza (2002)<sup>1</sup>. Mas qual seria o impedimento, uma vez que há exemplos em outros sistemas, como o *Mahabharatta*, indiano, texto originalmente em sânscrito e não na língua oficial da Índia, que é hoje o hindi? O sistema literário indiano, ao contrário do nosso, compreende como constitutivas obras de línguas distintas.

Uma resposta possível seria o fato de que o sistema literário brasileiro, constituído na busca de uma identidade nacional, como já demonstrou Antonio Candido (1975), tenha foracluído o material preexistente no ato mesmo de sua “criação” por entender a herança europeia não como algo a ser priorizado, mas como único material possível, sequer considerando a hipótese dos mitos nativos serem formas literárias e sobre eles colando o rótulo de “folclore”. A própria escolha de iniciar os estudos com a Carta de Caminha – que não é brasileira nem literatura *tout court*, mas é entendida como texto fundador – é a contrapartida da foraclusão, uma vez que o sistema entende a língua do colonizador como sua única.

Obviamente, isso não foi feito de forma consciente e premeditada. A foraclusão é inerente ao ato mesmo de criação do sistema, e, repetimos, é altamente provável que as circunstâncias específicas dessa criação tenham determinado o fato. Mas ainda hoje, se surgisse uma proposta didático-pedagógica de ensinar literatura brasileira iniciando com narrativas orais indígenas, haveria a sensação generalizada de que o sistema estaria em profunda crise, não apenas a sensação de que sua “identidade” – branca, masculina etc. - estaria sendo posta em xeque. Não seria impossível fazê-lo, mas, se isso acontecesse, o que hoje se entende por sistema literário brasileiro seria explodido e reconstruído de forma radical, em vez de gerar novas prateleiras no armário canônico, tal como tem sido possível, embora com muita luta, para com as autorias feminina, afrodescendente etc.

Ao foracluir hipóteses de organização política, social e, principalmente, econômica para além do Capitalismo, o discurso ideológico vigente, fortemente referendado pela experiência das redes sociais e da Internet, bem como das novas tecnologias de comunicação, concorre fortemente para criar no indivíduo a sensação de impotência e de falta de alternativas para alterar o estado das coisas; e algumas consequências disso podem ser vistas com frequência nas explosões de violência “irracionais” surgidas na periferia da mesma França nas últimas

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer a Ana Lúcia Liberato Tettamanzi pela consulta.

décadas. Enfraquecendo as distinções clássicas entre as posições de “direita” e de “esquerda”, surge inclusive um espaço para afirmativas esdrúxulas como “o nazismo é de esquerda”, as quais, embora rejeitadas por boa parte dos que a ouvem, seriam simplesmente impensáveis duas ou três décadas atrás.

Maio de 68 está no fulcro de um movimento pivotal pelo qual o capitalismo inicia de forma sistemática essa apropriação das bandeiras opositoras; um de seus mecanismos de apropriação e de controle mais interessantes é o estímulo seletivo aos discursos de identidade. Um exemplo disso foi abordado anteriormente, quando apontamos a luta por autonomia feminina transformada em demanda de classe média. Para dar outro exemplo de como isso acontece, pensemos numa situação hipotética: alguém vem proferir uma palestra denunciando a mutilação genital sofrida pelas mulheres em tribos do Norte da África. Imediatamente após a palestra, vozes se levantam condenando a prática que priva as mulheres do direito ao próprio corpo, à própria sexualidade e ao prazer, tornando a relação sexual, o parto e a própria menstruação incrivelmente dolorosos, para não mencionar os riscos de óbito devido a hemorragias e a infecções durante o processo.

Se alguém desejar polemizar, bastará levantar-se como porta-voz do multiculturalismo e pedir a palavra para relativizar o tema: sim, é uma prática problemática, mas faz parte da cultura deles. Quem somos nós, ocidentais, para interferirmos em sociedades sedimentadas que desejam apenas manter as tradições que lhes conferem uma identidade cultural preciosa?

Ora, neste ponto é necessário paciência por parte do leitor, que certamente já percebeu que esse exemplo é precário, uma vez que tanto o feminismo quanto o multiculturalismo já conhecem as armadilhas abertas ao lidar com o Outro e já buscam novas formas de articular tais problemas. Com efeito, um/a multiculturalista contemporâneo/a pediria a palavra e refletiria que culturas podem se alterar com o passar do tempo sem, necessariamente, se descaracterizarem. Já uma voz feminista acrescentaria que uma intervenção do tipo “isto cessa imediatamente” pode ser percebida como violência eurocêntrica e que a mudança, para acontecer, precisa vir paralela a um trabalho conjunto com a própria sociedade, ouvindo sua voz e entendendo sua autopercepção e seus ritos de pertencimento e de passagem, a fim de que a mudança não aconteça como forma de neocolonialismo.

Contudo, apenas para fins de seguir o exemplo, suponhamos que esse debate seja encenado numa situação de maior paixão do que de reflexão, e que vozes pouco experientes se indignem: quando os ânimos se acirrarem, um lado facilmente acusará o outro de fascismo, e clamará para si próprio a posição de “esquerda”. Quem estaria mais próximo de uma verdade nessa situação? Qual postura é a de “esquerda”, a que defende o direito feminino ao próprio corpo e sexualidade ou a que defende o direito de uma cultura a manter os próprios ritos de passagem? Longe de conceder a palma da vitória a um dos lados, o que Žižek propõe é dar, calmamente, um passo atrás, sem se deixar capturar pela discussão, e indagar: a quem serve essa polêmica?

Na situação do nosso exemplo, é provável que o conferencista deseje defender as mulheres contra a mutilação, de forma desinteressada. E que os “multiculturalistas” desejem defender a cultura à qual elas pertencem como um todo, também de forma desinteressada. Ora, nessa situação ideal, cada indivíduo terá de tomar uma posição e essa tomada será irremediavelmente relacionada ao seu próprio local de pertencimento. Uma mulher provavelmente se identificará com a opressão sofrida por outras mulheres; alguém de uma etnia cuja cultura tenha sido violada e quase apagada por outra poderá ter outra posição. Mas a questão implícita é que raramente os discursos que prevalecem são cercados por motivos desinteressados.

Um movimento midiático intensivo de “Salvem as mulheres africanas” pode perfeitamente ser justificativa para uma potência mundial invadir um país africano no qual haja jazidas minerais cobijadas. Um discurso amplificado de “Respeitem as culturas dos outros” pode ser a justificativa do auxílio estrangeiro para que um ditador sanguinário reprima violentamente uma tentativa de revolução, uma vez que esse ditador atende a interesses econômicos dos mesmos estrangeiros que o auxiliam... nesse caso, a questão dos direitos das mulheres não é mais o “verdadeiro” problema, e sim uma ferramenta a ser utilizada ou ignorada, conforme a conveniência.

É preciso recuar, evitar o apelo emotivo das causas em combate e tentar enxergar o pano de fundo contra o qual elas se desenvolvem: só assim elas deixarão de ser lógicas de manipulação da opinião pública. Isso não quer dizer que tais causas não tenham valor ou que sejam ocas: pelo contrário, aquilo que nelas repercute os ideais de 68 é diretamente responsável por avanços humanísticos palpáveis nas esferas de que essas causas se ocupam, e isso deve ser louvado e defendido. A pergunta que deve ser feita, porém, é mais pontual: “Nesta situação específica, a quem ou a que esta causa serve?”

Na base da atitude de “dar um passo atrás” encontra-se um conceito muito caro a Žižek, a pseudoatividade, mencionada logo na primeira citação deste texto. Não é apenas uma manifestação de repúdio do esloveno ao que chamou de “espírito de 68”: a palavra descreve a série de atividades frenéticas cujo objetivo é de fazer o indivíduo sentir-se ativo e participante, ao mesmo tempo em que não provoca nenhum tipo de alteração (ŽIŽEK, 2010, pp. 36-37). Uma comparação didática é a corrida da Rainha de Copas, encontrada em *Alice Através do Espelho*, de Lewis Carroll. Nela, a Rainha desafia Alice para uma corrida na qual é necessário esforçar-se muito para manter-se exatamente no mesmo lugar.

A contemporaneidade oferece muitas opções de pseudoatividade, sendo a mais popular delas a ilusão de conexão e de participação através das redes sociais. Nelas, circulam frequentemente petições a serem assinadas, clamores de “mudança já” ou de “basta!”, fotos de coisas revoltantes a serem “compartilhadas até chegarem às autoridades”. Com raras exceções, as petições não serão entregues – e, quando entregues, raramente farão diferença – os clamores serão repetidos, mas não se transformarão em ação, e as fotos horrendas seguirão provocando ódio e repulsa nos mais sensíveis (e, infelizmente, prazer sádico em mentes mórbidas), mas

não se transformarão em denúncia formal ou em Boletim de Ocorrência. E, efetivamente, é possível passar um tempo enorme nas redes, criando-se no indivíduo a sensação de ter sido atuante, engajado e ativista.

É contra a armadilha da pseudoatividade que o esloveno prega a passividade criativa – o ato de recusar a torrente de ações-simulacro que nos convida incessantemente a pertencer, a defender causas etc. sem sairmos de nossas cadeiras confortáveis – que interrompe o fluxo acrítico e cria uma pausa para reflexão; só a partir dessa pausa e dessa reflexão pode sair uma ação verdadeira.

Observemos que Žižek apoda “pseudoatividade” ao que chama de “espírito de 68”, em contraposição ao “Maio de 68”. Para o pensamento convencional, parece haver um equívoco de nomenclatura nessa escolha. O “espírito de 68” não seria a essência, aquilo de imorredouro legado pelo movimento e que poderia ser traído, mas jamais modificado?

A influência de Lacan no pensamento de Žižek se faz sentir também nessa inversão. A contrário do que prega o essencialismo, o esloveno afirma que, muitas vezes, as aparências contam muito, dando o exemplo de uma pessoa apagada e cumpridora de regras que, em jogos online, assume uma personagem de outro sexo, com tendências sádicas e perversas. Ora, essa personagem, que a pessoa escolhe “apenas como diversão”, por ser “o oposto” dela, pode estar mais próxima da “verdade” dessa pessoa, cujo comportamento socialmente irrepreensível é resultado da repressão de seus impulsos agressivos. E arremata com o paradoxo de que é a máscara social que vive e convive com seus pares, de modo que é bastante problemático escolher uma das duas “versões” dessa pessoa como a verdadeira. Diferente da esfera da Lei, que trabalha com atos e com intenções conscientes, a psicanálise leva em conta também (e não somente) o recalcado no Inconsciente para iluminar a não coincidência do Sujeito consigo próprio. Aquilo que seria chamado a essência (agressiva, sádica) da pessoa da nossa hipótese, bem como sua aparência (pacata e ordeira) são resultados da castração primordial, e nenhum ser humano estaria livre da cadeia caso fosse julgado pelos impulsos que precisa reprimir para viver em grupo.

Assim, lacanianamente falando, não há propriamente uma relação de oposição entre a “aparência” falsa, moldada por pressões externas e pelo desejo de ser aceito, que deve ser desacreditada, e a “essência” verdadeira, pura e não adulterada, cuja descoberta é necessária para que se conheça a verdade de um indivíduo. O que há é uma contradição, uma lacuna, entre os impulsos reprimidos – com custo psicológico alto – e o resultado aparente dessa repressão, com todas as tensões resultantes do processo. O indivíduo não está sendo “falso” ao criar uma máscara para si, mentindo conscientemente: a emersão do Sujeito depende dessa lacuna psíquica, sem a qual não existimos. Em outras palavras, somos feitos de uma aparência sobre o vazio:

Em Lacan o vazio que o sujeito é significa que ele é apenas uma forma, a forma do significante, aquilo que ele encena simbolicamente para os

Outros e que não tem qualquer consistência ‘em si’. Isto é, o sujeito tem o estatuto frágil de um semblante, uma ficção simbólica (Žižek [2014] irá falar, neste sentido, em *Frágil Absoluto*). Entretanto, esta forma do significante não é um receptáculo neutro, não se trata de um ‘saco vazio’. Trata-se da estrutura topológica que Lacan identifica a objetos como a banda de Moebius e a garrafa de Klein, em que o único conteúdo, a única interioridade do objeto é sua própria torção, em que a forma gera um conteúdo, uma interioridade, a partir de sua divisão. Tal alteração no estatuto do espaço euclidiano introduzido pela topologia moderna é condição, inclusive, para a teoria da relatividade de Einstein. (LAUREANO, 2015, p. 174).

O “espírito de 68”, portanto, refere-se ao potencial “submerso”, desde um maior radicalismo até o pensamento contrarrevolucionário, gerados pelas contradições necessariamente embutidas nos atos do evento; uma mina da qual brotaram discursos reinterpretativos da “aparência”, ou seja, do fenômeno que se deu naquele ano, mina que vem sendo sistematicamente explorada no seu vetor reacionário. Essa espécie de golpe de jiu-jitsu intelectual, no qual o ímpeto de um movimento é voltado contra quem o impeliu, é possível não apenas por questões históricas (mudança de sentidos de certas demandas à medida em que estas vão sendo incorporadas no conjunto de hábitos “socialmente aceitáveis”), mas pela própria estrutura da tensão aparência-essência em forma de banda (ou faixa) de Moebius, na qual não há direito nem avesso<sup>2</sup>. Não é casual, portanto, que o principal nome do movimento, Daniel Cohn-Bendit (cuja trajetória política inicia com a alcunha *Dany Le Rouge* e, com o passar dos anos, conduzido o ex-revolucionário ao Parlamento Europeu), tenha, em 2008 - época de Sarkozy -, declarado enfaticamente “Esqueçam Maio de 68!”

Seguindo essa analogia, Maio de 68 teve, entre outras coisas, certas características de uma “passagem ao ato” lacaniana, uma explosão de energia rebelde e com potencial destrutivo, similar às explosões de ódio desencadeadas, por exemplo, na França durante as comemorações da Copa do Mundo de 2018. Mas com uma diferença fundamental: o horizonte de 68 era utopicamente positivo. Quando os jovens franceses (nascidos e criados na França) de etnias diversas queimam carros, movidos por um sentimento de retaliação para uma sociedade que os trata como imigrantes ilegais, fazem-no sem nenhum tipo de programa, de pauta ou de reivindicação, e fazem-no sabendo que eles próprios serão os mais prejudicados por seus atos, por conta da reação de “estão vendo, é preciso recusar a entrada desses selvagens em nosso país” que desencadearão.

<sup>2</sup> Pegue uma faixa de tecido, torça-a em 180 graus e costure as duas pontas e você terá uma banda de Moebius: se colocar o dedo num ponto dela e percorrê-la, você verá que o dedo deslizará por todo o “direito” e “avesso” da faixa antes de retornar ao ponto de partida, sem que seja necessário tirar o dedo dela nenhuma vez. Assim, não há direito e avesso, apenas uma única superfície, o que é obtido pela torção.

Se Maio de 68 teve seu momento de explosão incontrolável, ele foi, também, o propulsor de uma pauta com uma série de reivindicações. Tais reivindicações dão a forma de seu legado, a cada vez que, postas em seu devido contexto sócio-histórico, reafirmam uma opção pela inclusão, pela abertura dos costumes, pela censura ao que havia de mais tóxico e hipócrita no jogo de aparências das instituições sociais francesas.

Paradoxalmente, é no mesmo momento em que a explosão passa a ser ato político, a dialogar e a ter certas demandas atendidas, que surge a semente do “espírito de 68”: foi a postura demandando respeito e oportunidade aos imigrantes e aos seus descendentes que tornou possível a chegada ao poder de Sarkozy, por exemplo. Esse “espírito” se traduz em formas discursivas que podem eventualmente se apropriar das demandas formuladas e distorcê-las para a conveniência do grupo que estiver no poder. Contra ele, o esloveno prega a necessidade de fidelidade ao ato em si – o legado do evento. É necessário, diz ele<sup>3</sup>, recuperar o potencial utópico, uma vez que

O triste facto de uma oposição ao sistema não conseguir rearticular-se sob a aparência de uma alternativa realista, ou pelo menos de um projecto utópico dotado de sentido, mas limitar-se a assumir a forma de uma explosão insensata, é um grave libelo da nossa difícil situação. De que serve a nossa celebrada liberdade quando a única escolha é entre o acatamento das regras e a violência (auto-)destrutiva? (ŽIŽEK, 2016, p. 51).

Tal é o desafio posto para todo pensador humanista: cessar a pseudoatividade, dar um passo atrás e pensar alternativas nas quais se possa recriar um horizonte utópico positivo, do qual venham a emergir demandas realistas que lidem com o (ideologicamente tido por) impossível. Essa demanda já vinha sendo feita, por caminhos diferentes, por intelectuais como Boaventura de Souza Santos (2002). Esse é, para o materialismo lacaniano, o legado profundo do icônico movimento das ruas de Paris.

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 9ª. edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1975 pp. 23-25.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Trad. Maria Elisa Cevalco. SP: Ática, 1991.

MENEZES DE SOUZA, L. T. *Voices on Paper: Multimodal Texts and Indigenous Literacy in Brazil*. **Social Semiotics**, London, v. 13, n. 1, p. 29-42, 2003.

<sup>3</sup>A respeito dos motins franceses em 2015

LAUREANO, P. S. Uma breve introdução ao pensamento de Slavoj Zizek. **Analytica** São João del-Rei, v. 4, n. 7, p. 161-185, julho/dezembro de 2015 .

SANTOS, B. de S. **Toward a new common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition.** London: Butterworths, 2002.

ŽIŽEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** Trad. Maria Beatriz de Medina. S. Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, S. **Como Ler Lacan.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

ŽIŽEK, S. **A Europa à Deriva: a verdade sobre a crise de refugiados e o terrorismo.** Trad. Jorge Pereirinha Pires. Lisboa: Penguin Random House, 2016.

Recebido para publicação em 26 nov. 2018.

Aceito para publicação em 18 jun. 2019.



## DELEUZE E GUATTARI: ESQUIZOANÁLISE E MAIO DE 68

## DELEUZE E GUATTARI: SCHIZOANALYSIS AND MAY 68

Jhony A. Skeika\*

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de promover uma breve discussão a respeito do posicionamento teórico, filosófico e político dos filósofos franceses Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), principalmente frente ao contexto dos movimentos sociais, estudantis e grevistas acontecidos em Maio de 1968, na França. Busca-se refletir sobre como esse importante período de lutas populares foi marcante para o desenvolvimento e amadurecimento das pesquisas e discussões desses dois intelectuais, tornando-os referências nas áreas das ciências humanas, como Filosofia, Estudos da Linguagem (Línguas e Literaturas), Sociologia, etc., especialmente a partir dos seus estudos sobre *Capitalismo e Esquizofrenia: O Anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980).

PALAVRAS-CHAVE: Gilles Deleuze; Félix Guattari; Filosofia; Esquizoanálise; Maio de 1968.

ABSTRACT: This study aims to promote a brief discussion about the theoretical, philosophical and political commitments of the French authors Gilles Deleuze (1925-1995) and Félix Guattari (1930-1992), contextualized mainly during the social, student and strike movements that took place in May 1968, in France. The text intends to reflect about how important these notorious popular events were to Deleuze and Guattari's studies, which have made them references in different areas of Human Sciences, such as Philosophy, Languages' Studies (Languages and Literatures), Sociology, etc., specially through their studies about *Capitalism and Schizophrenia: Anti-Oedipus* (1972) and *A Thousand Plateaus* (1980).

KEYWORDS: Gilles Deleuze; Félix Guattari; Philosophy; Schizoanalysis; May 1968.

---

\* Pós-doutorando (PNPD). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (UEPG). Supervisão de pesquisa: Profa. Dra. Silvana Oliveira. E-mail: jhonyskeika@uepg.br / jhonyskeika@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Gilles Deleuze é um importante intelectual francês que publicou uma série de estudos sobre filósofos como Spinoza, Leibniz, Hume, Kant, Nietzsche, Bergson, Foucault e sobre artistas como Proust, Artaud, Kafka e Francis Bacon. Sua parceria com Félix Guattari data do final da década de 1960 e, juntos, aproveitando a vasta experiência política e psiquiátrica de Guattari (psicanalista) iniciaram uma significativa discussão sobre Capitalismo e Esquizofrenia, motivada pelas manifestações ocorridas em Maio de 1968 na França.

Nesse período, movimentos estudantis iniciaram diversas greves em universidades e escolas francesas, após confrontos com a administração pública e com a polícia. Isso gerou uma greve generalizada na França, adquirindo proporções revolucionárias, uma insurreição popular que englobou mais da metade dos trabalhadores franceses. Há muitos teóricos que defendem o envolvimento do Partido Comunista Francês como responsável pela rebelião, embora, aparentemente, o movimento tenha começado dentro das academias francesas, em especial na Universidade de Nanterre, na região metropolitana de Paris.

Das barricadas da comuna estudantil acendeu-se um estopim de protestos generalizados que levou em menos de três semanas a uma greve geral por todo o país o espantoso número de mais de dez milhões de trabalhadores paralisando praticamente todos os setores produtivos da sociedade. Nunca uma potência capitalista estivera sob ameaça tão grave de destruição de suas instituições políticas. Estudantes e trabalhadores em voz uníssona recusaram-se durante mais de um mês a qualquer diálogo com as representações políticas tradicionais nas negociações entre capital e trabalho no capitalismo. (PINTO, 2008, p. 1).

Na ocasião desses acontecimentos, de acordo com François Dosse (2010, p. 155), Deleuze trabalhava na Universidade de Lyon e, prontamente, demonstrou muita empatia para com o movimento estudantil. Além de ser o único professor do Departamento de Filosofia, ele é um dos poucos professores universitários de Lyon a declarar, publicamente, seu apoio aos estudantes, participando das assembleias e passeatas junto aos manifestantes.

Embora sua prioridade seja finalizar sua tese de doutoramento, a ser defendida no outono de 1968, devido ao cansaço causado pelas manifestações, somado à carreira de professor e estudante de doutorado, ainda segundo Dosse (2010, p. 156), Deleuze precisa se ausentar das suas atividades, também porque descobre o retorno de uma antiga tuberculose mal curada, adiando a defesa da sua pesquisa. Em janeiro de 1969, sob um clima de tensão gerado tanto por seu frágil estado de saúde como também pelo medo da banca examinadora de haver uma possível “invasão” da universidade por agitadores, cujo posicionamento era simpático aos estudos desse intelectual, Deleuze apresenta, na Sorbonne, uma das primeiras teses após Maio de 68, problematizando questões muito sensíveis às reivindicações sociais, mesmo

estando os confrontos ainda longe de encontrar um fim. Publicada ainda em 1969, *Diferença e repetição*, a tese de doutoramento de Deleuze, é a sua grande obra de lançamento, por meio da qual ele abre mão de uma abordagem histórica da Filosofia para expressar suas próprias posições teórico-críticas, muitas delas calcadas na experiência dos movimentos sociais que ocuparam as ruas de Paris em Maio de 68.

Há um panorama político, no sentido mais geral do termo, que perpassa os estudos desse filósofo francês, traço esse que vai se intensificar após a defesa da sua tese, quando ele conhece Félix Guattari. Mesmo estando em um momento de enfraquecimento corporal e de afastamento temporário e forçado das atividades acadêmicas, devido a uma séria cirurgia que o deixou com apenas um pulmão e uma insuficiência respiratória permanente, a parceria com Guattari lhe garantiu, metaforicamente, um novo pulmão, um novo fôlego para as lutas filosóficas engajadas que viriam a seguir. François Dosse (2010, p. 157) chega a afirmar que, sem os acontecimentos sociais ocorridos a partir de Maio de 68, talvez o encontro nunca tivesse acontecido, pelo menos não com os mesmos frutos.

### ESQUIZOANÁLISE

A primeira obra escrita em conjunto foi *O Anti-Édipo*, uma densa discussão sobre as emaranhadas relações entre *Capitalismo e Esquizofrenia* (DELEUZE; GUATTARI, 2010); é um texto gestado nas efervescências intelectuais e revolucionárias, fruto dos acontecimentos de Maio de 68 que, para os filósofos, se apresentaram como ruptura necessária, um devir libertador. “Maio de 68 nos abalou, a Gilles e a mim, como também a tantos outros. Nós não nos conhecíamos, mas esse livro foi, em todo caso, uma continuação de Maio de 1968”. (GUATTARI, 1990, p. 26 apud DOSSE, 2010, p. 157).

Criticando a máquina capitalista, o sistema terapêutico redutor do Complexo de Édipo e também as limitações da teoria marxista, esse livro representa uma ruptura com as discussões epistemológicas traçadas pela Filosofia ocidental do século XX, além de criticar veementemente os prestígios da psicanálise. Etnologia, política, linguística, economia, literatura, artes, etc. são alguns dos muitos campos do saber que perpassam o livro, em favor da derrocada do Édipo, como diz Maurice de Gandillac, ex-orientador de tese de Deleuze. Para Analice de Lima Palombini (2009, p. 39), *O Anti-Édipo* era a peste para a psicanálise,

Mas a potência crítica desse livro escrito a quatro mãos viu-se enfraquecida, na medida em que o Édipo mesmo foi perdendo força como lei reguladora do social – perda que é ainda motivo de lamentação de psicanalistas nostálgicos do pai. O furacão virou brisa leve para uma psicanálise que, mal ou bem, segue de pé.

Mesmo não sendo médico como seu colega de pesquisa, a parceria estabelecida com Guattari leva Deleuze a se ocupar da crítica à psicanálise, em especial, para além dos seus conceitos, a seus desdobramentos clínico-políticos. Na sequência de *O Anti-Édipo, Mil Platôs*, publicado em 1980, já está mais dedicado à criação ou aprofundamento de noções – não conceitos – como as ideias de corpo-sem-órgãos, rizoma, devir, (des/re)territorialização, agenciamento, multiplicidade, etc. De um platô a outro, pode-se rastrear o debate com a psicanálise, o qual aparece, com maior ou menor ênfase, seja como plano de fundo, seja como área de (des/re)territorialização e mapeamentos.

Assim como os movimentos sociais que foram às ruas de Paris abalaram as estruturas opressoras, fazendo circular pelos poros das máquinas do Estado um fluxo contrário, uma força de cisão (esquizofrênica<sup>1</sup>), a filosofia de Deleuze e Guattari propõe algo novo, não no fim ou no começo, mas “se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37). Eles questionam os conceitos de sujeito, indivíduo e de centralidade (sistema árvore), intencionando circular nos entremeios, nos desejos, nas linhas de fuga, nos devires (des/re)territorializados.

Para os autores, a psique dos sujeitos é uma fábrica em constante produção (movida pelo desejo), e não um palco de representações, como propunha Freud – daí suas críticas a uma psicanálise que reivindica o controle, a todo tempo, desse “ser” interior e que centraliza toda manifestação psicológica no ponto comum do Complexo de Édipo. Deleuze e Guattari são os filósofos que bem representam Maio de 1968, pois seus conceitos funcionam como rizomas: uma raiz que se espalha sem hierarquia ou algum centro de comando e, por isso, sem direção definida – o contrário daquilo que defendia Descartes: a filosofia como uma árvore.

Para Deleuze e Guattari, Filosofia é rizoma, pois não há formas fixas, só linhas de segmentação, conexão e linhas de fuga. Em Filosofia, diferente do que se defende comumente, não se interpreta, mas se cria, sem caminho certo ou errado, sem a centralização em conceitos norteadores; são linhas que escapam e se esbarram, que contrariam, assim como os movimentos de Maio de 68, qualquer tentativa de fechá-las, moldá-las. São potências contra as estruturas. “Toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14). Não se busca mais a compensação, mas a experiência: é isso que propôs Maio de 68.

Com base nessas motivações teórico-práticas, Deleuze se engajou em uma organização criada por Michel Foucault, no início dos anos 1970: o Grupo de Informações sobre as Prisões – GIP. Este grupo se organizou como um rizoma, de maneira completamente descentralizada, mantendo grupos de ativistas espalhados pela França, especificamente, onde alguns ativistas encontravam-se presos.

<sup>1</sup> Etimologicamente, esquizofrenia diz respeito à ruptura de elementos fundamentais do corpo e da mente – *schiz*: divisão, cisão, fenda (Miller-Keane Encyclopedia and Dictionary of Medicine, Nursing, and Allied Health, 2003); *phreni*: mente, coração ou diafragma (Farlex Partner Medical Dictionary, 2012).

Deleuze vê nessa organização uma possibilidade de criar uma resistência prática e eficaz que, ao mesmo tempo, segundo Dosse (2010, p. 158), havia rompido com o centralismo, definindo-se como uma microestrutura. Em uma aula ministrada na Universidade de Paris 8, em 28 de janeiro de 1986, com irreverência, Deleuze afirmou que “O GIP desenvolveu um dos únicos grupos de esquerda, funcionando sem centralização... Foucault conseguiu não se comportar como um líder”. (apud DOSSE, 2010, p. 15).

Encabeçado por intelectuais engajados do seu tempo, como Foucault, Sartre, Claude Mauriac, Hélène Cixous, Pierre Faye, Jacques Donzelot, dentre muitos outros, o GIP encarnava o espírito de ação para Deleuze, promovendo intervenções reais contra a desumanização dos presos políticos, esmagados pela máquina repressora e autoritária do Estado. Segundo ele, a expressão dos prisioneiros era algo inteiramente novo, que deixava de ser uma “confissão pública”, sendo mais uma “crítica personalizada”: “Chegará o dia em que nenhum guarda poderá agredir um detento sem que, no dia seguinte, ou um mês depois, ele seja publicamente denunciado por aquele que foi espancado ou por alguma testemunha”, diz Deleuze em um artigo intitulado “O que os presos esperam de nós...”, publicado no *Le Nouvel Observateur*. (apud DOSSE, 2010, p. 160).

Além das ações referentes às prisões, o GIP se mobilizou também em torno da repressão e do racismo, fazendo com que esses atos de militância e resistência proporcionassem um diálogo sobre a definição das novas missões dos intelectuais na sociedade. Deleuze via no GIP uma possibilidade de renovar a relação entre teoria e prática, colocando a Filosofia em um contexto mais concreto, real, local e parcial. “Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante e representativa”, diz Gilles Deleuze em um artigo intitulado “*Les intellectuels et le pouvoir*”, publicado em 4 março de 1972 (apud DOSSE, 2010, p. 161); o intelectual desse tempo não é mais visto como a encarnação da verdade, mas favorece a democratização dos conhecimentos para que as pessoas possam ter condições de falar por si mesmas.

Enquanto o GIP era para Deleuze o ponto de encontro providencial entre a filosofia engajada e os problemas políticos e sociais do seu tempo, Guattari estava envolvido com uma série de práticas sociais ligadas à militância, muitas ligadas a instituições de pesquisa, como o CERFI – Centro de Estudos, de Pesquisa e de Formação Institucionais, que eram lugares de experimentação de conceitos, elaborados em conjunto com Deleuze

Em *Capitalismo e Esquizofrenia* (vol. 1 e vol. 2), esses intelectuais criticaram abertamente a abordagem e o alcance do método psicanalítico para análise das engrenagens da máquina social dominada pela produção e pelo capital. O imperialismo analítico do Complexo de Édipo é questionado em favor da percepção da complexidade do sujeito, o qual é subjugado pela máquina capitalista que não cessa de produzir ações, afetos, comportamentos, registros, consumos, angústias, avarias: produção de produção, processo que tem no desejo o seu princípio imanente.

De base marxista, mas também apontando as limitações dessa corrente, as discussões de Deleuze e Guattari voltam sua atenção justamente para o sujeito envolvido nesse processo, o qual é também visto como uma máquina programada para produzir. O indivíduo é atrelado a uma engrenagem de produção e consumo definida pelo princípio do desejo, que é também gerado e gerido pelo sistema, fazendo assim a roda capitalista girar infindamente, direcionada pela mais-valia. “O próprio sujeito não está no centro, ocupado pela máquina, mas na borda, sem identidade fixa, sempre descentrado, concluído dos estados pelos quais passa”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 35).

Todavia, não é o capitalismo que inventa a produção, ele só a manipula e a tenciona, uma vez que, segundo os filósofos, o desejo é o princípio de conexão de todas as coisas (máquinas desejantes), resultando na produção de fluxos, como a máquina-boca do filho que se conecta à máquina-mama da mãe para que esta produza leite. Esse agenciamento e troca de fluxos só acontece pelo desejo (fome ou ato sexual edipiano, como diria Freud). É justamente por entender a dinâmica da produção desejante que a produção social capitalista se estabelece, perscrutando e explorando os desejos e necessidades humanas (desejos mais urgentes que se estabelecem como prioridades indispensáveis) a fim de direcionar os fluxos e determinar comportamentos.

Em contrapartida, nesse paralelo que se estabelece entre a produção social e a produção desejante, surge sorratamente, como consequência inevitável, “uma instância de antiprodução pronta a assentar-se sobre as formas produtivas e apropriar-se delas”. (DELEUZE, GUATTARI, 2010, p. 49). É nesse sentido que os filósofos franceses afirmam que o capitalismo promove uma cisão em si mesmo, ou seja, esquizofreniza-se, porque desconsidera que as máquinas desejantes só produzem fluxo (produção desejante) quando são desarranjadas, ou seja, desterritorializadas de suas funções primeiras para estabelecer uma conexão com outra máquina, criando um devir, o desmonte das máquinas que são acopladas para o agenciamento de uma terceira coisa.

Ao contrário disso, as máquinas técnicas da indústria só funcionam organizadas, uma vez que são compostas de engrenagens e estruturas justapostas, e seu limite se encontra no desgaste causado pelo uso e pelo tempo. É justamente por essa discrepância que a lógica de funcionamento do capitalismo tende a avariar todo o sistema e suas próprias peças, ou seja, as máquinas desejantes que estão acopladas à máquina capitalista, o que inclui os sujeitos. Essa instabilidade natural da vida expressa na dinâmica constante de devires, desterritorialização, reterritorialização, conexões, desarranjos, etc., ameaça as estruturas conservadoras do sistema socioprodutivo (família, propriedade, estado), aquilo que Deleuze e Guattari (2010, p. 22) chamam de *socius*.

É nesse contexto que a Psicanálise é legitimada pelo *socius* como um método de tratamento para os indivíduos que são avariados a ponto de comprometerem o sistema de produção. A principal crítica dos filósofos franceses à abordagem de Freud é que esta não se constitui em

nenhum momento como uma possibilidade de revolução, uma chance de quebrar as amarras máquinicas que deixam os homens “doentes”, incapazes de cumprir os protocolos das funções sociais; a psicanálise apenas se apresenta como uma alternativa viável para a reabilitação dos sujeitos: uma espécie de oficina, onde máquinas e suas peças são consertadas para que voltem a funcionar conforme a demanda da produção.

De fato, as descobertas teóricas de Freud foram singulares na sua época, teorizando as estruturas psíquicas, como a tríade consciente, inconsciente e subconsciente, e sugerindo formas de tratar os possíveis transtornos pelos quais a psique humana poderia passar. É a proposta da Psicanálise que percebe a produção latente dos desejos humanos (máquinas desejantes), mas a redução de toda complexidade psíquica a apenas um método de abordagem (Complexo de Édipo) oculta toda essa descoberta e reduz o plano de alcance analítico: “substituiu-se o inconsciente como fábrica por um teatro antigo; substituíram-se as unidades de produção inconsciente pela representação; substituiu-se o inconsciente produtivo por um inconsciente que podia tão somente exprimir-se (o mito, a tragédia, o sonho...)”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 40).

As atitudes desregradas do homem transtornado, rebelde, insubmisso, como os esquizofrênicos, que se negam ao tratamento pela edipianização, então, passam a ser tratadas como representações do inconsciente sobre um palco de teatro, quando a psique deveria ser considerada, de acordo com os filósofos, como uma usina, uma fábrica de intensa produção desejante, experimentação, conexões e devires. O imperialismo analítico do Complexo de Édipo reprime as manifestações voluntárias das máquinas desejantes e passa a considerar o desejo como falta de alguma coisa real, e essa ausência produz o que Freud chamou de fantasmas.

De fato, Deleuze e Guattari são muito enfáticos em sua aversão à proposta de Freud, que particularmente depositava o sujeito esquizo às margens da atenção psicanalítica, e assim sugerem uma proposta de análise alternativa, contrária e bastante irônica: a Esquizoanálise. No entanto, não é possível delimitar as características desse novo “método”, uma vez que isso seria estabelecer parâmetros nos quais os sujeitos seriam mais uma vez rotulados, justamente o que fazia a psicanálise. Dessa forma, convém observar o sujeito em processo, em seus devires e experiências, a fim de analisá-lo de forma específica, considerando as múltiplas variantes que fazem parte de sua constituição enquanto indivíduo.

Refletindo sobre as condições capitalistas do *socius* que esquizofrenizam os sujeitos, a ponto de se tornarem uma ameaça à ordem benquista das coisas, Deleuze e Guattari (2015, p. 119-120) afirmam, contrariando a tentação reducionista das ciências sociais, que Maio de 1968

[...] foi um fenômeno de vidência, como se uma sociedade visse, de repente, o que ela tinha de intolerável, e visse também a possibilidade de outra coisa. É um fenômeno coletivo na forma de: “Um pouco de possível, senão eu sufoco...” O possível não preexiste, é criado pelo acontecimento. É uma questão de vida. O acontecimento cria uma nova existência, produz uma nova subjetividade (novas relações com o corpo,

o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho...). Quando uma mutação social surge, não basta extrair dela todas as consequências ou efeitos, segundo linhas de causalidade econômicas e políticas. É preciso que a sociedade seja capaz de formar agenciamentos coletivos que correspondam à nova subjetividade, de tal maneira que ela queira a mutação. Isso é uma verdadeira “reconversão”.

Todavia, não foi isso que aconteceu na França, infelizmente. Deleuze e Guattari lamentam em um texto intitulado “Maio de 68 não ocorreu”, de 1984, uma vez que, para eles, os acontecimentos de Maio de 68 não foram a consequência ou reação de uma crise, mas foi a crise vivida pela sociedade francesa da época que impossibilitou que tal movimento revolucionário pudesse ser compreendido.

Maio de 68 foi a ponta de um *iceberg* e sua potência não acabou após o término das manifestações, das greves, quando *la beauté* saiu das ruas para se institucionalizar novamente e ganhar força nas universidades – quisera Deleuze e Guattari que isso fosse pela descentralização do poder, mas infelizmente não é bem esse cenário que constatamos.

Os filhos de maio de 68 podem ser encontrados espalhados por aí, ainda que eles próprios não saibam, e cada país os produza à sua maneira. A situação deles não é muito animadora. Não são jovens bem-sucedidos. São estranhamente indiferentes e, no entanto, muito informados. Deixaram de ser exigentes, ou narcisistas, mas sabem muito bem que nada responde atualmente à sua subjetividade, à sua capacidade de energia. Sabem inclusive que todas as reformas atuais vão até contra eles. Estão decididos a cuidarem da própria vida, o melhor que puderem. Preservam uma abertura, um possível. (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 2).

Assim como, na primavera de 1971, Alain Jaubert presenciou a truculência da polícia durante uma manifestação de antilhanos e acabou sendo levado num camburão e espancado pelos policiais militares (apud DOSSE, 2010, p. 161), os filhos de Maio de 1968 ainda continuam sendo massacrados pela polícia, pelo poder dos Governadores, que batem e atiram até mesmo em professores da rede pública de ensino, que se organizam e ocupam espaços públicos, do povo, como a Assembleia Legislativa ou o Ministério da Justiça, como aconteceu em Paris, em 17 de janeiro de 1972. Todavia, como citaram Deleuze e Guattari, é necessário que a sociedade crie novos agenciamentos sociais para comportar a revolução que cresce um pouco mais a cada dia pela voz dos filhos de Maio de 1968; é preciso corresponder a essa nova e desafiante subjetividade e querer a mutação. Só assim é que a real “reconversão” pode acontecer.

<sup>2</sup> *La beauté est dans la rue* (A beleza está na rua) é uma frase de um famoso cartaz feito para as manifestações de Maio de 1968. O cartaz retrata uma pessoa (provavelmente, uma mulher) atirando um paralelepípedo (contra a polícia?) em uma posição que faz clara alusão a Marianne, símbolo da República Francesa, no quadro *La Liberté guidant le peuple – A liberdade guiando o povo* (1830), de Eugène Delacroix (1798-1863).



## REFERÊNCIAS

- DOSSE, F. Os engajamentos políticos de Gilles Deleuze. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 151-170, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/24120/16151>>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Maio de 68 não ocorreu. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-121, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/v8n1/traducao.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- LA BEAUTÉ est dans la rue [Cartaz]. Montpellier, 1968. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9018366v>>. Acesso em 02 abr. 2018.
- PALOMBINI, A de L. Lacan, Deleuze e Guattari: escritas que se falam. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. esp., p. 39-42, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21nspe/v21nspeao7.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- PHRENI. In: **Farlex Partner Medical Dictionary**. 2012. Disponível em: <<http://medical-dictionary.thefreedictionary.com/phreni->>. Acesso em: 08 ago. 2016.
- PINTO, J. A. da C. França: lutas sociais anticapitalistas no maio de 1968. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 85, p. 1-5, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- SCHIZ-. In: **Miller-Keane Encyclopedia and Dictionary of Medicine, Nursing, and Allied Health**. 7. Ed, 2003. Disponível em: <<https://medical-dictionary.thefreedictionary.com/schiz->>. Acesso em: 08 ago. 2016.

Recebido para publicação em 25 set 2018.

Aceito para publicação em 14 mar. 2019.

## 1968 / 2018: A POESIA PRECISA SER COTIDIANA

### 1968 / 2018 : LA POESIE DOIT ETRE AU QUOTIDIEN

Daniel de Oliveira Gomes\*

**RESUMO:** Se aqui proliferamos o descaso com a nossa própria memória e as nossas maiores necessidades, Maio de 68 foi e continua sendo um tema histórico permanente na filosofia francesa. O presente ensaio busca contrastar a universalidade histórica de maio de 68 na França com a singularidade passageira de maio de 2018 no Brasil, quando caminhoneiros paralisaram devido à crise do combustível. Consideramos contextos ideológicos, intelectuais e políticos para se pensar as dificuldades brasileiras com relação às utopias demagógicas atuais e o problema do poder imunizado fortemente à imaginação e às forças poéticas. Apreendemos “poesia”, aqui, de modo amplo, como um dado de resistência ou uma fonte vital tanto para a experimentação do sujeito ativista quanto para a experimentação aberta e inconfessável da comunidade.

**PALAVRAS chave:** comunidade; poesia, maio de 68; intelectualidade

**RESUME:** Si ici nous conservons la négligence de la mémoire et de les besoins plus importants de la nation, Mai 1968 reste toujours un thème historique permanent dans la littérature française post-structuraliste. Cet article recherche à mettre en contraste l'universalité (française) de mai 1968 avec la singularité de mai 2018 au Brésil, lorsque dans la greve des routiers, les camionneurs sont tous été paralysés en raison de la crise de l'essence. Nous considérons les contextes idéologiques, intellectuelles et politiques comme un lieu de réflexion sur toutes nos difficultés face aux utopies démagogiques actuelles et sur le problème du pouvoir tout à fait blindé contre l'imagination et la puissance de la poésie. Nous comprenons bien le concepte de poésie comme une donnée de résistance ou une source de résistance nécessaire à l'expérimentation du sujet militant et en ce qui concerne l'expérimentation ouverte et irréfutable de la communauté.

**MOTS-CLÉS:** communauté; poésie, mai 1968; intellectualité

---

\* Professor associado do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: setepratas@hotmail.com

Maurice Blanchot dizia que a poesia era cotidiana em Maio de 68. Como poria Zuenir Ventura, um ano que não terminou? Mas essa poesia terminou. Ou, quem sabe, o fogo morreu, foi um ano que terminou em algum ano e não nos demos ainda conta? Estamos tentando sempre reviver este movimento, com o diferencial de que nos transformamos quase sempre em meros sinais de fumaça. Conforme Zuenir Ventura fala em recente entrevista ao programa roda-viva, nossos movimentos continuam a ser uma “retro-utopia”, um retomar, um relembrar, de 68. Pois 68 é lenha para nossas novas fogueiras... Mas a pergunta é, por que então os intelectuais de maio de 68 hoje fazem outro efeito de sentido? Por que o mais das vezes eles parecem uma lenha molhada, ou, ao contrário, tão cheia de combustível que evapora fácil, à espera de uma nova fogueira, um novo objetivo, uma nova especificidade para lutar. Hoje, para entrar na luta, precisamos de um motivo claro, muito claro, e, ainda que seja claro, pode ser um tanto opaco para se lançar, temos que ter um intelectual nos guiando lá na frente, com uma boa retórica para nos representar, é preciso estar sindicalizado, uma fé cega na democracia brasileira, com um discurso coerente para as redes sociais, ter seguidores, uma carteirinha partidária no peito sem a validade vencida, ter pichado “leia Marx” no muro, ou um livro de Marcuse no sovaco e, novamente, um motivo claro, muito claro, porque se estiver errado, não pode mudar a casaca. Em maio de 68, o estudante só precisava de um paralelepípedo nas mãos. Era só utopia. Hoje somos atopia.

Outra questão era a dos intelectuais, o lugar deles naquele movimento. Antes de mais nada, os intelectuais não podiam, naquela França, estar lá se não fosse pelos estudantes, os intelectuais não eram seguidos pelos estudantes, era o contrário, os estudantes eram a vanguarda de uma luta a que os intelectuais franceses aderiram. Estavam lá, não apenas representando os estudantes, mas em meio a eles, em meio aos sonhos dos estudantes, em meio a um poder jovem que nascia sob um maniqueísmo mais claro que nos dias de hoje, um inimigo mais sólido. Sobretudo no Brasil, parece que este maniqueísmo tende a voltar, mas as complexidades do pensamento de que lado estar é que tornam mais opacas as decisões. Estamos num Brasil sem poesia, desapaixonado, imaturo, verde, mas sem juventude, que não pode se comparar àquela França. Uma França de 68 era a das Revoluções comportamentais, próprias do surgimento de uma nova etologia do contemporâneo, onde o contexto no qual orbitava o movimento era a conjuntura onde a descoberta do “poder jovem” se dava. Não diria que hoje este poder jovem se deixou reprimir, diria que há infiltrações estranhas, fissuras, uma carbonização que gera efeitos de fumaça que ainda não nos deixam ver as coisas direito. Movimentos potencialmente intensos, acabam assim que começam. Se antes ficávamos confusos com pelo o que se lutava propriamente, hoje parece que ficamos confusos com quem está lutando a luta, confusos com os lados que os movimentos assumem. É um extremismo muito mais latente em todos os lados. Devemos aderir a isso ou àquilo? Isso é mesmo isso, aquilo é mesmo aquilo? Uma polarização sob uma institucionalidade bem distinta da de maio de 68, (onde, lembra Blanchot, não havia rumos, organização sólida, mas sabíamos quem lutava, embora lutando por uma

comunidade inconfessável. E Maurice Blanchot via a potência popular na desorganização, na própria impotência, na paixão poética dos amantes, na recusa de assumir uma reação social, ou na política pessoalizada, nomeável, confessável. Ao contrário de uma política que luta apenas pela potência e a ordem, em Blanchot, o anônimo e o impessoal teatralizam uma soberania sem lei. A presença sempre ambivalente e desestruturada do povo se dá sempre num movimento incerto, numa luta que aceita “não fazer nada”, ignorando as estruturas que poderiam desestabilizá-lo). Vivemos, quem sabe há pouco, essa possibilidade de conjuntura, esta retro-utopia, com a greve dos caminhoneiros. Mas, por algum motivo, essa efervescência popular no Brasil em favor desta classe, mesmo com a potência da comunidade acéfala, sem líder, sem *nomos*, sem reivindicação plena, não atinge a presença instintiva da não-ação que em 68 se produziu como potência. São caminhoneiros com todo poder nas mãos, o poder de empacar, entupir as veias do país, anarquizar, a parada obrigatória, o poder da presença do povo enquanto paralisia que é mostrar a sua ausência, o poder que pode tudo, que pode obrigar a Lei que o deveria interditar, calar, conformar, obrigar esta lei a se dobrar à negação da comunidade. Exato anticapitalismo. Botar num caminhão de lixo esta arruaça que chamam política, botar num camburão. Mas não alcançamos o êxtase do movimento, porque acabamos aderindo, como povo, a uma comunidade ordeira, que não chega a solicitar a mudança de governo porque talvez não o reconheça como um governo ilegítimo, onde o governante golpista não chega a ser golpeado nunca. Caminhoneiros que acabam apaziguados, engodando o hino nacional ao entoar de alto-falantes um helicóptero militar. É um alto-falante ideológico, oposto àquele combativo que Foucault usou no maio de 68, um alto-falante que não vinha de cima, mas em meio aos estudantes, como um poder representativo sem pátria, sem hierarquia, comunidade confessável e universalizador. E, por falar nisso, a gasolina já subiu de novo. Não é possível sabotar nada enquanto crê-se na comunidade salvática e suas obsessões simbólicas, isso já dizia Blanchot em *Comunidade Inconfessável*.

A poesia precisa ser cotidiana, é preciso ter combustível para a poesia, para um movimento ser como o de maio de 68. “Ausência de reação”, esta foi uma atitude simbólica que os filósofos franceses tomaram de Nietzsche. Agonismo poético nietzschiano, na verdade, lida pelos intelectuais franceses, e que nos deixaram como legado nos anos 70. É preciso uma estética superpoderosa onde a desestrutura apareça de fato, ignorando o poder que poderia desestabilizá-la. Mas, quando a rebeldia é apagada com cinzas nacionalistas, ela vira quimera poética, perde a utopia, perde a poesia. E esta poesia de 68 em que nos inspiraríamos não é a de se pintar a cara, é uma poesia da luta, uma poesia que quase ocorre, quase tem ocorrido, por aqui, mas, diante das bombas, das dificuldades, acabamos negociando, recuando, esperando ver no que vai dar. Não se trata de fazer balbúrdia, se trata de uma presença popular que seja impulsiva, realmente impulsiva, presença inocente de uma fraternidade que negligencie a autoridade pelo viés de certa presença em suspensão do inimigo.

Hoje, sabemos quem são os inimigos que vendem a pátria, o que fazem, o que querem, mas estamos polarizados entre uma esquerda caviar que ouve Chico Buarque *versus* reacionarismo sapatênis que aprecia Lobão. Quando FHC, sociólogo que se diz um dos expectadores de maio de 68, e que se gaba por ter dado aula para líderes do movimento em Nanterre, foi agenciador estratégico de um processo complexo do nosso país, não sabíamos direito o que aquele senhor fazia lá em cima. Hoje todos sabem qual era o projeto em causa, em nada poético. Quando Dilma, que em 68 era localizada pelo Serviço Nacional de Informações, se reelegeu, sabíamos quem fora a ex-guerrilheira, não entendíamos quem de fato era aquele vice meio vampiresco. Se era de se “temer” ou não. Hoje sabemos, e como sabemos. Sabemos quem nos governa. Aqui no Paraná é o mesmo. Um belo dia, eles chegam, um deles se diz pão duro e, portanto, possui inúmeros projetos de privatização para economizar dinheiro. Paga-se um linha dura pra comandar a Segurança Pública do Paraná e disponibiliza-se a ela toda verba possível. Sob protestos, os políticos comprados acabam num camburão. Você, professor, que jamais se vendeu, é recebido como se fosse um arruaceiro desajustado. Porrada, cassetetes, gás lacrimogêneo. Na entrevista, o governador justifica que era um exército de *black-blocs* com barras de ferro contra alguns policiais “do bem”. Para provar, há quem tenha registrado uns PMs com canetinha bic vermelha e batom simulando sangue na farda, outros se recusam a bater em inocentes e são exonerados imediatamente. E assim acaba nosso pequeno maio de 68 no Paraná. Você volta pra casa ferido e perdido, com a esperança que os ventos da história não apaguem tão rápido esta luta. Mas preservar a memória é o grande desafio por aqui. Hoje, caímos nessa impossibilidade de ir ao reconhecimento ético, ao “extremo do ser”, como poria Blanchot, girando sobre aqueles tempos dos anos 60 e 70. O que Hobsbawm chamaria a “era dos extremos”. Hoje, sob a era dos fenômenos extremos, como poria Baudrillard - outro intelectual que ganhou visibilidade em maio de 68, ano em que publicou seu primeiro livro “O Sistema dos Objetos” - falta-nos algo, algo que 68 tinha em abundância. Falta-nos algo que não sabemos mais enunciar para distinguir pelo que lutamos, para tornar histórica a expressão de nosso contra-poder. É que talvez seja a luta contra governos, governabilidades, versões de governabilidades, versões de versões, variantes de versões. E 68, como força de instabilidade, era diferente. Segundo o escritor mexicano Carlos Fuentes, a revolução de 68 era uma insurreição não contra um governo em si, mas contra o futuro determinado pela prática da sociedade industrial contemporânea atuada pela juventude. E, muito bem apontado, uma juventude desenvolvida, de uma nação desenvolvida.

O que é a expressão do poder jovem em 68 que torna histórica e famosa a experiência, e não apenas uma luta a mais? Não é exatamente a busca ideológica de um fim de governo, a instauração do comunismo como regime; a instauração de uma possibilidade de consumo para certas classes, numa sociedade de consumo. É a questão de não se consumir nada. Anti-consumo significa anti-capitalismo. Votar pelo socialismo revolucionário era ter um paralelepípedo como cédula (leia-se também como cédula de dinheiro). Como uma das frases que se lia

nos muros da Sorbonne que dizia “A sociedade de consumo deve morrer uma morte violenta. A sociedade alienada deve desaparecer da história. A imaginação tomou conta do poder”.

A grande questão de 68 é uma questão poética, de imaginação empoderada, como punha Sartre, de aderência entre socialismo e liberdade, qual seja, de uma resistência que imagina, uma imaginação que toma o poder. Mas isso não significa também aderir apenas à visão paz e amor dos hippies, é sim uma luta de antireacionarismo, de anticonservadorismo, uma luta generalizada contra o autoritarismo que cessa toda liberdade... não interessa a ideologia... é quando os jovens, os alunos, os professores, todos, não aguentam mais engolir o poder, seja ele qual for, e querem outra coisa que não está definida como conformidade. Qual seja, como comunidade. Uma comunidade inconfessável. (O problema é quando, no Brasil, hoje, se tenta lutar contra o reacionarismo sendo-se, muitas vezes, mais reacionário ainda. Se tenta lutar contra a direita sendo extrema-direita. Se tenta lutar contra a esquerda sendo extrema-esquerda. Não se pode lutar revolucionariamente contra a comunidade sendo extremamente comunitário...) As revoltas atuais não partem da juventude: chegam à juventude permeadas por outras ideologias, por outros dispositivos de poderes, partidos, discursos, bandeiras. Veja-se que 68 não tinha uma bandeira específica, ele aconteceu, aquele maio, depois as bandeiras vieram. Como poria Edgar Morin, Maio de 68 ensinou que o subsolo da comunidade está minado, e foi, de fato, a única revolta estudantil que, se deflagrando em cadeia, atingiu, primeiramente, a juventude, toda a juventude, e depois a sociedade, as instituições, os sindicatos, os intelectuais... 68 foi uma revolta dignamente clandestina, dignamente marginal, dignamente surpreendente, porque jovem. Mas isto já que havia um contexto específico.<sup>1</sup>

Em Foucault, o sujeito ativista está como suporte e efeito do combate. O bisturi estranho que recorta e, ao mesmo tempo, instala-se no *corpus*. Foucault se desprendia de estatutos e campos hegemônicos, era a sua juventude, sua ousadia poética, sua transversalidade terrível. O diagnosticador está circulando, não se limita a um *topos* fixo. Seus enunciados decupados

<sup>1</sup> Voltemos ao contexto dos anos sessenta. A Primavera de Praga, os feminismos (com a invenção da pílula anticoncepcional a título de exemplo), a influência da esquerda revolucionária cubana (a efigie de “Che”), a problemática da segregação racial americana que contava com duas perspectivas, os panteras negras e/ou Luther King, os movimentos homossexuais e movimentos ambientalistas, a guerra do Vietnã (Woodstock, guitarra, Jimi Hendrix). A descoberta disto que hoje conhecemos como “pensamento jovem”. Os “movimentos de estudantes” ou “movimento estudantil”, ainda em suas incipiências subversivas (deve ser organizado, deve ser rebelde? deve ser revolucionário, armado, deve ser ordeiro? Tudo isso era uma interrogação). No Brasil, vivíamos o pleno regime militar, em 68. Tivemos a organização pelo movimento estudantil, (onde estavam Gabeira, Wladimir Palmeira, Clarice Lispector, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gil) a passeata dos 100 mil, que foi deflagrada após o assassinato do secundarista Edson de Lima, por um comandante da PM. 68 é também o ano da promulgação do AI5, ato institucional número 5, emitido por Artur da Costa e Silva, onde a censura passou a fortalecer sua reprimenda. Logo, notamos que Maio de 68 liga-se a todo imaginário de uma época. Este movimento mudou a cabeça de intelectuais antenados na França e fora dela. Após maio de 68, Michel Foucault começa com uma prática de discursos de intervenções que, de certo modo, rivaliza com sua postura diagnosticadora, discursos paralelos à lógica de sua obra propriamente dita - se bem que estas intervenções estivessem também, não raro, circunscritas nesta mesma obra. Como diz o clássico artigo de François Dosse, no segundo volume de “História do Estruturalismo”, naquela eferescência dos anos 70, ele vai reatar “com a figura de que se desligara, a do intelectual global que se arvora em defensor dos valores da democracia. Essa evolução permitirá a reunião das duas figuras até então antitéticas em seus respectivos engajamentos, as figuras de Sartre e Foucault.”

também revelavam sua transversalidade, ou, como dirá Artières, “à maneira de um anatomopatologista com os cadáveres, ele corta os tecidos políticos e avança”. (ARTIÈRES, 2004, p. 30). Se o comparamos a Sartre, à postura de Sartre, na relação com o Grupo de Informação sobre as Prisões, veremos que tiveram posições distintas como pensadores sobre as revoltas penitenciárias da França. Eu diria que Foucault foi mais agonista, sob uma inspiração mais poética-nietzscheana, etopoiética, vislumbrando uma postura menos representativa como intelectual, envolvendo-se mais fisicamente, ao propor uma inscrição de engajamento que se pautava numa *pratique de soi*, ou na própria experiência. Uma descoberta de sua própria experiência intelectual na dimensão do outro, do dito menor, do dito anormal, marginal, não o iluminando totalmente, mas dando a ele as condições de sua centralidade.<sup>2</sup>

Estamos numa era de potencialização do anti-rizoma, do não-estético, do objetivismo, do neopragmatismo político, da caça aos pecadores. Assim como o conservadorismo místico, pelo viés dos pastores evangélicos, ingressou no âmbito político, também está ingressando camufladamente no mundo intelectual, através dos ministros pragmáticos, anti-teoristas. Ainda penso crer na releitura de um Foucault que não é tradicionalista, metafísico, que deixou um legado às ovelhas negras, embora devorado, consumido, pelas brancas. Mas, como poria Daniel Lins, o rizoma, estando em perpétuo devir, “a escrita rizomática é orfã, inclusive, do pecado”. Diria que é uma conjuntura onde surge o leitor crítico de Foucault (mas não de Deleuze?) que sequer leu “Olvidar Foucault”, de Jean Baudrillard. Gente que não opera uma crítica anticônica, simplesmente ignora o autor, talvez porque é francês, e com ele, esquece que está também a negar seus agenciamentos, seus nódulos com todo o pós-estruturalismo, ignoram décadas de escrituras que vão de Blanchot a Agamben, leitor que, o mais das vezes, não conseguiu, eis

<sup>2</sup> Na tarefa de um “diagnosticador do presente”, Foucault buscou olhar a si mesmo desconjuntado do seu tempo. Foucault quis frustrar a memória conservando-a, quis buscar uma metodologia em que se revelasse a exterioridade que já se expunha, e nisso, como por exemplo, o conceito de arqueologia, de resgate do passado em função do agora, de escavar verdades cujo sentido estivesse realmente por vir e não no subsolo do já-dado, no subsolo da memória. Ensinou-nos uma posição poética de militante, pautada em 68, como espontaneidade. Quem sabe aquilo que Alfredo Veiga-Neto punha como a lição de uma “fidelidade infiel” com relação a ele mesmo. Foucault, em perigo constante, em zona de perigo interpretativo, será exatamente um autor “rizomático”, no sentido deleuzeano? Por que precisaria ser? Hoje em dia, uma “risível zona”, “risívelzoma” (para aqui aludir sonoramente “rizoma”), tem sido puxado por interpretações de ultradireita, por delineamentos que buscam usá-lo e não o ouvir, casá-lo com propósitos estranhos, parasitas. Por outro lado, opiniões abundam de “ex-foucaultianos” (interessante, não tenho visto por aí ex-deleuzeanos, por exemplo), professores universitários, militantes, teóricos, marxistas, que liam Foucault, mas viram que ele “não dá mais conta das questões do presente”. Mas então Foucault está mesmo morto, o autor morreu, e aquele que com Barthes afirmou que morreria, morreu, e, como poria o Beckett, já morto, que importa quem fala? As questões de hoje seriam de uma ênfase ou de um calibre totalmente oposto às de Foucault nos anos 70? Vivemos então outro “estágio sociológico”, precisamos de autores mais pós-modernos, mais pós utópicos. Ou seriam mais utópicos? Precisamos voltar antes da era dos foucaultras, dos foucaulmaníacos, dos foucaulfanáticos, como se suas obras tivessem sido uma espécie de beatlemania que insiste em renascer sempre a cada nova geração de apreciadores fora do tempo, fora do espaço. Um modismo ultrapassado. Não acredito neste tipo de opiniões pasteurizadas contra o trabalho de Foucault. Às vezes fico pensando se não se trata de uma onda de neoconservadores e moralistas censurando a leitura de “Vigiar e Punir” ou “A microfísica do poder”; grupos de leitura de Olavo de Carvalho abundando, o conservadorismo de Pondé louvado em universidades... Terá sido por “modismo” ou “ vaidade” que Foucault lutou em maio de 68 ou trabalhou o tema do poder de modo tão imprevisível? Defendeu loucos, estudantes e marginais, foi contra a postura do intelectual de gabinete, contra a opressão macro e microfísica?

a verdade, perceber Foucault no agora e foi para um caminho mais cômodo. Ele, o anti-leitor de Foucault assim digamos, não é hoje exatamente gente crítica que, como Baudrillard, queira esquecer Foucault, mas um leitor-não-leitor que sequer se permite dar alguma importância de vir a lembrá-lo, atualizá-lo, contemporaneizá-lo, lê-lo que fosse em função de questões abertas à agoridade. Lê-lo para não o entender, para abandonar o ininteligível, o estranho. Porque andar com Foucault e Deleuze é, embora possa parecer mesmo um modismo abjeto nas Universidades, repito, uma possibilidade ainda de andar em zona de perigo, mas muita gente passa a evitar certos autores porque acha que essa alfaiataria passou, acha que a moda voltou, acha que é muito rizomático, ou, ao contrário, acha que não é em nada rizomático<sup>3</sup>.

A palavra resistência é uma palavra chave na dinâmica do poder, para Foucault, porque, sem a noção de resistência, temos passiva obediência a um poder instaurado, a um sistema préconformado (reconfirmado). Porém, resistência não é apenas dizer não, negar, uma força antiproducente, negativa, arrogante, mas sim dizer sim por vezes, uma força poética, criativa, produtiva, resistência como uma forma de contrapoder, uma forma não apenas contraproducente, mas uma potência criativa.

Tais relações de força particulares têm insurgido como uma rede cada vez mais visível, no Brasil, a título de exemplo, desde o governo interino, de modo que devemos discorrer a respeito da questão do comprometimento da soberania do Estado brasileiro hoje, a serviço de interesses por vezes mais econômicos e prestativos às oligarquias reacionárias do que aos zelos populares (saúde, educação, cultura, aposentadoria, etc...) e com relação ao futuro real da juventude neste panorama. Haja vista as relações de força paradoxais que têm se rebelado repentinamente contra os desejos reformistas dos nossos governantes, que são rebatidas com descaso ou, ao pior ainda, com ferina violência. Para sustentar a demagogia do reformismo, botam-se os mecanismos ideológicos, midiáticos, repressores, policiais, etc., para laborar como sempre em prol do chamado “bem comum”, quando este parece ser tão-somente uma vontade vinda de uma direção gerencial, onde o grosso da maioria não se encontra. Vivemos a volubilidade da política - ela não mais está na condição de força inimiga ou amiga, como na época dos anos setenta de Belchior (em que havia possibilidade de mobilização intensa, tal como os versos do compositor na canção “Não Leve Flores”, diziam “o inimigo já conheço”) e

<sup>3</sup> Meras desculpas, às vezes apenas para legitimar o “não-ouvir” Foucault. Já ouvi dizerem que o professor brasileiro, em geral, é pouco militante porque tem pouca “cultura” comparado ao europeu. E já recebi vídeos “revolucionários” onde se sustenta que há um periclitante figurinismo francês crescente na academia brasileira, supondo que o intelectual latinoamericano deveria jogar no lixo livros impressos na França. Pra mim, cultura não se tem pouca ou muita, e sim são formas de cultura diferentes, aqui e ali. A cultura, ou o insurgir-se contra ela, assim como a história, a própria sociologia, pode ser uma prática de verdade que tem fins de controle e de diferenciações de classe. Um professor sustentar ódio e frustrações contra a cultura popular pode ser tão inadmissível quanto odiar cânones culturais específicos, e vice-versa. Neste caso, apenas farão seus alunos desistirem de ler Foucault ou Sartre por exemplo. Um professor precisa estimular seus alunos sempre. Acredito que, se lemos Foucault de um modo não meramente comemorativo, mas relendo-o em prol de uma retomada arqueogenológica constante, como se seus livros estivessem sempre abertos, rizomaticamente pré-dispostos a novos agenciamentos, conexões outras, mesmo ao preço de subverter velhas superfícies ou noções cabais, estamos a operar resistência.



dos movimentos estudantis de 68, por exemplo, que mobilizaram intelectualmente Foucault e Blanchot, situações que iam oprimindo o presente e o futuro do jovem claramente. E, claro está, ela está diversamente colocada, por exemplo, ao histórico movimento nacional das “Diretas Já”, ocorrido no início da década de oitenta, no Brasil. Ela está, ao contrário de um movimento que agregaria várias esferas de liderança, já na condição de emergência de situações aparentes de autoridade que, no fundo, omitem a degenerescência extrema do próprio Estado. (Quando, como foi noticiado amplamente, um líder de Estado, que muito temos a “temer”, acaba de chegar à reunião de cúpula do G20, apregoando aos jornalistas que “a crise econômica no Brasil não existe”, quando, por sua vez, o IBGE anuncia que o Brasil tem 13,8 milhões de desempregados, uma vez mais esta degenerescência nitidamente aparece). A opressão ideológica é macro e micropolítica, é ante e pós-política. Mas, pensando tal como poria, desde longe, a jovem poeta contemporânea Golgona Anghel, cada qual busca, nesta multidão de esquinas a se alocar, sua maneira peculiar de felicidade institucionalizada, sua mitificação pessoal, onde elas, “as esquinas”, como esta metáfora do lugar marginal onde se cruzam dois lados (Belchior dizia que “há perigo na esquina”), são hoje supostos lugares de reorganização catártica e não mais de desordem ou luta.

Não é mais possível omitir a chama decompositora desse sistema rude. Um sistema que nos fossiliza a cada esquina, sobretudo em 2018. A recente destruição simbólica do fóssil de Luzia, de 11 mil anos, é o emblema de que, aqui, a Memória se destrói e se fossiliza constantemente a luta, a cultura e a inspiração. O desmonte do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, desde 2004, como alertou há pouco a revista Carta Capital, museu que acabou recentemente incendiado, é o exemplo máximo da “anti-arqueologia”, dos efeitos desse sistema rude. A (re)ação se mumificou nesse país. Aparentemente, no Brasil, temos visto um sistema rude atuar pelo descaso com a Memória. Mas também violentamente em manifestações populares, bancando-se como culminâncias menos graves, como casos isolados de violência policial em um pretense “país sob controle”, qual o caso de desmesurada violência ocorrida em Goiás contra o estudante de Ciências Sociais, Matheus Ferreira, levado à UTI após ter o rosto desfigurado com um golpe de cassetete de um capitão da polícia. Ou, como nos casos de agressão súbita às manifestações de professores no Paraná. Pode ser que se diga que isso nada tem a ver com um problema precisamente nacional, que a nação sofre as sequelas de novas relações emblemáticas em tempos de globalização, como em muitos outros lugares, que o personalismo cresce ao passo que estamos a acostumar-nos com a violência inesperada a cada esquina. Mas, obviamente, a questão que levanto é mais complexa, porque tem a ver com o fim da própria comunidade, o fim da memória e a falta do social<sup>4</sup>. Está-se destruindo a felicidade de futuro para os jovens.

<sup>4</sup> Como a poesia de Golgona Anghel diria sobre o problema subjetivo da comunidade (a felicidade social que se compra): “Um dia vou adoptar uma menina órfã de Afeganistão./Estou apenas à espera que os americanos/Parem com os bombardeamentos em cabul./Até lá, compro todos os anos/Um postal humanitário da Unicef/A distância de um click, vocês também podem ser sócios do/Grupo de Apoio às vítimas da malária./Só me falta agora pagar/Um crédito de 300.000,00 euros para ser feliz”. (ANGHEL, 2011, p.65).

Estar à distância de um click da possibilidade de fazer parte da felicidade da comunidade significa, em verdade, a conclusão cabal da própria comunidade. A comunidade se virtualiza e o sentido de débito se redobra. A falta do social das massas, como poria Baudrillard. Quando, em “A Comunidade Inconfessável”, Maurice Blanchot dizia que a poesia era cotidiana em maio de 68, o filósofo se referia a uma das primeiras injunções populares espontâneas que afetavam efetivamente vários setores do Estado francês; ele se referia a uma situação caótica onde o que estava em questão não era uma organização para a tomada do poder, exatamente como pretendia o socialismo combatente, mas a criação de espaços de uma explosiva presença inocente da fraternidade, uma emoção idealista coletiva como força plural que negligenciava toda e qualquer autoridade, e assim negligenciava revolucionariamente a própria comunidade, pelo viés de uma intrigante utopia não-ideológica, sem líderes, guias, condutores, mas com uma multiplicidade de objetivos e alvos. De algum modo, Blanchot, em “A Comunidade Inconfessável” (recentemente traduzida ao português pelo professor Eclair Almeida Filho, da UNB), já demonstrava a problemática da comunidade enquanto paradoxo, da militância esquerdista enquanto ambivalência, da morte das obsessões simbólicas da comunidade, com isso profetizava também o fim do poder representativo, o fim do Estado, que apenas mais tarde Baudrillard porá como “fim do social e surgimento das massas”. E o pensador francês dizia isto ao reafirmar constantemente que a comunidade inscreve sucessivamente, de alguma maneira, a impossibilidade da própria comunidade. (BLANCHOT, 1983, p. 23).

Onde anda o tipo afoito  
Que em 1-9-6-8  
Queria tomar o poder?  
Hoje, rei da vaselina,  
Correu de carrão pra China,  
Só toma mesmo aspirina  
E já não quer nem saber.

Flower power! Que conquista!  
Mas eis que chegou o florista  
Cobrou a conta e sumiu  
Amor, coisa de amadores  
Vou seguir-te aonde f(l)ores!  
Vamos lá, ex-sonhadores,  
À mamãe que nos pariu!

Oh! L'age d'or de ma jeunesse!  
 Rimbaud, «par délicatesse  
 J'ai perdu (também!) ma vie!»  
 (Se há vida neste buraco  
 Tropical, que enche o saco  
 Ao ser tão vil, tão servil!)

E então? Vencemos o crime?  
 Já ninguém mais nos oprime  
 Pastores, pais, lei e algoz?  
 Que bom voltar pra família!  
 Viver a vidinha à pilha!  
 Yuppies sabor baunilha  
 Era uma vez todos nós!

Dancei no pó dessa estrada...  
 Mas viva a rapaziada  
 Que berrava: “Amor e Paz!”  
 Perdão, que perdi o pique...  
 Mas se a vida é um piquenique  
 Basta o herói de butique  
 Dos chiques profissionais.

I have a dream... My dream is over!  
 (Guerrilla de latin lover!)  
 Mire-se o dólar que faz sol  
 Esplim, susexo e poder,  
 Vim de banda e podes crer:  
 “Muito jovem pra morrer  
 E velho pro rock ‘n’ roll! (BELCHIOR, Os Profissionais)

Quem sabe, falte-nos uma ação de combate, como a de 68, não por nos faltar exatamente humanitarismo, o fogo da luta, ou pelo que lutar, objetivamente. Temos motivos de sobra. Lenha de sobra. Mas porque, quem sabe, diante de tantos motivos, nos falte poesia. E poesia, nesse sentido, significa olhar de outro modo a política, não apenas fazendo contra-política. Aquela poesia que dava lugar ao tipo afoito de 68. Esta presença inocente do sonho

(a comunidade, o êxtase, a experimentação política) de 68, deveria ser o lugar da esquina (do confronto, do cruzamento). O que podemos entender como “esquina” hoje, trata-se, entretanto, de um lugar sem sonhos, por um lado meramente protocolar, por outro, repleto das mesmas violências de um estado nacionalista de exceção, que acastelava suas próprias utopias. Não há mais lugar para o “tipo afoito” de 68... É um estado de excesso(s). A utopia deu vez, nas sequelas da globalização, às atopias do presente. Um espaço onde se ilude que “o sinal está aberto para nós”, tomando o oposto do que diria Belchior- e se o sinal simula-se como aberto para a comunidade é em razão de que se pode comprar, inversamente aos tipos afoitos, o seu humanitarismo pessoal (a felicidade comunitária aí à venda, poria Anghel), podemos comprar nossa parte do sonho da comunidade ordeira.

Faltou a poesia ser cotidiana. Se, para finalizar, perscrutamos porque a revolta dos caminhoneiros que ameaçou o governo de Temer em maio de 2018 foi tão facilmente apaziguada com um acordo, diria que é menos porque os caminhoneiros não soubessem de sua capacidade de anarquizar, seu contrapoder cada vez mais capaz de demonstrar a ausência do Estado, a negligência com as massas. Ao contrário, eles notaram de modo crescente essa força e o apoio coletivo a um direito legítimo que era o de fazer greve. Mas a greve foi especial, pois representava muito mais que as demandas de uma categoria, ela representava uma problemática da comunidade em crise no país que estourou nessa classe, por ser um dos elos mais fracos da corrente. A greve, como ausência em sua potência sem limite, foi “a presença do povo” (BLANCHOT, p. 46), porque demonstrou a desorganização na própria impotência, na recusa de assumir uma reação social, uma política pessoalizada, nomeável. Uma soberania sem lei, diria Blanchot, esteve em causa... Um silêncio total nas longas filas de automóveis. Uma recusa em se ocupar o poder, uma desorganização plena, um “não fazer nada” como ação. Uma cumplicidade instintiva, quase uma recusa de se assumir qualquer poder, uma desconfiança absoluta no lugar de poder, no silêncio da multidão em solidariedade e camaradagem a uma classe explorada em greve, muito mais que uma simples greve com uma pauta de reivindicações: o poder em crise, na greve dos caminhoneiros, uma manifestação espontânea da fantasmática do poder. Como articularia Blanchot: “(...) desconfiança absoluta em se confundir com um poder qual ela se delegaria, portanto em sua *declaração de impotência*” (BLANCHOT, Id. Ibid.). Um exemplo foi a falha (ou trama) do governo em negociar, em certo momento, com um grupo restrito no Planalto em nome dos caminhoneiros, mas que de fato não representava os interesses da maioria da classe, e logo surgiram declarações de entidades de caminhoneiros de que aqueles negociadores não eram legitimados. Um erro crasso. Um governo considerado ilegítimo negociando com negociadores considerados ilegítimos.

No entanto, o mais patético foi a total desestabilização do governo, demonstrada pelo conjunto de falhas nessa greve que, em vão, não conseguiu, por exemplo, salvar uma queda expressiva nas ações da Petrobras. Ainda a revolta continua mostrando que as negociações apenas puseram panos quentes no assunto. Mas, se havia esse caráter da desordem acéfala

na greve dos caminhoneiros, o que faltou, então, para uma comparação mais sólida com 68? Não foi mais intensidade combatente (contra a cotação do diesel), mas sim uma intensidade mais fissurada, sem fé, que não fosse capaz de possibilitar negociar, como em 68, por conta de uma dimensão maior de reivindicações, acredito. Não se trata apenas de uma crise de taxas num governo impopular, com medidas impopulares, se trata de uma crise na comunidade de um governo considerado sem licitude, sem legalidade.

Um governo, por sua vez, distinto do atual governo bolsonarista que, ao contrário, foi eleito sob promessas messiânicas de reequilíbrios fiscais, exploração em maior escala de produtos brutos, e descrenças no estado. Continuamos com agendas atrasadas, sem qualificação produtiva e inovações institucionais, em um projeto leiloeiro que se encontra optado porque, de súbito, estávamos submergidos em um lodaçal de incredulidade na própria política; foi genuinamente eleito, distinto de Temer, mas na mesma velha dialética brasileira do poder político franqueado pelo poder econômico, poder este que convenceu a muitos desses mesmos caminhoneiros, parte de um rebanho maior, capturados nas teias de um dogmatismo venenoso que suplanta hoje o crédito político no estado. Dogmatismo venenoso que conseguiu evangelizar a crença de que o setor público é o único elefante branco da economia brasileira, num paradigma ultraliberal ainda mais radical que o dos governos anteriores. Acredito que a greve marcou um interstício entre um projeto de esquerda baseado no “nacional consumismo” (como abancaria a filosofia mangabeiriana) que tentou um conjunto de compensações, regulagens e reequilíbrios (ainda num modelo de ação baseada na exploração de *commodities*, artigos brutos) e, depois, o que se sucedeu, após Temer: um projeto que cede à desnacionalização da soberania estatal para convidar, a todo preço, a fúria fiscal de especuladores estrangeiros.

Por isso, no limite do limite, necessitaríamos pensar que faltou “algo” para a negativa explícita da comunidade em forma de potência. E digo desse algo que foi a própria comunidade. (Terá havido ainda uma crença no *Nomos*, na Lei, na comunidade?). Uma crença que artificializou o movimento e que não o deixou alcançar seu êxtase? Faltou mais “comunidade inconfessável”, faltou juventude? Faltou dançar no pó dessa estrada? Faltou combustível para uma poesia impulsiva capaz de propor uma mais longa presença popular pela ausência, como em outro maio, o francês<sup>5</sup>. E que foi, aliás, o que se conseguiu por um pequeno período de tempo, uma semelhança poética com maio de 68.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 2001.

<sup>5</sup> Uma espécie de repetição que vemos nas atuais greves francesas, cada vez mais amplas, que têm afetado serviços como o de transporte; greves contra as reformas das aposentadorias de Emmanuel Macron (eleito quando se mostrava progressista e de centro, à opinião pública).

- ANGHEL, G. **Vim porque me pagavam**. Lisboa: Mariposa Azul, 2011.
- ARTIÈRES, P. Dizer a Atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, F. (org.). **Foucault**, a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial: 2004.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BAUDRILLARD, J. **Olvidar a Foucault**. 3 ed. Trad. de José Vázquez, Valencia: Pre-Textos, 2001.
- BAUDRILLARD, J. **À Sombra das Maiorias Silenciosas**. O fim do social e o surgimento das massas. 4. ed. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLANCHOT, M. **A conversa infinita**: A palavra plural. Tradução de Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Escuta, 2001.
- BLANCHOT, M. **La Communauté Inavouable**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- CHAVALLIER, P. **Michel Foucault**. Le pouvoir et la bataille. Nantes: Éditions Pleins Feux, 2004.
- DOSSE, F. Michel Foucault: do biopoder à estética de si. In: DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru: EDUSC, 2007. V. II
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. V. 1
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DUARTE, A. Biopolítica e Resistência. O Legado de Michel Foucault. In: RAGO, M., VEIGANETO, A (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud e Marx. In: NIETZSCHE. **Cahiers de Royaumont Philosophie**. Paris: 1968.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, D. de O. Baudrillard versus Foucault: Revolvendo concepções quanto à noção de poder na literatura foucaultiana. In: **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 2, n. 1, janeiro-junho 2016 © 2016 by RDL – doi: 10.21119/anamps.21.69-95 69. Disponível em: <http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/viewFile/78/pdf>
- GOMES, D. de O. **Dissonâncias de Foucault**. São Paulo: Lumme, 2012.
- LINS, D. A escrita Rizomática”. In: **Territórios de Filosofia**. Julho, 2014. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/07/18/a-escrita-rizomatica-daniel-lins/>
- LAGASNERIE, G. de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MORIN, E. **Amor, poesia, sabedoria**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOKADDEM, S. **Foucault, une vie philosophique**. Paris: Théétète Editions, 2004.

NIETZSCHE, F. **La Gaya Ciência**. Madrid: Libsa, 2000.

QUEIROZ, A. O lugar da recusa: Baudrillard & Foucault (está fora de causa acabar bem...). *In*: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault**. Transversais entre educação, filosofia e história. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RAGO, M. **Foucault, História e Anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

REVEL, J. Pensamento Vertical. Uma ética da problematização. *In*: GROS, F. (org.). **Foucault**. A coragem da verdade. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

VENTURA, Z. **1968**. O ano que não terminou. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Recebido para publicação em 25 nov. 2018.

Aceito para publicação em 14 maio 2019.

## LUZ, SOMBRA E AFETOS: ‘QUASE-MEMÓRIA’ DA VISITA DO FOTÓGRAFO JOÃO ROBERTO RIPPER A PONTA GROSSA (PR)

## LIGHT, SHADOW AND AFFECTS: ‘ALMOST- MEMORY’ OF PHOTOGRAPHER JOÃO ROBERTO RIPPER’S COMING TO PONTA GROSSA

Rafael Schoenherr\*

Manoel Moabis\*\*

Saori Honorato\*\*\*

Veridiane Parize\*\*\*\*

**RESUMO:** O artigo relembra a participação do fotodocumentarista João Roberto Ripper no Ciclo Comemorativo aos 50 anos de maio de 1968, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com base na palestra, o texto estimula debate sobre modos de ver, agir e narrar presentes no modo de produção do fotojornalista e que, eventualmente, estabelecem sintonias possíveis para com as transformações culturais herdadas daquele período. Destaca-se, sobretudo, o modo particular como o trabalho do fotógrafo estabelece um registro documental e jornalístico em fotos sobre os direitos humanos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** fotojornalismo; documentarismo; direitos humanos.

**ABSTRACT:** The article recalls the participation of the photodocumentarist João Roberto Ripper in the Commemorative Cycle at the 50th anniversary of May 1968, at Ponta Grossa State University. Based on the lecture, the text stimulates debate about ways of seeing, acting and narrating present in the photojournalist’s mode of production and that eventually establish possible attunements to the cultural transformations inherited from that period. Particularly noteworthy is the particular way in which the

---

\*Jornalista. Doutor em Geografia pela UEPG, coordenador do projeto de extensão Lente Quente. Mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professor do Departamento de Jornalismo da UEPG. Email: rafaelschoenherr@gmail.com

\*\*Jornalista. Doutorando em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Mestre em Jornalismo pela UEPG. Supervisor do projeto de extensão Lente Quente. Professor do Departamento de Jornalismo da UEPG. Email: manoelmoabis@hotmail.com

\*\*\*Graduanda em Jornalismo na UEPG, bolsista PIBIS do projeto Lente Quente. Email: saorihonorato@gmail.com

\*\*\*\*Graduanda em Jornalismo na UEPG, bolsista PIBIS do projeto Foto Bianchi. Email: veridianeparize@hotmail.com



photographer's work establishes a documentary and journalistic record in human rights photographs in Brazil.

KEYWORDS: photojournalism; documentaryism; human rights.

### **ECOS VISUAIS DE 68: APROXIMAÇÕES ENTRE RIPPER E O CICLO COMEMORATIVO**

O fotógrafo João Roberto Ripper, um dos maiores documentaristas brasileiros, esteve em Ponta Grossa (PR) entre os dias 26 e 27 de junho de 2018 para participar do Ciclo Comemorativo 50 Anos em Movimentos, série de encontros e debates na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – estendida a outros espaços da cidade - alusiva ao maio de 1968 e suas repercussões nas décadas seguintes pelo mundo. O fotojornalista ministrou a palestra 'Fotografia de Resistência: Imagens em Defesa dos Direitos Humanos', evento viabilizado pela parceria entre o Programas de Pós-Graduação de Jornalismo e de Educação da instituição, com apoio da Fundação Municipal de Cultura. A organização da visita ficou por conta do projeto de extensão Lente Quente, do curso de Jornalismo, voltado à produção fotojornalística em cultura.

A exemplo de outros ciclos comemorativos que aconteceram durante o ano pelo país, parte da motivação do evento local era rememorar os 50 anos do maio de 1968 francês e europeu para um esforço de repensar os movimentos sociais no Brasil e as possibilidades de resistência frente a recentes cenários de recrudescimento na seara dos direitos sociais, das instâncias democráticas, de liberdades individuais e coletivas – com reais impactos sobre as práticas expressivas, o acesso à informação e os espaços do jornalismo. A vinda de Ripper contribui para esse balanço e para inserir a temática da fotografia (e do olhar) em tais reflexões – tópico pouco contemplado em eventos congêneres, em que pesa o crescente apelo visual das manifestações daquele período, que se estendeu e se intensificou nas décadas seguintes na forma de uma cultura da imagem (como já antecipavam os situacionistas).

Nesse sentido, o intuito do presente ensaio, na forma de 'quase-memória', é o de registrar e reconhecer a contribuição da fala do fotógrafo em 26 de junho<sup>1</sup> para o já mencionado campo de debates do evento. Busca-se, sobretudo, pistas para a descrição de um pensamento/modo de fazer específico, mobilizado em terreno pelo profissional no tocante à visibilidade dos direitos humanos no Brasil. Fica evidente que essa não é uma questão automática, onde bastaria a intenção do profissional da comunicação ou do jornalismo para se ter um retrato dos direitos humanos no Brasil. O texto pretende justamente deixar claro todo o movimento e repertório particular organizadores do olhar do fotógrafo.

O convidado disserta sobre seu próprio trabalho, e é a partir dessa representação do fazer fotográfico que se quer acessar: (a) possíveis reverberações (contra)culturais inscritas

<sup>1</sup> A palestra na íntegra foi transmitida ao vivo pela web e está disponibilizada na página do projeto Lente Quente no Facebook.

no gesto de olhar a realidade e reelaborar a paisagem cultural; (b) escalas de produção do documentarismo fotográfico ou de uma certa e possível ‘geografia do fotojornalismo’; (c) marcas de uma modulação, posição ou concepção específica da fotografia na documentação e eventual transformação da realidade social.

Para se contornar tais objetivos amplos, deve-se procurar, na exposição do fotógrafo sobre o próprio trabalho, marcas de uma cultura jornalística capaz de agregar um modo particular de ver, agir e narrar – conforme orienta a teoria do jornalismo (TRAQUINA, 2005). As pistas sobre o ‘funcionamento’ da captura fotográfica empenhada seriam, nesse sentido, vitais para a percepção da articulação das competências de reconhecimento, procedimentais e discursivas (GUERRA, 2003) num ‘simples’ gesto fotográfico. Pressupõe-se um saber de ação reivindicado e desenvolvido no trabalho fotográfico em campo diretamente implicado a um modo seletivo de ver e de enquadrar ou narrar os acontecimentos. Em outros termos, significa abandonar a prerrogativa da mensagem fotográfica e enfatizar a produção de fotos como um gesto cultural<sup>2</sup> – caro ao enclave da cultura jornalística, marcada por um modo específico de ver, agir e falar que estrutura um repertório comum de valores e referências. Sendo que, no ato fotográfico, as três competências se fazem presentes e vão ser acionadas também ao longo do processo produtivo, em graus variados.

Outra justificativa para se relembrar a palestra de Ripper e se analisar esse tipo de material ou fala é a de que é possível reconhecer uma dimensão da produção jornalística que reside nas suas bordas, num âmbito de trocas e contatos que circunda e perfaz a elaboração noticiosa propriamente dita. Isso parece válido também ao fotojornalismo. Muitas vezes, em encontros fortuitos ou organizados, formais ou informais, acontece um tipo particular de aprendizado um tanto horizontalizado e recíproco da fotografia. Aí circula, de modo brando e nem sempre sistemático, um saber específico do mundo da fotografia constituído por histórias, lendas, orientações, recomendações, reconstituições, afetações, representações de si e dos outros, proto informações e indícios de um modo de fazer, de um artesanato (MILLS, 2009) ou algo na lógica do artífice (SENNETT, 2009).

As reuniões mais ou menos espontâneas entre praticantes da fotografia fazem transitar referências nem sempre escritas, geram trocas e saberes apreendidos na presencialidade, de modo franco e difuso. Trata-se de um espaço ‘clandestino’ rico em possibilidades de aprendizado e de inserção na cultura do fotojornalismo. No caso de palestras sobre fotografia, há uma certa previsibilidade no evento – em geral, inicia-se uma explanação sobre tema ou ponto

<sup>2</sup> Essa tensão ou crise entre a perspectiva cultural e informacional das interações sociais com a entrada em cena dos meios de comunicação de massa (como o cinema, mas também a fotografia) foi evidenciada por Benjamin (1996) naquilo que se pode entender como disputa entre os protocolos da informação e da narração. O clássico texto permite reconhecer, nesse jogo de oposições, características e potencialidades dessa dimensão da experiência humana como história, narrativa, e não ‘apenas’ informação (transmissão). Mais do que um apagamento direto de um pelo outro numa suposta linha evolutiva, o que se tem é o reconhecimento da envergadura cultural dos gestos de comunicação midiática, colocando em crise e transformação os protocolos tradicionais da interação humana e social.

de vista, seguida da exposição comentada de fotos (já um indício da impossibilidade de separar, em fotografia, o conhecimento do ato de produzir/descrever imagens, realizar capturas, deslocar-se pela realidade, perambular pelo mundo e ver/registrar tais e tais coisas). Ao final, abre-se para trocas com o público – no caso específico, composto por estudantes e professores do curso de Jornalismo, professores de outras áreas envolvidos na organização do evento e também profissionais da fotografia que atuam em Ponta Grossa.

Desse modo, o mundo profissional da fotografia oferece, em tais eventos ou reuniões, uma representação do que configura o seu modo de fazer. E essa representação, nos termos de Becker (1997), opera seleções, exclusões, arranjos e ênfases sobre elementos específicos numa espécie de narrativa organizada – que agora se quer conhecer melhor, nesse esforço de recapitulação da participação de Ripper em evento na UEPG. Afinal, toda representação de uma atividade social é constrangida por circunstâncias específicas, a saber.

Esse tipo de atividade, como ciclos de debates ou fotoclubes e cineclubes, possui uma dívida justamente com certa mobilização estudantil e transformação da vida universitária e cultural em voga nos anos de 1960 em alguns países da Europa, culminando em maio de 1968. Entre as marcas do período estão a chegada ao espaço universitário de populações até então não contempladas pelo sistema de ensino exclusivista, com muitas pessoas vindas da zona rural a reivindicar a ampliação do acesso à universidade e aos espaços de formação (o que passava também por ampliar o número de cadeiras e o tamanho das salas de aula). Fato esse que impacta diretamente a figura da autoridade de saber constituída.

No final da década de 1960, um em cada sete jovens italianos estava na universidade (dez anos antes, a proporção era de um para vinte). Na Bélgica, era de um para cada seis. Na Alemanha Ocidental, onde, em 1950, havia 108 mil estudantes, e onde as universidades tradicionais já começavam a sofrer os efeitos da superpopulação, havia quase 400 mil alunos no final dos anos 60. Na França, o número de universitários em 1967 se igualava ao de secundaristas em 1956. Por toda a Europa, o contingente estudantil era mais elevado do que nunca – e a qualidade da experiência acadêmica se deteriorava rapidamente. Tudo vivia lotado: bibliotecas, dormitórios, salas de aula, refeitórios. As instalações eram sofríveis, inclusive nas que eram novas. (JUDT, 2007).

Do mesmo modo que são fortes as imagens utilizadas na descrição anterior do historiador, são emblemáticas como documentação e reportagem desse período as fotos do fotógrafo alemão Michael Ruetz, reunidas na exposição '1968 – Tempos Incômodos'. Um dos registros mostra manifestos no campus da Universidade Livre, em Berlim, em 1967, após assassinato de Benno Ohnesorg. Faixa, cartaz, megafone, manifestantes com o braço erguido, com o fotógrafo em meio à plateia – materializando duas características desse trabalho de Ruetz: o apreço pelo coletivo e pela proximidade em relação à cena fotografada (SCHOENHERR, 2012).

Em outra foto, de 21 de outubro de 1967, o protesto nas ruas de Berlim é contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã. Manifestantes de braços dados marcham em direção à câmera do fotógrafo. Já o registro do início de novembro do mesmo ano mostra o ato de fundação da Universidade Crítica, também na capital alemã, com auditório lotado, repleto de mãos para cima. Um contraste e tanto para com a foto de 2 de julho de 1968, em que se vê uma sala de aula vazia, mas revirada, cadeiras derrubadas, prateleiras de livros ao fundo e um manifesto no quadro. Trata-se da ocupação estudantil do Instituto de Nipologia da Universidade Livre, em Berlim. A foto de 25 de agosto de 1968 mostra manifestos nas ruas de Praga.

É fácil saltar dessas imagens para o famoso registro do checo Josef Koudelka, que mostra o relógio de pulso do fotógrafo a testemunhar o exato momento em que se dá a invasão da Tchecoslováquia, um fragmento do que veio a ser chamado Primavera de Praga. E dessas fotos pode-se passar num piscar de olhos para o epicentro da eclosão estudantil nos cenários de Paris que ficaram imortalizados nas fotos de Bruno Barbey: manifestantes atacam policiais franceses no bulevar Saint-Germain; estudantes ocupam o pátio da Universidade de Sorbonne; carros incendiados e virados na rua Gay-Lussac; estudantes dormem em um anfiteatro na Sorbonne<sup>3</sup>. Esses conjuntos levam a transitar por imagens de Robert Lebeck (que já disse em entrevistas que, se dependesse dele, o maio de 68 não teria acontecido), sugestivas sobre certa ebulição comportamental nos anos 60 na Itália, no continente africano, na Espanha e na Rússia. As manifestações de rua aqui não estão em primeiro plano. Ainda assim, existe uma contiguidade entre essas zonas em foco, entre seus referentes, uma partilha de atualidade, talvez. Todos muito próximos, ainda, do núcleo gerador do maio de 68 como acontecimento<sup>4</sup>. Para ampliar essas reverberações seria preciso perambular, chegando ao Brasil, pelas fotos de Evandro Teixeira das reações à ditadura civil-militar e ao AI-5 (há exatos 50 anos!), entre seus registros mais famosos e utilizados até hoje em ciclos de análise e discussão do período no país. Em comum, no mínimo, a manifestação de rua como signo principal e evidência corporal do conflito de protagonismo estudantil.

João Roberto Ripper começa a trabalhar no jornalismo nos anos de 1970, dando sequência à geração de Evandro Teixeira. Passa a organizar a categoria de repórter fotográfico no Brasil, conquistando o reconhecimento do direito autoral sobre as imagens produzidas e a menção aos créditos das fotos nos jornais. Nos anos de 1980, participa da organização da cobertura fotográfica dos movimentos de rua das “Diretas Já!” por eleições livres e voto popular em várias cidades do país. Nos anos 90, cria o centro de documentação ‘Imagens da Terra’, assumindo a partir daí posição mais evidente como documentarista.

Por isso, sugere-se trabalhar com a ‘ideia 1968’ mais como ‘eco visual’ ou reverberações amplas e múltiplas – na linha da proposta de Dyer (2008) – do que na sua dimensão de evento

<sup>3</sup> Meio século depois, o fotógrafo retorna aos mesmos cenários e faz uma comparação: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/album/1524051270\\_015115.html#foto\\_gal\\_17](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/album/1524051270_015115.html#foto_gal_17)

<sup>4</sup> A possibilidade de abordar tal evento pela ótica do acontecimento gerou debate específico no Ciclo 50 anos em Movimentos.

histórico, superando relações de causalidade, igualmente. Isso permite caminhar pela relação entre fotos, trabalhos, momentos da produção, em busca de convergências e singularidades, percebendo áreas de continuidade. A hipótese é de que a atuação de um fotógrafo constitui-se como espaço múltiplo e de simultaneidades a articular diversas atualizações e zonas de convergência que modulam o olhar fotográfico sobre a paisagem cultural (SCHOENHERR, 2017). Na linha de pensamento de Massey (2012), é preciso também entender o espaço fotográfico como um espaço que possui tempo e como um tempo que possui espaço.

### UM PROJETO FOTOGRÁFICO QUE REFLETE SOBRE O PROCESSO PRODUTIVO

O convite ao fotógrafo para a palestra foi feito pelo projeto Lente Quente. A ação extensionista, ofertada desde 2010, agrega de dez a quinze estudantes das quatro séries do curso e funciona, frente a esse tipo de demanda (organização de evento), como uma espécie de fotoclube, incluindo profissionais convidados em seu círculo de interlocução<sup>5</sup>. Nos demais momentos, a iniciativa assemelha-se a uma rotina produtiva de redação ou agência de foto especializada em cultura, como já assinalamos em outro momento, resguardado o caráter de aprendizado inerente ao espaço (HONORATO; SCHOENHERR & MOABIS, 2018).

Essa tática de mesclar o ritmo de produção com momentos mais brandos de organização de falas, oficinas ou exposições permite, gradativamente, que o grupo amplie a roda de conversa sobre fotografia em momentos oportunos – numa interface com a comunidade profissional, estratégia vital para trocas, aprendizados, contatos e conversações que, ao que tudo indica, voltam a dar o tom de uma certa reorganização ou retomada de fotoclubes pelo país, como se tem assinalado (de modo polêmico em relação ao papel das redes digitais)<sup>6</sup>.

O primeiro contato do projeto Lente Quente com João Roberto Ripper se deu em Curitiba, no espaço “Caixa Cultural”, em 22 de fevereiro de 2011, por ocasião do lançamento do livro *Imagens Humanas* – trabalho que congrega anos de documentarismo fotográfico do autor. Já naquele momento, chamou atenção dos participantes do projeto a capacidade do fotógrafo de trabalhar com sobras, penumbras e sua posição de respeito em relação à luz natural dos ambientes. Ripper participou de bate papo com o professor Dante Gastaldoni, da Universidade Federal Fluminense, com quem desenvolveu a Escola de Fotógrafos Populares, no conjunto de favelas da Maré, o maior do Rio de Janeiro. A partir desse contato inicial, o livro e as fotos de Ripper se transformaram numa espécie de ‘referência obrigatória’ aos estudantes

<sup>5</sup> Já participaram como palestrantes ou oficinairos convidados os fotojornalistas Henry Milleo, Rodrigo Czealski, Marco Favero, Marcelo Andrade, Celso Margraf, Maykon Lammerhirt, além dos fotógrafos Andressa Marcondes, Fábio Ansolin, Cássio Murilo e Nicolas Salazar.

<sup>6</sup> A esse respeito, conferir duas versões para o fenômeno da possível retomada dos fotoclubes em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/07/com-concursos-e-difusao-de-imagens-redes-sociais-dao-folego-a-fotoclubismo.shtml> e <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/essenciais-para-elevar-fotografia-a-arte-clubes-tem-futuro-incerto.shtml>.

ingressantes no projeto de extensão, conversas esparsas por e-mail foram entabuladas desde então. Curiosamente, sete anos depois, parte da palestra do fotógrafo na UEPG se baseou na exposição das fotos de seus ex-alunos da Maré, agora alçados à condição de fotógrafos e fotógrafas de destaque, como profissionais a imprimir um novo olhar sobre as comunidades (e o país) onde vivem. “Hoje são mais de 60 fotógrafos vivendo da fotografia” (RIPPER, 2018)<sup>7</sup>, destacou na palestra. Novamente, tem-se aqui – nesse ímpeto de ampliar o âmbito da formação popular em fotografia, socializar o conhecimento e romper com amarras exclusivistas da academia - uma possível reverberação de 1968, nesse repensar o papel das universidades e sua articulação à produção cultural popular (como aconteceu no Brasil, muito por ação de movimentos sociais, culturais e estudantis). Algo a tensionar o horizonte da extensão universitária como um efetivo diálogo e prestação de serviço à comunidade onde a instituição está inserida.

### LEMBRANÇAS OU “QUASE-MEMÓRIA” DO DIA 26 DE JUNHO DE 2018

Ripper saiu do Rio de Janeiro, desembarcou em Curitiba e chegou a Ponta Grossa no fim da manhã do dia 26 de junho. Almoçou com professores e estudantes do projeto que o aguardavam. Mostrou-se animado com uma experiência recente de oficina fotográfica no Uruguai, num método que abordaria mais tarde na palestra e que atrai cada vez mais sua atenção - voltado ao que chama de bem querer e de afeto. Ao longo do almoço, falou das conversas com o motorista da universidade que o trouxe da capital, lembrou personagens de viagens ao Rio Grande do Sul, numa postura sempre atenta aos pequenos contatos cotidianos, a identificar sujeitos de suas histórias. Em reação ao noticiário da TV, ainda no restaurante, mostrou-se preocupado com a situação do país e recomendou o documentário ‘O Processo’ aos estudantes. Retirou-se então para o hotel para descansar e ver o jogo entre Argentina e Nigéria pela Copa do Mundo. Mais tarde, pouco antes da palestra, concedeu entrevista nos estúdios da TV Educativa. No percurso, pareceu bastante animado com experiências de comunicação popular, tal como o jornal Candeeiro, exemplo que iria repetir mais tarde. Nesses interstícios, Ripper não é o tipo de fotógrafo que conversa sobre câmeras e equipamentos, também não fala muito sobre suas fotos. Prefere lembrar de pessoas e histórias que encontra pelo caminho, num tipo de encanto pelo comum, pelas pequenas lutas cotidianas daqueles a quem não é dado o direito de se expressar e de ser visto. Um tipo de política do cotidiano que reverbera a década de 1960 e agora se reinventa. A palestra da noite seguiu nesse tom.

Ripper define seu trabalho como fotografia em defesa dos direitos humanos. Depreende-se da apresentação que a ideia do que sejam os direitos humanos advém não do campo conceitual (tampouco do jurídico ou do político), mas das situações fotografadas, dos locais visitados, das realidades conhecidas ou a conhecer, dos trajetos e deslocamentos empreendidos para

<sup>7</sup>Todas as referências a Ripper (2018) a partir de agora remetem à palestra do dia 26 de junho de 2018, na sala A17, no Campus Central da UEPG.

capturas fotográficas, dos encontros com as pessoas e seu entorno, da escuta de suas histórias. Esse inventário ou essa empresa empírica é que 'recorta' e melhor define o tema dos direitos humanos em foco no trabalho do autor – numa tática muito marcada dos empreendimentos do documentarismo, esse movimento indutivo e inferencial de conhecimento da realidade.

O tema direitos humanos se traduz, nas fotos, em imagens de condições de trabalho, conflitos agrários, acesso à saúde, populações tradicionais, comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, mulheres, entre outros. As fotos reportam-se a situações de trabalho escravo, trabalho infantil, acesso desigual à terra, seca, desigualdade social, racismo, impactos da monocultura e dos latifúndios, trabalhadores de carvoarias, entre outras cenas. Essa variedade de motivos dentro do tema geral articula-se à abrangência do trabalho do autor, pois se trata de um olhar sobre o país, num percurso em direção ao interior profundo, para além dos centros urbanos e de poder ou de visibilidade.

Apenas durante a palestra, o fotógrafo citou situações e mostrou fotos de 11 estados brasileiros onde esteve: Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Maranhão, Pernambuco e Tocantins. O percurso documental de Ripper opera, assim, muito em sintonia com o livro *Imagens Humanas*, numa 'escala país' de dimensões quase continentais. Seria possível dizer algo semelhante a respeito do acervo de Evandro Teixeira, vale lembrar.

Nesses termos, mobilizar a fotografia em defesa dos direitos humanos significa perceber traços em comum nas situações que encontra em todas essas diferentes realidades um tanto invisíveis, mas também atentar para as singularidades, para histórias que são únicas, e aí lançar luz. Isso tem a ver com a estratégia de combinar, na abordagem um tanto jornalística e assumidamente documental que faz dos direitos humanos, a postura de indignação com as realidades a uma procura pela beleza e pela sensualidade nas mais difíceis situações.

Quando a gente consegue mostrar as belezas dos fazeres, a gente aproxima as pessoas fotografadas, filmadas ou entrevistadas, das pessoas que vão poder ver a informação. Essa para mim é a premissa fundamental. Eu acho que um documentarista nunca pode perder a capacidade de se indignar com as injustiças, mas principalmente, numa pode perder a capacidade de se maravilhar com as pessoas que ele fotografa e com as belezas que ele encontra. (RIPPER, 2018).

Percebe-se pela exposição do fotógrafo que a competência de reconhecer fatos dignos de nota e registro fotográfico na área dos direitos humanos num campo de trabalho do tamanho do Brasil (esse modo específico de ver o mundo, atentar para certas realidades e não outras) depende, em grande medida, de variáveis que preenchem uma competência de ação particular, um modo de agir calcado em determinadas técnicas e numa certa ética profissional. Existem habilidades e procedimentos acionados em terreno, na abordagem dos personagens e das situações, no contato ou encontro com os fotografados e demais intermediários do processo documental.

Um desses princípios que se converte em procedimento produtivo e de ação é a horizontalização das relações, a ruptura de hierarquias entre fotógrafo e fotografados. Nesse processo de reciprocidades, as duas partes aprendem algo e podem ensinar: “Quando se vê de igual para igual uma pessoa, você está aberto a ver as belezas e se maravilhar com o que ela faz, com o terçado que ela faz, com a forma que ela pesca, como ela acredita na história do homem do rio, na história das mulheres do rio, dos curumins” (RIPPER, 2018). Nesse tipo de técnica, recomenda-se fotografar pouco, observar, conversar e escutar as histórias. Trata-se de uma captura fotográfica mais lenta do que aquela da prática jornalística de mercado em ritmo diário: “Dá tempo ao tempo que o tempo se volta a teu favor” (RIPPER, 2018).

Em várias passagens relatadas durante a palestra, o fotógrafo ressalta a necessidade que sentiu de ficar mais tempo junto a comunidades para ver mais, aprender mais, esperar o momento certo: “vai ter um momento em que a pessoa está delicada, ela está tentando acertar” (RIPPER, 2018). Outra característica do trabalho documental do autor é (em alguns casos) passar décadas dedicado a certas realidades - Ripper fotografa populações tradicionais há 30 anos, por exemplo.

Esse desempenho baseado na observação, na conversa, na escuta e num ritmo fotográfico mais lento modifica, por sua vez, as competências de reconhecimento anteriores - permitindo aguçar o modo de ver ou perceber camadas de sentido dentro dos temas e das situações. O fotógrafo revela sempre encontrar vários trabalhos dentro de um trabalho, o que tem muito a ver com o registro documental de capturar variações dos fenômenos num acervo iconográfico mais amplo: “Eu acho que dentro de um trabalho de um quilombo tem a negritude, tem o velho que tem o saber e uma coisa forte, vários rostos de crianças. Eu faço vários trabalhos dentro dos trabalhos que eu faço” (RIPPER, 2018). Na abordagem que fez da realidade de mulheres, também destaca a capacidade de perceber desdobramentos temáticos sobre o universo feminino a partir de diferentes tipos de situação, como mulheres que moram sozinhas, com os filhos, com os companheiros ou companheiras, com os maridos e os filhos, que cuidam da avó, da irmã.

Seria essa articulação entre modos de ver/reconhecer e uma competência de ação que molda um ponto de vista ou um modo de narrar tais realidades diferentes das ofertas midiáticas marcadas pelo que chama de “história única” (RIPPER, 2018), pelo reforço dos poderes e do estereótipo.

O estereótipo está diretamente ligado ao poder dos poderes federais, estaduais, municipais, poderes do grande capital, da indústria e do comércio. Esses poderes ditam e dizem: você é isso. Que tática usam? Justamente a edição da beleza dos fazeres dessas populações menos favorecidas. Quando você conta uma história única você quebra a dignidade da pessoa, afasta a pessoa de quem recebe a notícia e afasta de uma forma tão brutal que às vezes muda aquela realidade, aumenta o



processo de violência e muda não só de uma pessoa, de uma comunidade, mais muitas vezes, de um país e atinge até continentes. (RIPPER, 2018).

Fica evidente no discurso do fotógrafo sobre seu trabalho esse caráter relacional e de contraposição a outros espaços de mídia (uma espécie de crítica de mídia), tendo como iniciativa privilegiada, nesse sentido, a produção dos fotógrafos populares da Maré. “Quando as pessoas começaram a se ver publicadas de uma forma onde apareciam potencialmente criminosas, começaram a gritar que eram diferentes, queriam mostrar que eram diferentes e começaram inúmeras experiências no campo, nos quilombos, nas áreas semiáridas e nas favelas” (RIPPER, 2018).

O ponto de vista em questão é posicionado de modo relacional, tanto por aquilo que dá a ver como pela posição que assume para conseguir ver, para efetuar a captura fotográfica - trata-se de uma perspectiva “de perto e de dentro”, como sugere Magnani (2016) sobre a etnografia urbana. Daí a necessária proximidade para com moradores e moradoras. Ripper mostra uma foto do Piscinão de Ramos: “Só sai sujo e feio, às vezes ele é sujo e feio. Como Capacabana às vezes está suja e feia, Ipanema, Leblon. E aí o olhar de um morador que fez o seu trabalho sobre o Piscinão (de Ramos) e as pessoas que moravam no entorno, uma das fotos é essa aí” (RIPPER, 2018). Retoma esse ponto em outro momento ao criticar a história única de violência nas favelas e sugere trocar o ponto de vista, e novamente recomenda: “Começa a contar a história de um conflito em uma favela a partir da história de um pai que está segurando seu filho, protegendo, apavorado, e você vai ter outra história sobre o conflito” (RIPPER, 2018).

Essas particularidades dos modos de ver e agir (expressões dos saberes de reconhecimento e procedimental) também encontram ressonância nas competências narrativas ou discursivas e, mais precisamente, na forma como Ripper tem finalizado os materiais e previsto a circulação das fotografias. Uma das marcas que diferencia o processo é a adoção do que tem chamado de foto compartilhada. Trata-se de um tipo de abertura do processo produtivo e de acabamento fotográfico às interferências e decisões das comunidades fotografadas. Significa que as pessoas fotografadas têm a chance de selecionar e excluir as fotos realizadas, ou seja, participam ativamente das decisões de edição e publicação. Outro aspecto desse método reforçado pelo fotógrafo é o retorno dado às comunidades fotografadas, que recebem um pendrive do autor com cerca de 200 fotos, podendo fazer exposições públicas. Nas ocasiões em que as fotos produzidas são vendidas, o autor preza pela divisão dos lucros com as pessoas fotografadas. Interessante imaginar o quanto esse conjunto de estratégias promove um tipo de desmontagem da programação da câmera fotográfica ou da caixa preta, como sugere Flusser (1985).

Por fim, cabe salientar que é uma determinada capacidade técnica, envolvida numa cultura profissional jornalística e de envergadura documental (e suas respectivas competências aqui descritas ou recuperadas), que permite que várias fotos de Ripper sirvam efetivamente como denúncia e defesa dos direitos humanos num país como o Brasil - um lugar de doenças esquecidas pelo poder público; de mulheres doadas enquanto crianças por seus pais e depois

violentadas, quando adultas, por seus patrões; de índios desaldeados; de populações tradicionais ameaçadas pela monocultura; de trabalho escravo em carvoarias; de trabalhadores mortos por pistoleiros no campo, onde vigora uma tabela de preços para matar, entre outras situações descritas durante a palestra e expostas nas imagens do autor. O discurso de transformação política não se faz dissociado de uma competência técnica expressiva, como já sugeria Benjamin (1996) aos escritores. Ripper (2018) relembra do registro que fez do massacre de Eldorado dos Carajás, quando trabalhadores rurais sem terra foram assassinados: “Foi uma das coisas mais fortes que fotografei. As fotos serviram como prova contra o Governo do Estado do Pará e contra a PM. A maioria desses trabalhadores foram mortos depois de baleados”. Do mesmo modo, seus trabalhos servem de denúncia a organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho e Unicef. Esse poder de denúncia resulta de uma técnica capaz, inclusive, de reconhecer a dignidade em contextos de opressão e o afeto entre os mais pobres.

### **DEPOIS DE 50 ANOS EM MOVIMENTOS, SIGAMOS!**

A proposta do Ciclo Comemorativo 50 anos em Movimentos deu luz a acontecimentos que são, ainda hoje, significativos para qualquer proposta de intervenção social. Mais que uma lembrança daquilo que esteve em maio de 68, o evento também oportunizou as reverberações daquele momento histórico. A vida profissional do fotógrafo João Roberto Ripper é uma dessas ligações com o maio de 68. O trabalho dedicado ao registro e documentação de questões de direitos humanos se apresenta como uma possibilidade de acessar o espírito das motivações dos movimentos sociais na atualidade.

A visita do documentarista a Ponta Grossa representa mais que uma ligação como os movimentos de maio de 68, e sim uma chance de atualizar a proposta de intervenção social que estava presente naquele momento histórico. A presença (majoritariamente) de jovens no evento realizado no Campus Central da UEPG indica que a história se constrói a partir da renovação do passado, pelo conhecimento daquilo que aconteceu ontem e que, de alguma forma, estará à nossa frente.

Certamente, o relato apresentado neste documento não consegue dar conta das diferentes apropriações que os participantes fizeram da palestra, mas, na forma de uma “quase-memória”, tentou trazer a percepção das contribuições deixadas por uma das figuras mais significativas para o fotodocumentarismo no Brasil. O conteúdo completo da palestra também foi registrado em vídeo e pode ser acessado pelo endereço: <https://www.facebook.com/lentequente/videos/1778724758879339/>

### **REFERÊNCIAS**

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997. 178p.

- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Trad: S.P, Rouanet, São Paulo: Braziliense, 1996.
- DYER, G. **O instante contínuo: uma história particular da fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 293p.
- FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985. 48p.
- GUERRA, J. L. O nascimento do jornalismo moderno: Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Minas Gerais, 2003.
- HONORATO, S; SCHOENHERR, R; MOABIS, M. **Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação** da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2018.
- JUDT, T. O espectro da revolução. **Revista Piauí**, ed. 8, maio de 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-espectro-da-revolucao/>
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 311p.
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- RIPPER, J. R. Fotografia de Resistência: Imagens em defesa dos Direitos Humanos. **Palestra na Universidade Estadual de Ponta Grossa** em 26 de junho de 2018. Transcrição de Saori Honorato e Veridiane Parize.
- SCHOENHERR, R. **A imagem da música no espaço público em Ponta Grossa (PR) de 2010 a 2014: Implicações geográficas do fotojornalismo cultural**. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado em Geografia, 2017.
- SCHOENHERR, R. Tempos de incômodos desafios. **Observatório da Imprensa**, 11 set 2012, ed. 711. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed711-tempos-de-incomodos-desafios>.
- SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009. 360 p.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. 216p.

Recebido para publicação em 20 de nov. de 2018.

Aceito para publicação em 1 de maio de 2019.

## MAIO DE 1968 E JUNHO DE 2013: UMA LEITURA À LUZ DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE<sup>1</sup>

### MAY 1968 AND JUNE 2013: A READING IN THE LIGHT OF HENRI LEFEBVRE'S WORK

João Luiz Stefaniak\*

**RESUMO:** O presente artigo busca contextualizar, tendo como escopo a obra de Henri Lefebvre, os acontecimentos ocorridos em Junho de 2013, que, a partir da manifestação contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo, repercutiram em todo território nacional, levando uma inusitada multidão de pessoas a protestarem em diversas cidades brasileiras. Para tanto, se faz necessário estabelecer um quadro comparativo de Junho de 2013 com Maio de 1968, uma vez que a reflexão lefebvrina acerca daquele movimento ocorrido na França é fundamental para estabelecer os elementos balizadores do entendimento do autor acerca das manifestações de massa. Contestação, espontaneidade e protagonismo juvenil são elementos coincidentes entre ambas as manifestações, conforme pode-se depreender da análise apresentada por Lefebvre. Além destas características comuns, está presente também a perspectiva utópica destes movimentos.

**PALAVRAS** chaves: Junho de 2013; Maio de 2018; utopia.

**ABSTRACT:** This article seeks to contextualize, under the scope of Henri Lefebvre's work, the events that occurred in June 2013, which, as a result of the demonstration against the increase in the collective transportation fare in São Paulo, had repercussions throughout the national territory, leading an unusually large number of people to protest in several Brazilian cities. To do so, it is necessary to establish a comparison between June 2013 and May 1968, since the lefebvrin reflection on the movement in France is fundamental to establish the elements that guide the author's understanding of mass manifestations. Contestation, spontaneity and juvenile protagonism are matching elements between both manifestations, as can be deduced from the analysis presented by Lefebvre. In addition to these common features, is also present the utopian perspective of these movements.

**KEY** words: June 2013; May 2018; utopia.

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa realizada no Curso de Doutorado em Geografia tendo como orientador o Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha. A pesquisa desenvolvida foi patrocinada pela CAPES.

\* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: joaoluiz@stefaniak.com.br.

Naquele final de outono do ano treze do Século XXI, tendo como palco as ruas e praças brasileiras, explode um amplo movimento de massas até então inusitado. Tendo como ponto de partida os protestos convocados pela juventude paulistana contra o aumento da tarifa dos ônibus de transporte coletivo, gigantescas manifestações vão tomar conta do país.

O jornalista Alan Gripp, em um artigo publicado em dezembro de 2013 na *Folha de São Paulo*, intitulado “Não era pelos vinte centavos”, registrou que “quando um grupo de jovens se reuniu no dia 6 de junho na Avenida Paulista para contestar o aumento da tarifa de ônibus de São Paulo” (GRIPP, 2013, p. 2) ninguém imaginava que seria o estopim de um movimento de protesto de magnitude equivalente à da campanha das “Diretas Já” e do “Fora Collor”. Esta frase sintetiza o sentimento de surpresa, e que em alguns casos beirou a total perplexidade, que tomou conta da opinião pública e dos analistas políticos quanto à dimensão que os protestos viriam a adquirir no decorrer daquele mês de junho.

A rapidez e a potência dessas manifestações que irromperam nas ruas brasileiras naquele fim de um abafado outono trouxe ao imaginário de vários autores e articulistas a ideia do raio. A expressão “raio em céu azul” é citada por Marcelo Pomar e Rudá Ricci (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 8) (RICCI & ARLEI, 2014, p. 17). Léo Lince escreve “com a repentina rapidez dos relâmpagos”, em artigo publicado em livro de autoria de Chico Alencar (ALENCAR, 2013, p. 39). Ainda nesta linha, Marco Aurélio Nogueira inicia sua obra sobre o tema com a frase “em junho de 2013, quando tudo parecia caminhar suavemente no Brasil” (NOGUEIRA, 2013, p. 31) e Manuel Castells, em obra acerca dos protestos ocorridos em 2011 em diversos países do mundo, introduz, no posfácio da edição brasileira, que o mesmo tipo de manifestação aconteceu também no Brasil “sem que ninguém esperasse” (CASTELLS, 2014, p. 178). Raquel Rolnik, na introdução de “Cidades Rebeldes”, faz referência a “um trovão em um céu aparentemente sereno” (MARICATO et al., 2013, p. 8), e complementa:

pensar essas manifestações como um terremoto (...) que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. (MARICATO et al., 2013, p. 8)

Esta surpresa ou perplexidade em relação a Junho de 2013 é com certeza instigadora, e desafia a se inserir no debate acerca deste fenômeno social tão complexo. Parâmetros comparativos necessariamente surgem desta reflexão, pois a tendência é buscar entender Junho de 2013 a partir das manifestações massivas vivenciadas pela sociedade brasileira nas décadas finais do século passado – as Diretas Já (1984) e o Fora Collor (1992) -, ou pela equiparação aos protestos que afloraram em 2011 nos Estados Unidos, no mundo árabe e na Espanha: Occupy Wall Street, Primavera Árabe e Los Indignados, respectivamente.

A intenção de mergulhar neste oceano de perplexidade e buscar contribuir para desatar o nó górdio de Junho de 2013 é o fio condutor deste artigo. Não há necessidade de sustentar o nível de complexidade do fenômeno, que é evidente. Muitas questões surgem desta reflexão, sendo que será desenvolvida neste artigo a análise dos fenômenos sociais a partir da contribuição de Henri Lefebvre, em especial da sua obra *Revolução Urbana*, pública à luz dos acontecimentos de Maio de 1968, em França.

Quando falamos de revolução, via de regra, estamos associando a uma transformação radical e abrupta e geralmente violenta da realidade política, social, econômica ou cultural, ou, simultaneamente, de toda a sociedade. Como consequência, as revoluções quase sempre se traduzem na ruptura com a ordem estabelecida e resultam de processos acumulativos de transformações históricas pontuais. Florestan Fernandes, no artigo “O que é revolução?”, publicado no início dos anos 80 do século passado, mas ainda referenciado, afirma que “mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra [revolução] se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. (...) uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade” (FERNANDES, 2000, fl. 56).

Mas outro aspecto do conceito de revolução será relevado neste artigo. Revolução, historicamente, traz em seu bojo a ideia da mudança. Neste contexto, revolução significa a concretização do devir que se consubstancia na materialização de um projeto de transformação virtualmente concebido. Aqui, revolução se aproxima da Utopia. Outro aspecto é que, também do ponto de vista histórico, a revolução não se caracteriza por um determinado momento de ruptura apenas, mas por todo um “processo revolucionário” com desencadeamento de vários acontecimentos. Então, a questão a ser enfrentada no artigo é sobre o caráter revolucionário de Junho de 2013. Seriam os acontecimentos de Junho de 2013 prenúncio de um processo de transformação radical das estruturas do sistema capitalista? Tentar-se-á responder esta questão a partir da contribuição encontrada na obra de Henri Lefebvre.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (16 de junho de 1901 – 29 de junho de 1991) nasceu na pequena comuna de Hagetmau, no departamento de Landes, região da Aquitânia, no extremo sudoeste da França. Graduou-se em 1920 em filosofia na Universidade de Paris. Em 1961, Lefebvre tornou-se professor de sociologia na Universidade de Estrasburgo, antes de se juntar à nova Universidade de Paris Nanterre em 1965.

Autor prolífico, a obra de Henri Lefebvre é bastante extensa, sendo que escreveu mais de setenta livros, abrangendo análises do marxismo do século XX. Entre as décadas de 50 e 60 do século passado, dedicou-se aos estudos sobre a questão agrária e, em 1963, publica “La vallée de Campan - Etude de sociologie rurale”, sua tese de doutoramento em sociologia. Ingressou no Partido Comunista Francês (PCF) em 1928 e se tornou um dos mais proeminentes intelectuais marxistas franceses durante o segundo quarto do século passado, antes de se juntar à Resistência Francesa. De 1944 a 1949, foi diretor da “Radiodiffusion Française”, uma emissora de rádio francesa em Toulouse. Publica, em 1947, “Critique de la vie quotidienne”, considerado seu primeiro

trabalho sobre o método regressivo-progressivo, empregado centralmente por Jean Paul Sartre em “A crítica da razão dialética” (1960). Durante toda sua militância, mantém no PCF intenso debate com grandes filósofos da época, incluindo o próprio Sartre, opondo-se aos marxistas ortodoxos e criticando os estruturalistas althusserserianos. Segundo Sérgio Martins, estes embates “lhe custaram a periferia dos panteões institucionais lastreados por um ‘pensamento’ cada vez mais circunscrito ao economicismo e aos dogmatismos” (LEFEBVRE, 2008, p. 8).

No Brasil, Henri Lefebvre é principalmente conhecido pela criação do termo “direito à cidade”, com o qual defendeu o direito ao acesso à vida urbana, e que foi desenvolvido no livro de mesmo nome publicado em 1968 em francês: “Le droit à la ville”. Em seus estudos, marcadamente otimistas, recusava-se a criar modelos teóricos e a estabelecer programas de desenvolvimento acabados. Sua teoria não possui contornos fixos, pois, sob a influência do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, a linguagem de Lefebvre possui algo de poético, numa clara tentativa de reencontrar a totalidade do social, possível pela “obra”, em oposição ao “produto” resultado do trabalho alienado. Sua contribuição para a geografia foi mais profunda, pois toda a teoria atual desta disciplina se deve à tese de que o espaço é social, ou seja, socialmente produzido, influenciando grandes nomes da geografia do final do último século, tais como David Harvey e Milton Santos.

Durante as décadas de sessenta e setenta do século passado, Henri Lefebvre ocupou-se em refletir sobre a temática do urbano e da cidade. Deste período, destacam-se as obras “*La droit à la ville*” (1968), “*Du rural à l’urbain*” (1970), “*La révolution urbaine*” (1970), “*La pensée marxiste et la ville*” (1972), “*Espace et politique*” (1973) e “*La production de l’espace*” (1974). Além destes livros referentes a esta temática, o presente artigo vai explorar a obra “*La Irrupcion: de Nanterre au somment*” (1968), que, no Brasil, pode ser encontrada no livro cujo título é “A irrupção - a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos”.

A hipótese teórica da sociedade urbana como sucedânea da sociedade industrial, que corresponde à atual fase do desenvolvimento do capitalismo, é exposta na obra de Henry Lefebvre intitulada “A Revolução Urbana”. Vale frisar que, ao empregar termo “revolução urbana”, Henri Lefebvre situa uma transformação em andamento e, fiel ao método regressivo-progressivo, parte de uma reflexão de uma realidade futura e virtual para tentar compreender o presente e justificar o passado. É neste sentido que a utopia está presente como forma de projetar uma estratégia que perpassa não apenas pela análise do real, mas pela identificação de problemas potenciais e de concepções imaginativas, ligadas à reflexão de um futuro possível. Aliás, para Henri Lefebvre, a utopia é imprescindível para a construção do pensamento, como afirma:

Lembro uma tese que tive a oportunidade de sustentar aqui e alhures. Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos *realistas*... mas não pensaremos! Não existe pensamento

que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação.” (LEFEBVRE [1973], 2008, 73)

Nesta mesma linha, segue David Harvey ao contextualizar a luta pelo direito à cidade. No atual período, afirma que este “não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente” (HARVEY, 2009), sendo que esta transformação deve estar assentada em uma prática que vai além da constatação do real, transpondo a realidade através de um projeto que vá de encontro de forma clara aos interesses do capital.

Neste mesmo sentido, Henri Lefebvre propõe uma utopia baseada nas experiências vividas no cotidiano das pessoas, pois qualquer pensamento crítico deveria gerar uma reflexão sobre o futuro, sendo que a utopia deve assumir este caráter experimental.

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?” (LEFEBVRE, 2004, p. 108)

Vale frisar que o pensamento lefebvriano antagoniza de forma bastante contundente as experiências vividas no cotidiano das pessoas que buscam a efetivação do direito à cidade, com a cidade concebida nos “planos” dos urbanistas que, via de regra, reproduzem a ideologia capitalista, caracterizada pelo pensamento fragmentado do urbano. Para Lefebvre, o urbanismo trata-se de um pseudoconceito do urbano, “isto é, aplicação da racionalidade industrial e evacuação da racionalidade urbana.” (LEFEBVRE, 2006, p. 48)

Henri Lefebvre propõe uma maneira de se pensar o fenômeno urbano e de relacionar o real com o virtual que denomina de “transdução”. Neste contexto, os intelectuais que estudam o espaço, como geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, economistas, políticos e filósofos, têm o papel de realizar este exercício mental com o objetivo de gerar uma utopia possível que anteveja as novas formas e relações presentes na sociedade urbana.

As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência.” (LEFEBVRE [1968], 2004, p. 107)

Contra a fragmentação do racionalismo pseudocientífico, Henri Lefebvre pensa o urbano como totalidade, considerando sua permanente capacidade de mutação, a partir de



uma dialética onde a práxis política, a utopia e a imaginação, são criadoras de uma estratégia única: a estratégia urbana. E acrescenta que esta estratégia do conhecimento não pode ficar isolada, pois: “Ela visa a prática, ou seja, em primeiro lugar, uma confrontação incessante com a experiência e, em segundo lugar, visa a constituição de uma prática global, coerente, a prática da sociedade urbana.” (LEFEBVRE, 2006, p. 131)

A partir destas reflexões, pode-se introduzir os acontecimentos de Junho de 2013 em uma perspectiva de luta pelo direito à cidade, onde claramente se pauta a confrontação da realidade urbanística imposta pelo capital e a busca pela transformação desta realidade a partir da experiência vivida e a construção de um projeto urbano emancipador. O artigo esmiúça alguns dos elementos que apontam que Junho de 2013 não pode ser interpretado meramente como um fenômeno espontâneo, fruto de uma indignação alienada e pontual. Junho de 2013 expressa algo muito mais profundo: ele pode ser entendido como um processo de construção de uma nova utopia. Uma utopia que pode ser a antevisão da revolução urbana.

A comparação com os acontecimentos de Maio de 1968 na França é imprescindível para buscar a compreensão de Junho de 2013 sob a luz da obra de Lefebvre. O Movimento de 22 de Março de 1968, que foi estopim para os fatos que se seguiram, foi um protesto onde cerca de cento e cinquenta jovens estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Paris Nanterre ocuparam os serviços administrativos da Faculdade de Letras, em protesto contra a prisão de seis estudantes que, dias antes, tinham se manifestado contra a guerra do Vietnam. Ninguém imaginaria que aquele pequeno, mas audacioso ato viesse a desencadear uma avalanche de manifestações, que culminou com uma greve geral que se estabeleceu em todo território francês, mobilizando dez milhões de trabalhadores - cerca de dois terços da força de trabalho - da França. Igualmente, ninguém imaginava que os protestos de 6 de junho de 2013 contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo gerasse uma onda de protestos de tamanha magnitude como visto nos capítulos anteriores da tese.

A repressão policial que seguiu ao ser decretado o fechamento dos cursos pelo reitor da Universidade de Nanterre impulsionou a adesão dos estudantes a partir de 3 de maio de 1968, da mesma forma que a revolta popular contra a violência imposta aos os manifestantes paulistanos e cariocas aumentou a adesão a Junho de 2013.

No entanto, diferentemente de Junho de 2013, a adesão da Confédération Générale du Travail, a federação sindical de esquerda ligada ao Partido Comunista Francês (PCF), teve um forte impacto no movimento inicial, sendo que, além dos protestos estudantis, as greves e ocupações de fábricas marcaram os acontecimentos de Maio de 1968.

Após os acontecimentos de Maio de 1968, o governo presidido por Charles de Gaulle chegou à beira do colapso, tendo que antecipar as eleições parlamentares para 23 de junho. A partir de junho de 1968, os protestos arrefecem e as últimas manifestações estudantis são duramente reprimidas. Nas eleições que se seguiram, o partido ghoullista saiu fortalecido e os protestos cessam em todo território francês.

Henri Lefebvre viveu no olho do furacão do Maio de 1968, e seu cotidiano, que provavelmente incluía caminhadas pela Place de La Defense, perto de onde lecionava, na Faculdade de Letras da Universidade de Paris Nanterre, foi abalado pela insurreição estudantil. Tinha acabado de publicar “*Droit à la Ville*”, e com certeza os fatos que presenciava naquela tumultuosa primavera parisiense lhe pareciam um grande laboratório social onde as suas teses e proposições poderiam ser testadas. Ainda no calor da rebelião juvenil de Maio de 68, elaborou um ensaio intitulado “La Irrupcion: de Nanterre au somment” que talvez permita, em um sucinto quadro comparativo, ajudar na decifração do enigma surgido a partir de Junho de 2013.

O sociólogo Leo Lince, no seu artigo “Irrupção, fim de ciclo e interregno”, analisa Junho de 2013 sob a ótica dos acontecimentos de Maio de 1968 e da obra lefebvriana:

Henri Lefebvre, um marxista atento às réplicas da história, ao analisar ainda no calor das refregas a rebelião juvenil de maio de 68 na França, sacou conclusões que, talvez, possam nos ajudar na decifração do enigma atual. Estavam presentes na crise de então - as “*barricadas do desejo*” em Paris e a greve geral que paralisou a sociedade francesa por semanas - todos os ingredientes que no protocolo da esquerda definem uma típica “situação revolucionária”. Mas, segundo Lefebvre, não haveria revolução. Sequer se produziria, como de fato não se produziu, uma momentânea “dualidade de poder”. Por conta de características elencadas em tempo real, a gigantesca onda contestatória que não desemboca em revolução ou contrarrevolução foi chamada por Lefebvre de irrupção. (LINCE, 2013, p. 1)

Para Leo Lince, a irrupção contestatória seria um tipo de movimento que revelava a emergência de novas contradições no solo cristalizado da política. “Contradições nascidas por acréscimo, superpostas às antigas que foram atenuadas, dissimuladas, “reduzidas”, sem que nunca tenham sido resolvidas, no interior dos jogos do poder.” (LINCE, 2013). E continua a análise destas contradições que vão desencadear a irrupção contestatória, reforçando a oposição política, que se amolda ao “aparato total”, deixando de expressar a dinâmica dos conflitos que ficam contidos na base da sociedade e “quando os chamados ‘corpos intermediários’ se mostram momentaneamente absorvidos pela rotina da repetição do ‘mesmo’, entre a política institucional e a chamada sociedade civil abre-se um imenso vazio.” (LINCE, 2013, p. 1).

E é justamente para preencher tal vazio que brota a onda contestatória. E acrescenta Leo Lince:

Ela [a onda contestatória] carrega a suprema pretensão de substituir, recompor, refazer a partir do zero as mediações sociais e políticas por intermédio das quais as demandas deveriam se elevar ao nível global. Ao constatar a ineficácia dos partidos e dos “corpos intermediários” cooptados pela lógica do poder dominante, a contestação se volta contra

o institucional em geral. Questiona a política, mas não é despolitizada. Expressa e aspira outro tipo de política. Ao contrário da política regular-profissional, não trabalha na perspectiva de “acumulação de forças” no interior de uma determinada racionalidade política. O sentido imediato da onda contestatória é o da recusa à integração. Nasce das profundezas, abaixo das raízes da vida social organizada, de costas para o Estado e longe de suas instituições. Para usar uma expressão feliz de Lefebvre, são movimentos localizados “abaixo da base”. (LINCE, 2013, p. 1).

O artigo de Leo Lince enfatiza o papel da juventude nos acontecimentos de Maio de 1968, partindo da definição dada por Henri Lefebvre. A juventude, para o filósofo das cidades, não é entendida apenas como uma determinada faixa etária, e sim, parafraseando o sociólogo franco-argelino Jacques Berque, se define mais como uma “relação com o mundo” (LEFEBVRE, 1968, p. 111), e é, por excelência, o agente da irrupção contestatória, sendo que tanto em Maio de 1968 como em Junho de 2013 o jovem teve um papel social “antirredutor” no interior do sistema.

Outro aspecto destacado por Henri Lefebvre em sua análise dos acontecimentos de Maio de 1968 foi a espontaneidade. Para ele “a contestação nasce espontaneamente. Ela se define como espontaneidade, com o horizonte e os limites da espontaneidade” (LEFEBVRE, 1968, p. 112), e acrescenta:

Sem espontaneidade, não haveria nenhum acontecimento, nenhum movimento. Nada aconteceria. Por conseguinte, para todos os poderes a espontaneidade é o inimigo. Sem que, por isso, ela se constitua num poder. Têm condições, portanto um sentido. (LEFEBVRE, 1968, p. 113).

Lefebvre contrapõe a crítica à espontaneidade leninista, que, segundo ele, conduz a uma percepção dogmática que nega e condena o espontâneo a algo irracional, a ponto de considerá-lo algo nulo. Contrariamente, Lefebvre vê um sentido na espontaneidade dos acontecimentos, que somente pode ser definido para além do institucional. O *locus* da espontaneidade é a rua, pois “na rua [em Maio de 1968] se manifestou a espontaneidade: no lugar social não ocupado pelas instituições” (LEFEBVRE, 1968, p. 114). Leo Lince explana desta forma este aspecto da irrupção lefebvriana:

Mas, como no caso analisado por Lefebvre, a irrupção não se configura como um polo ordenado de lutas, no qual se condensam vetores orientados por alternativas programáticas bem delineadas. Pelo contrário. Há de tudo na babel de vozes que toma de assalto o espaço livre das ruas. Pululam postulações desencontradas. A falência do modelo dominante e o ocaso de um ciclo político não aparecem como resultante do acúmulo ordenado de pequenas mudanças. A crise se mostra na forma da fratura exposta. A explosão contestatória abala o mundo da política, desloca o eixo em torno do qual tal mundo gira, mas o seu clarão, por si só, não

ilumina caminhos de mudança. É um fenômeno que, por sua própria natureza, dispara variáveis fora de qualquer controle. Diante do agito colossal, todos se assustam: ninguém hegemoniza e, ao mesmo tempo e pela mesma razão, de imediato ninguém se sente interdito por ele. Daí o espetáculo das múltiplas leituras interessadas, dos recuos táticos, da busca rápida de “agendas positivas” que possibilitem acertar o passo com o ritmo da novidade que chegou para ficar sem ter dito, ainda, a que veio. (LINCE, 2013, p. 1)

Contestação, espontaneidade e protagonismo juvenil são elementos evidentes que confluem e se relacionam nos acontecimentos de Maio de 2018 e Junho de 2013. São os aspectos exteriorizados da irrupção lefebvriana que somente podem ser compreendidos em sua profundidade a partir do conceito de “mutação” que prenuncia, no artigo agora analisado, a tese da “sociedade urbana”, e que somente vai ser consolidada em “La Revolution Urbaine”. Henri Lefebvre parte do conceito de “Movimento” sem se preocupar em defini-lo, mas sim em situá-lo espacialmente, pois “a teoria do movimento só pode provir do próprio movimento” (LEFEBVRE, 1968, p. 133). Em seguida, o “filósofo da cidade” engendra uma reflexão a partir dos fenômenos urbanos: inicialmente, situa Nanterre, a “faculdade parisiense fora de Paris”. Localizada no subúrbio, a Faculdade convive com as favelas e as moradias proletárias. A segregação espacial e sexual (com a separação entre moças e rapazes) se apresenta como um vazio e a “ausência é o lugar onde a infelicidade assume uma forma”. Distante, a Cidade passa a ter um valor utópico para “as moças e rapazes instalados na ‘heteropia’ geradora de tensões” e “torna-se o lugar das aspirações e das rebeliões sexuais” (LEFEBVRE, 1968, p. 135). E a faísca acesa em Nanterre chega ao Quartier Latin: o rastilho segue o caminho do subúrbio para o centro de Paris, e o movimento “vai se deslocar sobre um novo terreno”, e as “pessoas vindas da periferia, do exterior em que foram projetadas, onde só encontraram um vazio social, se reúnem e vão em direção aos centros urbanos para reconquistá-los.” (LEFEBVRE, 1968, p. 143). Por fim, em um terceiro momento, o Movimento se amplia de forma impressionante, e ganha novamente a periferia, com a adesão massiva do operariado francês. É o auge do Movimento que depois reflui. “A ocupação maciça dos locais de produção, as reivindicações potentemente sustentadas, mas parciais fazem esquecer que os locais do poder e os centros de decisão retomaram suas funções.” (LEFEBVRE, 1968, p. 146). A Cidade não é mero palco dos acontecimentos. A irrupção descrita por Henri Lefebvre é um “fenômeno urbano” por excelência, sustenta Leo Lince, e novamente Junho de 2013 e Maio de 1968 confluem:

Seu impulso [da irrupção] é habitado por aspirações grandiosas de reconstruir a sociedade através de um tipo de exercício democrático radical, constituinte e instituinte, onde todos os conflitos e interesses estariam, mais do que representados, presentes em ato, nas ruas e praças, ou seja, nos lugares ainda não totalmente controlados pelas amarras do sistema dominante. São momentos fugazes, onde se vive

a ilusão do exercício pleno da recomposição do corpo da política. São movimentos de larga envergadura e que, quase sempre, remetem para o ciclo longo e para o prazo largo. No conjuntural imediato, tais movimentos se destinam a produzir um tipo original de interferência no processo concreto da luta política. (LINCE, 2013, p. 1)

O Movimento não pode prescindir do seu sentido de mudança, de “mutação”. Apesar de recusar defini-lo, Lefebvre busca caracterizá-lo pela sua práxis.

Não foi este ou aquele pensamento político [se refere aos pequenos círculos revolucionários, trotskistas, maoistas, etc.] que mostrou sua eficácia, foi antes o ato inicial de um pensamento que se recusa a condição anterior, um ato coletivo, apesar das divergências, que permitiu a formação do movimento. (LEFEBVRE, 1968, p. 139)

Tal como aconteceu em Junho de 2013, em Maio de 1968 emerge uma nova prática, calcada na negação aos agentes políticos tradicionais. A irrupção é um grande laboratório, onde são gestadas novas formas de se pensar e fazer a ação política:

A irrupção contestatória costuma semear novidades (novas lideranças, nova pauta de debates, novos sujeitos, nova morfologia na estrutura dos movimentos) que se destinam a produzir, como bombas de efeito retardado, alterações profundas na cultura política. Nem sempre na conjuntura imediata, mas no entranhado das estruturas. (LINCE, 2013)

Finalmente, a “mutação” delineada por Henri Lefebvre vai repercutir nas análises e formulações anunciadas na sua obra “La Droit à la Ville”, destacando a “integração dos centros e das periferias” anunciando uma “nova esfera social, política, cultural: a sociedade urbana”. Lefebvre observa que “A centralidade obtida e conservada pelo movimento o envia para as margens da realidade urbana” e “dessas margens, o movimento repercute e volta aos centros de decisão”. (LEFEBVRE, 1968, p. 147).

Os acontecimentos de Maio de 1968 permitem a Lefebvre a percepção da sociedade urbana que se anuncia enquanto projeto e que se estabelece na explosão, então em curso na cidade. A “base” material e social desta sociedade urbana se manifesta na superação das segregações e das dissociações múltiplas inerentes à cidade capitalista.

No desenvolvimento desigual da sociedade, em cima das contradições antigas e novas, três camadas de superestruturas (instituições, ideologias) se sobrepõem, não sem interações:

a) Superestruturas datando da época pré-capitalista, quando predominavam ainda a produção agrícola e a vida rural, com suas imagens e suas representações de mundo;

b) Superestruturas datando da industrialização, nos quadros sociais determinados pela burguesia, o capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção (lembrando que a base técnica de industrialização não para de se transformar: automação, informática).

c) Superestruturas incertas, ainda mal definidas, incitadas pela transformação da sociedade que se opera nos quadros já definhantes (em outras palavras: os quadros da sociedade de consumo, do capitalismo de organização ou capitalismo monopolístico ligado ao Estado). Essa transformação em profundidade se define como sociedade urbana em gestação que emerge com sua problemática e suas exigências. (LEFEBVRE, 1968, p. 143)

Dos elementos apontados acima, a partir dos textos de Henri Lefebvre, pode-se afirmar que a irrupção contestatória, o protagonismo juvenil e sua espontaneidade, além da novidadeira práxis política do movimento, são encontradas e fundamentadas pela análise de Leo Lince ao comparar os acontecimentos de Maio de 1968 e Junho de 2013. Já quanto à “mutação” que induz a sociedade urbana, apesar de reconhecer o caráter urbano dos fenômenos, ela não é salientada por este articulista.

A comparação dos acontecimentos ocorridos em França em 1968 e no Brasil em 2013 é fundamental em qualquer análise cujo referencial teórico parte da contribuição de Henri Lefebvre. É importante salientar que tal quadro comparativo tem como pressuposto tanto a compreensão do desenvolvimento urbano desigual e combinado quanto a tese da “urbanização pretérita” brasileira, sustentada por Milton Santos, que justifica a atualidade do Maio de 1968 para se compreender Junho de 2013, mesmo considerando a distância temporal de quarenta e cinco anos que separa os eventos.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. **A rua, a nação e o sonho**: uma reflexão para as novas gerações. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FERNANDES, F. **O que é revolução?** São Paulo: **Expressão Popular**, 2000.

GRIPP, A. **Não era pelos vinte centavos**. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Retrospectiva. 27 de dezembro de 2013.

HARVEY, D. Wall Street e o direito à cidade. **Le Monde Diplomatique**: Março de 2009. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>> Acesso: 01 mar. 2011.

JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Umanitas, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 2006. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)> Acesso 27 ago 2018.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **La presencia e la ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. México: FCE, 2006.

LEFEBVRE, H. et al. **A irrupção** - a revolta dos jovens na sociedade industrial: causa e efeitos. São Paulo: Editora Documentos, 1968.

LINCE, L. **Irupção, fim de ciclo e interregno**. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/colunistas/leo-lince/8794-30-08-2013-irrupcao-fim-de-ciclo-e-interregno>. Acesso 28 jul. 2018.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

RICCI, R.; ARLEY P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

Recebido para publicação em 10 out. 2018.

Aceito para publicação em 20 maio 2019.

## AS AFINIDADES SELVAGENS: MAIO DE 68, JUNHO DE 2013

### SAVAGE AFFINITIES: MAY 68, JUNE 2013

Murilo Duarte Costa Corrêa \*

RESUMO: *As afinidades selvagens* ensaia traçar linhas de aproximação entre o maio de 68 francês e o junho de 2013 brasileiro, e foi apresentado oralmente durante o ciclo comemorativo do Maio de 68 - 50 anos em movimento, em Ponta Grossa - Paraná, no primeiro semestre de 2018. A partir de um diálogo metalinguístico e político entre os signos que o Maio de 68 produziu e a emergência de uma nova cena intelectual que ficou conhecida como pós-estruturalismo francês, o ensaio percorre uma série de afinidades eletivas entre o Maio francês e o Junho brasileiro, discutindo como essas lutas transformaram o papel dos intelectuais, sua relação com o campo social e político, o caráter jovem das rebeliões e sua abertura para o comum das lutas, sua relação com a democracia, com o cotidiano vivido e com um horizonte de futurição política.

PALAVRAS-CHAVE: Maio de 68; Junho de 2013; Pós-estruturalismo francês.

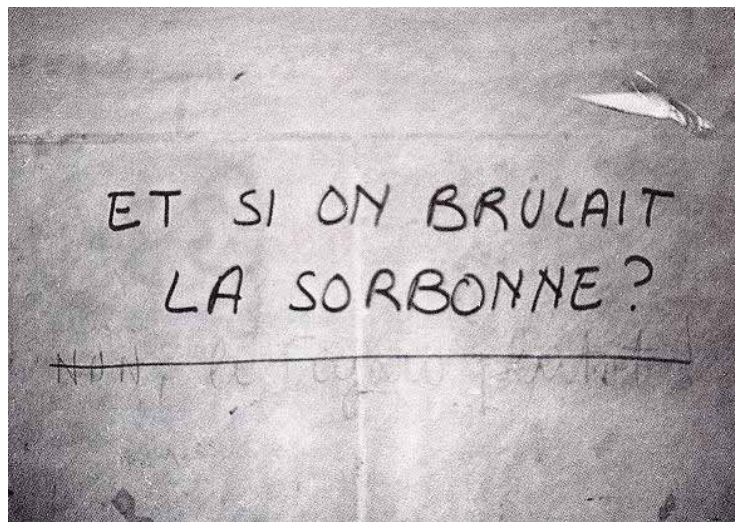
ABSTRACT: *Savage affinities* is an essay which draws proximity lines concerning the protests of May 68 in France and of June 2013 in Brazil. A first draft of this essay was orally presented at the “Commemorative Cycle of May 68 - 50 years of uprisings”, in Ponta Grossa, Paraná, Brazil, in 2018’s first semester. We propose a metalinguistic and political dialogue which arises from an ensemble of May 68 signs and the emergence of an unprecedented intellectual scenario that is currently acknowledged as *French Theory*. The key argument travels through a series of elective affinities among the French May and the Brazilian June, and discusses the various ways in which those uprisings transformed the role of intellectuals, their connection to the social and the political fields, the young characteristic of rebellions and its openness to the common ground of political struggles, reconfiguring notions as democracy, everyday life and the horizons of a collective future.

KEY-WORDS: May 68; June 2013; French Theory.

---

\* Professor Adjunto de Teoria Política da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, Mestrado e Doutorado. *Affiliated researcher da Faculty of Law and Criminology da Vrije Universiteit Brussel*, Bélgica, onde realizou estágio de pós-doutorado sobre a filosofia do campo social em Gilles Deleuze. Doutor (USP) e Mestre (UFSC) em Filosofia e Teoria Geral do Direito. Coordena o Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/ Teoria Política e Pós-Estruturalismo (LABTESP, PPGCSA/UEPG). Co-organizou *O estado de exceção e as formas jurídicas* (Editora UEPG, 2017) e *Pensar a Netflix: séries de pop filosofia e política* (D’Plácido, 2018). Traduziu *Deleuze, a prática do direito*, de Laurent de Sutter (Editora UEPG, 2019). Escreveu, entre outros livros, *Direito e Ruptura: ensaios para uma filosofia do direito na imanência* (Juruá, 2013) e *Filosofia Black Bloc* (Círculo, 2020 [no prelo]). Email: mdc.correa@gmail.com





Fonte: vide nota de rodapé<sup>1</sup>

#### PARA DAR UM FIM AOS INTELLECTUAIS

“E se nós queimássemos a Sorbonne?”, perguntava uma parede. Entre paralelepípedos e barricadas, na umidade das ruas e da quente promessa dos corpos incendiários, maio de 68 remete a uma teia de filósofos e conceitos mais ou menos estelares. Sartre e o engajamento; Foucault e a crítica da atualidade; Deleuze e o acontecimento. No entanto, ao sermos capturados pelos conceitos e pelos nomes próprios que os enunciavam, perdemos contato com uma sensibilidade mais fina e nervosa para tatear o solo do maio de 68; para fazer corpo com a matéria social e política em movimento que pôde produzir esses conceitos e nomes próprios; isto é, um pensamento potente porque à altura do acontecimento.

É impossível compreender maio de 68, ou junho de 2013, se continuarmos a pensá-los em função dos intelectuais. Muito aquém disso, conviria pensar os intelectuais a partir dos acontecimentos, segundo um regime de dupla captura, de devir assimétrico. Seria preciso reposicionar os problemas, inverter o ângulo de visão. A pergunta a ser feita não é “com que categorias se pode pensar maio de 68, ou junho de 2013?”, mas, principalmente, *como esses acontecimentos contribuem para tornar pensável o ato mesmo de pensá-los?* Isto é, como um acontecimento engendra o pensar no pensamento? Que possibilidades de pensar um evento instaura por invenção? Que abalos nas certezas e nas formas de sensibilidade socialmente compartilhadas são gerados pelo acontecimento; e como o acontecimento mesmo, em seus próprios termos, torna essas rupturas instauradoras - com as quais não se confunde - sensíveis e pensáveis?

<sup>1</sup>Todas as imagens reproduzidas neste ensaio têm por fonte o site <<https://inventin.lautre.net/graffiti.html>>, que possui um catálogo ainda mais vasto de graffitis de maio de 68”.

Ou o intelectual é um paralelepípedo de uma rua úmida de Paris, uma pedra portuguesa do centro bafejante do Rio de Janeiro, um bloco de concreto armado arrancado a um muro poluído da Avenida Paulista, ou não será nada. O que acontecimentos como maio de 68 ou junho de 2013 deixam como lição é que os intelectuais profissionais entendem muito pouco dos movimentos reais; e ou os seus conceitos são armas que desenvolvem o social em movimento - e, principalmente, fazem avançar o caráter movente do social -, ou seus conceitos serão impotentes para o pensamento. Pensar é sempre uma questão de ser afetado por uma dinâmica que habita o Fora do pensamento e, todavia, o instaura.



### PENSAR O SOCIAL

*Como pensar à sombra de uma capela?* Ao contrário dos intelectuais, e da triste liturgia de suas Igrejas, *o social pensa*. Os intelectuais obtêm prazer fundamentalmente ao adotar duas atitudes detestáveis: uma perversa, outra obsessiva. A atitude perversa consiste em portar-se como fiador do progresso, como vanguarda da elevação da consciência das massas - quando os movimentos reais da vida ensinam continuamente que a matéria da política não é a consciência, mas o desejo e sua multiplicidade libidinal indomável. Maio de 68 não cessou de enunciar: *tomem seus desejos por realidades*; junho de 2013 foi a expressão explosiva de multiplicidades de desejos sociais, de puro “tesão” político. Um momento em que as ruas quiseram tudo e o exigiram sem modos. A atitude obsessiva é a do intelectual que crê ser o decifrador de uma realidade mais ou menos oculta, mais ou menos indecifrável, e que exige uma sensibilidade especial e exclusiva - quando sabemos que o real não está “por detrás” das cortinas, e a política é menos uma questão de decifração iluminista que de fabulação coletiva.

Essas duas posturas intelectuais - mais comuns do que imaginamos - apreendem os movimentos sociais por aquilo que eles não são: antimovimentos narcísicos ou estases antisociais. E ao invés de proporcionar o pensamento, portar-se como o líder intelectual perverso ou como o decodificador maçônico obcecado é transformar a política ora em um negócio

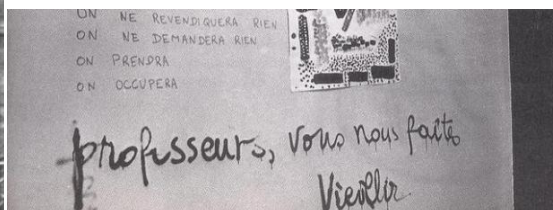
privado e autoritário - rua de mão única que todos deveriam seguir -, ora em prática paranoica e estanque, que subtrai do social o seu elemento movente e plural, múltiplo e incoerente.

Há décadas, temos chamado essas posturas estáticas e narcisistas de “pensar os movimentos sociais”, no Brasil: o ato de ignorar catedraticamente tanto o social e seu caráter múltiplo, quanto o movimento e seu caráter dinâmico. Insistimos em rasurar com as pretensões interessadas do “Pensamento” o fundo radicalmente anárquico sobre o qual o desejo costura o social em movimento (e tomo a liberdade de utilizar essa expressão em sentido etimológico, como junção do prefixo “an” e do radical “arkhé”, do grego antigo, querendo significar a negação da possibilidade de ser comandado, governado por outrem). Só se pode repôr o social em movimento, rechaçar as estratégias de poder que o conformam, instaurando nele um princípio que o torna ingovernável, isto é, “anárquico” em sentido etimológico.

Para pensar o social é preciso dar um fim aos intelectuais e reconhecer que o social pensa, e pensa de acordo com uma lógica das multiplicidades, impassível de homogenização, unificação, condução, governo. Sua lógica é a da invenção e a do contágio; do agenciamento selvagem, da afinidade eletiva e da contaminação híbrida, sem espaço para a paranoia da pureza. Não há aqui nada do velho materialismo histórico-dialético - que, reconheçamos, tem sido brandido entre nós muito mais como um *wishful thinking* historicista e abstrato do que como pulsão movente ou materialista; o que há, sim, é a lógica aberrante da multiplicação das diferenças antagonistas, contra uma dada formação social, que é também uma forma de viver, uma micropolítica do cotidiano, um tecido fino de obrigações infinitas e poderes infinitesimais a esmagar a vida.

Reconhecer isso deveria converter o intelectual à bem-vinda e humilde condição de ser uma singularidade sensível e pensante entre outras, em meio à multiplicidade movente de um campo social; obrigaria a reconhecer o fato de que em eventos como maio de 68 ou junho de 2013, tanto a condição de sujeito político ativo quanto de intelectual se generaliza. Pensar, sentir e agir tornam-se condições comuns. Condições para a constituição do *comum* das lutas. Condições transcendentais (que não são nem espontâneas, nem estão dadas *a priori*) para a instauração de uma abertura ou brecha política em que estão em jogo nossos territórios existenciais e a ecologia política de nossas relações.

Se esses eventos podem ser descritos como a violenta irrupção do reprimido ou do forcluído político na superfície luminosa do corpo social, sua inteligência própria - a potência para inventar as condições coletivas que repõem o social em movimento - nada tem a ver com uma intelectualidade profissional e acadêmica em que as ideias domesticadas se repetem e circulam. Esses eventos são um movimento e uma expressão da vida, não da cultura e, “A cultura”, diziam os muros de Paris naqueles dias de Maio, “é a inversão da vida”.



### O SOCIAL E O POLÍTICO

Um movimento social é o útero de um mundo por vir, em que se inventam novas condições coletivas para sentir e pensar. Dele podem decorrer eventos na medida em que estes instauram rupturas; acontecimentos depois dos quais nem o mundo que nos cerca permanece pensável por nossas velhas categorias, nem a vida pode ser experimentada segundo os modos da nossa ultrapassada sensibilidade. Cortando na própria carne e a quente, seria preciso reconhecer que *os professores nos fazem envelhecer*.

*Algo se passou*, de modo que a intelectualidade deixou de ser a condição profissional atrelada a um título ou a uma posição institucional, geralmente universitária, para se tornar o elemento de um *Intelecto Geral* no qual os intelectuais poderão, no máximo, banhar-se, pegar carona, mapear devires, seguir de perto suas linhas de fuga, desenvolver uns *petit trucs théoriques*. Já não lhes cumpre elaborar direções para roteiros conceituais porque, no calor do acontecimento, são os roteiros que não cessam de elaborar e reelaborar direções impensadas, exigir os conceitos e desgastar as fixações identitárias.

A condição de *uma intelectualidade geral, horizontal, radicalmente igualitária*, constitui-se a partir do momento em que se generaliza no comum das lutas a dissolução de uma distinção que muitos ainda creem ser estruturante de nossas sociedades de capitalismo avançado; a divisão entre o pensamento e o labor, entre as formas intelectuais e materiais do trabalho, entre os que se ocupam do fato bruto da dominação e os que se ocupam de fabricar idealmente suas infinitas sutilezas espirituais. Que essa intelectualidade geral se processe no campo social, como condição e como efeito de um conjunto de práticas políticas, é uma circunstância prenhe de consequências significativas.

Maio de 68 e junho de 2013 são alguns dos momentos clarividentes dos últimos 50 anos em que a separação artificial entre o social e o político foi temporariamente suspensa. Eventos como esses produzem campos de subjetivação coletiva; colocam em jogo toda uma ecologia política de novas relações e de novos possíveis; produzem constelações mais vastas de possibilidades de sentir e pensar que ainda há pouco não estavam dadas, e que não podem

ser propriedade de ninguém. Pelo contrário, os nomes próprios e os conceitos que estes enunciam só adquirem completo sentido quando remetidos à singularidade do campo social em que estão agenciados. Sob os fluxos de um Acontecimento, na trama tesa da sua absoluta singularidade, ou os conceitos são máquinas sociais, utilizáveis por todos, ou (assim como os intelectuais) não serão nada.



### AS AFINIDADES SELVAGENS

Cinquenta anos depois, ainda insiste nos muros de muitas cidades europeias este eco de maio: “Sob as calçadas, a praia”. Isto é, sob a cultura, a vida. As calçadas nos separam da praia que, todavia, insiste sob nossos pés, sob uma condição espectral que conserva, subterrânea, a matéria movente. Coberta pelas calçadas, a praia é o espectro movente do real que não cessa de fluir e de ameaçar derruir, subterrâneo, a cidade imaginária que tomamos por real.

Da mesma maneira que a calçada nos separa da praia que, no entanto, permanece sob nossos pés, uma dada formação social e suas estruturas de servidão têm por função separar uma sociedade daquilo que ela pode. Assim, instauram o político como esfera separada, consagrada, intocável pelo social.

Para usar uma expressão de um etnólogo que construiu barricadas, nossas sociedades são “policidadas”. Isto é, sociedades que se caracterizam pela alienação do poder em uma esfera especial, separada do corpo social. A esta alienação, nossa civilização deu o nome de Estado. No entanto, ele não se confunde com um aparato complexo, burocrático ou institucionalizado. Estado é a palavra que nomeia a operação consolidada em condição histórica, social e política que, distinguindo os governantes e governados, dividindo os que mandam e os que obedecem, procura sequestrar permanentemente o político da esfera do social. Sociedades com Estado são, portanto, aquelas em que o exercício do poder se encontra regularmente alienado, separado da totalidade do corpo social, embora a sociedade continue a ser a sua fonte e o seu objeto.

Como a praia sob a calçada, uma sociedade se define pela variação da potência subterrânea de derruir a esfera que a separa do político.

Entre o maio de 1968 francês e o junho de 2013 brasileiro há uma série de pontos de contato. No entanto, gostaria de propor a noção de *afinidades selvagens* como mais do que um conjunto numeroso de coincidências significativas - como um analisador capaz de tornar visível o tipo de ação política que esses dois eventos tornaram pensável e sensível. Segundo os seus termos, creio poder definir a política não como uma ação interna aos aparelhos de Estado, mas como o *movimento pelo qual um corpo social retoma o poder que dele foi separado*, isto é, que o Estado alienou da sociedade na esfera do político.

Essa é a razão pela qual em maio de 68 e junho de 2013, revolta e ação política designam uma mesma prática. A política passa a ser o movimento de criação de diferenças pelo qual uma sociedade confronta o Estado e o poder separado, isto é, um movimento da sociedade contra o Estado. Nesse sentido, toda política é um movimento da sociedade que tende a conjurar a forma-Estado, isto é, o poder separado e os binarismos que estruturam nossas sociedades divididas e policiadas.

Essa é a afinidade selvagem, o eixo comum de sentido, que permite reunir maio de 68 e junho de 2013 (e praticamente qualquer revolta ocorrida no Ocidente nos últimos 50 anos) sob o mesmo signo: agir politicamente é restituir ao social a esfera de poder sequestrada no Estado. Era precisamente isso o que queriam dizer os franceses quando pichavam “O poder está nas ruas, não nas urnas” ou “Os anarquistas estão sempre aí”. Os corpos passam a fluir pelas ruas e o poder, pelos corpos. Todos os corpos são anárquicos em profundidade, porque nenhum corpo pode ser furtar de participar da física do poder que os envolve e sujeita. Logo, fazer política é exercer a arte da revolta, a liberdade como coragem física; é, finalmente, restituir a política sequestrada na estrutura do Estado ao campo social. Fazer movimento, abrir uma brecha para reconfigurar o social.



### REBELIÕES JOVENS, REVOLTAS MÚLTIPLAS

Sob essa afinidade selvagem e eletiva, encontramos uma série de linhas de ataque em comum. Aqui, vou me ater a descrever rapidamente três das mais aparentes. Em primeiro lugar, tanto maio de 68 quanto junho de 2013 foram rebeliões jovens que, progressivamente, incluíram em seu âmbito um círculo social mais vasto, tornando-se rapidamente revoltas múltiplas. Eis o que designa um movimento de heterogênese: ele começa em uma ponta de subjetivação social (estudantes ou integrantes de um movimento autonomista, jovem e urbano) e, repentinamente, revolta e desejo celebram núpcias em campos de subjetivação muito mais vastos, como a fagulha em mil rastros de pólvora. Mas o fato de essas rebeliões terem por porta-vozes iniciais grupos de jovens deveria nos fazer pensar.

É razoavelmente comum na literatura sobre o maio francês ou o junho brasileiro que o protagonismo dos jovens seja rapidamente explicado em função de um recorte etário e de classe; em função de razões econômicas ou políticas que apresentam a juventude a partir de traços de incapacidade ou de impotência para o mundo que suas rebeliões confrontam. As revoltas estourariam entre os jovens, por exemplo, em razão da ausência de perspectivas de colocação no mercado de trabalho futuro, em função da precarização das condições de trabalho e de vida na metrópole, ou por conta da crise geracional ou cultural lastreada na obsolescência dos valores e costumes, ou porque suas vozes (em suposta condição de minoridade perante o real) não seriam ouvidas.

Nossos intelectuais de cercadinho não cessam de apresentar os jovens, protagonistas e catalisadores sociais das maiores revoltas dos últimos cinquenta anos, a partir dos traços negativos que os afastam do mundo bem ordenado e excludente dos adultos. Ao fazê-lo, perdem de vista aquilo que constitui a potência política específica dos jovens. Suas razões, antes de serem econômicas ou culturais, são vitalistas e políticas. Deixemos de pensar que a juventude está sempre lutando para ser inserida em um mundo cujo desaparecimento ela deseja. São os adultos que costumam lutar por sua sujeição como se se tratasse de sua salvação. Os jovens tendem a ser revolucionários porque desejam inventar o mundo que querem habitar com seus corpos e cérebros expandidos pela técnica e pelas redes, fugindo, se possível, ao controle sutil e infinitesimal que elas implicam.

Sua potência política está precisamente no fato de que os jovens são, ainda, uma classe ou ociosa ou de recente entronização nas disciplinas e controles do trabalho. E essa condição social única, geracional e temporária, que se opera no intervalo entre o fim da infância e o início da vida adulta, é um tempo de oportunidade relativamente vazio e politicamente perigoso para os poderes constituídos. Aqueles que ainda não foram suficientemente dobrados pelas disciplinas do trabalho, que zoam e escapam às disciplinas da escola, que vagabundeiam com as obrigações e tarefas domésticas, que fogem por excesso de contingente da disciplina das casernas são os que reencontram a isenção de atividades servis, o ócio, o lazer, o tempo livre

(sinônimo de “liberdade” na Grécia antiga) como condição da política. Horizontais em suas relações, anárquicos no uso de seus corpos, indisciplinados no exercício de sua inteligência, os jovens constituem a brecha geracional que prefigura o fim da sociedade dividida.

A potência dos jovens para a política não está de forma alguma no mundo que sua ação política está deixando para trás, ou no fato de este mundo não os incluir o bastante; está na recusa vital e ativa de um mundo que outra geração deixou para trás em 68 e que nós tentamos deixar para trás em 2013. Está na capacidade de afirmar os termos de um mundo novo que precisa nascer, e que não nascerá nem das bibliotecas mofadas dos intelectuais, nem dos escritórios palacianos dos burocratas de Estado.

Eis o ridículo absurdo da responsabilização dos movimentos sociais pelos efeitos deletérios da esfera dos poderes constituídos. Desde 68, ou de 2013, tais poderes não cessaram de se reconfigurar. Os governos do PT/MDB, e a farsesca narrativa do golpe que se seguiu a 2016, correspondem precisamente a essa disputa palaciana pelos marcos de sequestro da esfera política separada da esfera social - e que não cessa de tentar reconfigurar o social à sua imagem e semelhança ainda hoje. O essencial ao poder, por hora, foi obtido: suturar a brecha democrática que junho fez nascer e capturar as forças de indignação por meio de estratégias reacionárias na defesa de líderes carismáticos, messiânicos e simétricos, à esquerda e à direita.



### VOTAR É ABDICAR

*Votar é abdicar*, dizia outra parede em Paris. *Eleições, armadilhas para idiotas*, dizia um lambe-lambe. O mecanismo ficcional que esteve na mira dos estudantes e trabalhadores de 68 também foi logo reativado em 2014, no Brasil, com a farsesca reeleição da chapa Dilma-Temer, com as bençãos de Lula (que hoje quer nos convencer de que o preso político é ele, e não as centenas de milhares de Rafeis Bragas Vieiras que superlotam as masmorras desse país). Sob suas ficções, reencontramos o elemento propriamente político de maio de 68 e de junho de 2013: a retomada da esfera política pelo social.



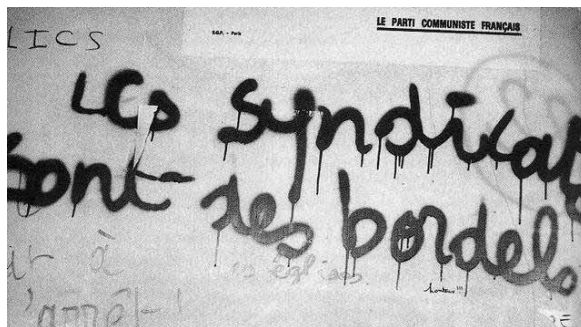
Eis o que chamamos de *crise de representação*, outro lugar comum que parece atestar a afinidade selvagem que suscitamos. Mas o que isso quer dizer? “Representação” é um termo que remete tanto à filosofia como à política. E eu arriscaria dizer que tanto lá quanto cá sua função é precisamente a mesma: separar aquele que pensa ou age do real a que seu pensamento ou sua ação se referem. A representação é como uma membrana interposta entre o ato de pensar e a coisa pensada, o ato de agir e o contexto sobre o qual se age.

Etimologicamente, representar, do latim *representare*, pode significar “ser a imagem ou reprodução de... [alguma coisa ou objeto real]”, mas também é o que “torna presente” uma coisa ausente, “desempenha um papel”, “supre a falta”, “substitui”, entre outros significados. Depois de junho, de uma forma ou de outra, giramos sem cessar ao redor da “democracia representativa”. Seu específico significado é algo delicado de compreender porque envolve um paradoxo. Uma democracia representativa é, ao mesmo tempo, o governo de um povo que governa, mas não governa, porque governam seus representantes; isto é, aqueles que “lhes fazem as vezes”, aqueles que “tomam seu lugar”, “agem como seus mandatários”, “tornam presente a sua ausência”.

Jacques Rancière em um livro belíssimo e poderoso afirmou que “democracia representativa” é na melhor das hipóteses um oxímoro, uma contradição em termos. Ou é “democracia” - e a plebe emite decretos (como o do fim do aumento das passagens de ônibus, ou do preço do diesel) em sua multiplicidade horizontal, rizomórfica, anárquica e indomável (uma espécie de antigoverno da multidão), ou é “representativa”, e governa a casta de canalhas oligarcas. Isso talvez permita compreender as razões da revolta, ou da chamada “crise de representação”.

Toda representação implica sua crise como um elemento interno ao seu funcionamento. A representação é precisamente um mecanismo que separa as singularidades plebeias da capacidade de se autodeterminar, de se autogovernar - e todos os mecanismos de participação não passam de amortecedores e instrumentos para sequestrar nosso consentimento (“você não tem poder para decidir nada, mas tem a chance de participar da escolha de quem vai decidir por você”). Conjuguar a participação desigualmente democrática, ou democraticamente desigual, mal consola: “*Eu participo, tu participas, ele participa, nós participamos, vós participais, ELES aproveitam*”, denunciava outro cartaz de maio de 68.

Levar o social a sério implica recusar até mesmo as instâncias de pressão e participação política tradicionais. Assim como junho de 2013 começou com um movimento que rechaçava bandeiras, era “apartidário” - o que jamais quis dizer anti- ou a-político, as paredes do maio de 68, entre as barricadas, também gritavam que “Os sindicatos são bordeis”. Junho foi muitas coisas, e foi também uma forma de gritar: “não precisamos dos partidos para resistir”. Como Maio de 68, Junho de 2013 forma uma única vaga, um movimento unívoco e antimessiânico do desejo. É a arma do desejo apontada contra a cara da política como “salvação”. Prova corpórea do cruzamento entre o libidinal, o social e o político.



### MICROPOLÍTICA DO COTIDIANO

Em maio de 68, como em junho de 2013, estava em questão uma micropolítica do cotidiano. *Aquele que fala em revolução sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver*, diziam em maio. Fazer a revolução não é fazer a revolução das classes, cumprir o fim da História, realizar o Espírito do mundo, mas revolucionar o cotidiano micropoliticamente. Junho de 2013 tampouco está distante de maio de 68 sob esse aspecto, embora se diga que maio representou uma revolução na cultura e nos costumes - e talvez o junho brasileiro não tenha aparentemente significado tanto.

Seria preciso lembrar que, de um ponto de vista estratégico, junho foi uma micropolítica do cotidiano. Seu ponto de partida eram vinte centavos: o preço do transporte coletivo como condição de acesso aos bens comuns da metrópole que todos, em redes sociais de colaboração no capitalismo imaterial, auxiliamos a construir. Mas sua estratégia de luta e protesto revertia as condições precárias, lentas, caras, poluentes e irracionais dos transportes urbanos públicos e privados. Bastava impedir o acesso a algumas poucas vias dos anéis viários centrais das grandes cidades para parar completamente o trânsito e tornar visível tanto o sistema de privilégios quanto a insuportável condição comum que esmaga dia a dia o desejo de transitar nas cidades. Um nomadismo político se constituía ao parar o falso movimento metropolitano, interrompendo os fluxos da cotidianidade.

Pouco a pouco, um campo de subjetivação coletivo foi criado, tornando-se catalisador para a expressão de revoltas e demandas muito mais amplas e profundas. Logo, a multidão das ruas - acusada de “não ter pauta”, ou de protestar simplesmente “contra tudo o que está aí” - queria tudo. Proliferavam demandas pela ampliação e qualificação dos serviços públicos, redução de impostos, ações diretas anticapitalistas, pedidos de renúncia de Dilma e de políticos locais, “Fora Todos”, atos contra a realização dos megaeventos no Brasil (e sua política

oligárquica, corrupta e ecocida), pautas contra a violência policial demandando informações sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza etc. Junho foi o empurrão para que o inconsciente desejante e político dos governados transbordasse.

A condição política comum e estratégica para esse transbordamento foi uma ativa recusa da sociedade dividida; da partilha de sujeições servis entre governantes e governados. Junho consistiu na experiência coletiva e na emergência temporária de uma democracia plebeia, horizontal e múltipla, de praças e ruas, desprovida de representantes e com capacidade para conceptualizar suas próprias lutas para muito além do que sonha a pobreza imaginativa dos nossos tristes intelectuais.

Como maio de 68, Junho de 2013 foi a sociedade contra o Estado (e o insuportável estado de coisas, hoje aprofundado). O erro é imaginar que maio de 68, ou junho de 2013, terminaram, quando o acontecimento permanece à nossa espera; quando o evento nunca se esgota nos fatos em que ele se atualiza. Somos sempre nós que tardamos demais. Mais do que tomar parte em um movimento social, é preciso repôr o social em movimento, fazer movimento com o social, agir para criar *o povo que falta*. Quando tudo parece fechado, quando nenhuma brecha ou abertura parece possível - recomendava Henri Bergson -, é preciso *remexer as cinzas*, soprar, fazer rescender o perfume do aberto, encontrar uma centelha, e então pôr fogo na Sorbonne, ou na cidade.



Recebido para publicação em 18 de nov. 2018

Aceito para publicação em 10 fev. 2019

**TEMA LIVRE**

## A ABORDAGEM DO PAPEL DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA SALA DE AULA: UM OLHAR PARA A DISCUSSÃO SOBRE RAÇA E ETNIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

### THE APPROACH OF THE ROLE OF LITERACIES PRACTICES IN THE CONSTRUCTION OF IDENTITIES IN THE CLASSROOM: A LOOK AT THE DISCUSSION OF RACE AND ETHNICITY IN TEACHER EDUCATION

Daiane Franciele Morais de Quadros\*

**RESUMO:** Este artigo desenvolvido na disciplina Formação de Professores de Línguas, do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem aborda reflexões sobre práticas de letramentos para o ensino de línguas e suas influências na construção de identidades no contexto escolar. Portanto, discutiremos sobre formação de professores enfatizando a abordagem das práticas de letramentos e o cumprimento da lei 10.639/03. Assim, explicitaremos as teorizações sobre letramentos apresentadas por Street (2006), Kleiman (1995) e Ferreira (2006). Almeida (2015), Dias (2013), Ferreira (2014) e Santos (2013) debatem a relação entre construções de identidades e práticas de letramentos. Ferreira (2006) e Felisberto (2006) salientam que consta nos documentos oficiais, na lei 10.639/03 a obrigatoriedade de promover estudos da cultura africana e afro-brasileira na educação básica despida de estereótipos e preconceitos, como práticas de letramentos. Nossa metodologia foi qualitativa e exploratória. Onde constatamos ser imprescindível apresentar tais reflexões, em cursos de formação de professores.

**PALAVRAS- chave:** Práticas de Letramento; Identidades; Formação de professores de línguas.

---

\* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); especialista em História, Arte e Cultura e graduada em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela mesma instituição. Atualmente atua como tutora a distância no curso EAD Licenciatura em Letras Português/Espanhol da UEPG (e-mail: daiane.framciele@gmail.com).

**ABSTRACT:** This paper was developed in the Language Teacher Training course, of the graduate program in Studies in Language, addresses reflections on literacy practices for teaching languages and their influences in the construction of identities in the school context. Therefore, we will discuss on teacher training emphasizing the approach of literacy practices and the rule of law 10.639/03. We made explicit the theories about literacy practices presented by Street (2006), Kleiman (1995) and Ferreira (2006). Almeida (2015), Dias (2013), Ferreira (2014) and Santos (2013) discuss the relationship between constructions of identities and literacy practices. Ferreira (2006) and Felisberto (2006) point out that stated in the official documents, the law 10.639/03 the obligation to promote studies of African culture and African- Brazilian in elementary school naked stereotypes and prejudices, as literacy practices. Our methodology was qualitative and exploratory. What was found to be essential to present these reflections in teacher training courses.

**KEYWORDS:** Literacy practices; Identities; Training of language teachers.

## INTRODUÇÃO

Pretendemos apresentar neste artigo algumas reflexões teóricas sobre letramento crítico, construção de identidades, formação de professores de línguas; o intuito deste trabalho também consiste em retratar algumas discussões sobre raça e etnia que nos foram proporcionadas durante o primeiro semestre de 2015, na disciplina Formação de Professores de Línguas, do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem.

Nesse sentido, surgiram para nós dois grandes questionamentos que procuraremos responder durante o desenvolvimento deste trabalho: Como intercalar dentro de nossas práticas na sala de aula os conhecimentos prévios do aluno, com suas múltiplas identidades em construção e letramentos, e promover o letramento crítico? Como intercalar na sala de aula os saberes escolarizados da língua e questões sociais como raça e etnia na sala de aula?

Para cumprir nosso objetivo de refletir sobre as práticas de letramento para o ensino de línguas, abordaremos o assunto, como as práticas de letramento atuam na construção das múltiplas identidades dos sujeitos na sala de aula, e discutiremos sobre a formação dos professores de línguas com ênfase na abordagem das práticas de letramento focalizando a temática das relações étnico-raciais, e o cumprimento da lei 10.639/03 para o ensino de línguas.

Este artigo está organizado na seguinte ordem: primeiramente em nossa fundamentação teórica e desenvolvimento deste trabalho, apresentaremos as discussões sobre práticas de letramento e letramento crítico. Em seguida, abordaremos as práticas de letramento focalizando questões de construções de identidades na sala de aula. Como último tópico a ser desenvolvido neste trabalho, baseado-nos em Ferreira (2006 e 2014) e Felisberto (2006), elencaremos a discussão sobre abordagem das questões de raça e etnia, a lei 10.639/03 para a formação de professores e Letramento Racial Crítico. Em nossas considerações finais, apresentaremos

algumas sugestões para o curso de Licenciatura em Letras sobre o olhar para práticas de letramento e discussões sobre raça e etnia na formação de professores.

### LETRAMENTO X PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Questionamentos sobre a definição do termo letramento nos últimos anos tem-se tornado algumas das maiores preocupações entre educadores e pesquisadores da área da educação e do ensino de línguas, principalmente tornando-se também, um dos maiores questionamentos entre os debates que giram em torno da alfabetização.

Portanto, de acordo com Kleiman (1995), por este motivo os estudos sobre letramento no Brasil tornaram-se uma das vertentes de pesquisas que melhor une interesse teórico à procura de explicações e descrições a respeito de algum fenômeno, com interesse social, ou aplicando perguntas, cujas respostas sejam capazes de realizar transformações de uma realidade, na qual todos em comum se preocupem. Como por exemplo, pesquisas e discussões sobre injustiças e desigualdades sociais que ocorrem a todo o momento e que, de acordo com Ferreira (2006), em nosso contexto histórico é bastante pertinente.

Desta forma, segundo Pennycook (2010), o sentido do trabalho com a criticidade em linguística aplicada “pode ser encontrada em uma variedade de domínios que estão se engajando como noções de linguagem como prática local”. (PENNYCOOK, 2010, p. 161). A partir dessa linha de raciocínio, compreendemos que o objetivo do letramento crítico para o ensino de línguas seria o qual Ferreira (2006) apresenta: “o letramento crítico deve ser visto como um instrumento para desenvolver um cidadão mais crítico, uma vez que a língua ao ser ensinada pode ser vista como um instrumento para a prática social.” (FERREIRA, 2006, p. 176).

Sobre os estudos a respeito de letramento, Kleiman (1995) enfatiza que tal área requer metodologias de estudos específicas, de tal forma que proporcionem “descrever e entender os microcontextos em que desenvolvem as práticas de letramento, procurando determinar em detalhe ser complementadas com metodologias experimentais”. (KLEIMAN, 1995, p. 17). Ou seja, é possível encontrarmos pesquisas de metodologia etnográfica, e que descrevam por meio de relatos de experiência, descrição de determinado ambiente, contexto cultural de determinada época também por intermédio de narrativas de histórias.

Por isso Jung (2015) alerta para a necessidade de preenchimento da lacuna de se desenvolverem mais pesquisas baseadas em metodologias etnográficas no campo das discussões sobre letramento que proporcionem uma análise de dados na perspectiva de aluno com o grupo social. Isto é, que não se envolva apenas a subjetividade do pesquisador sobre o espaço escolar. Para que assim, de acordo com a autora, exista uma compreensão sobre como os alunos inseridos neste contexto assumem o controle do letramento escolar. Ainda, nesta perspectiva, Jung (2015) enfatiza a importância da participação de crianças falantes de uma variedade linguística local nas práticas escolares na língua dominante, e principalmente, é

importante observar como tais sujeitos também compartilham e aprendem as práticas letradas deste mesmo sistema de comunicação em específico.

Portanto, para debatermos a esse assunto, encontramos algumas pesquisas que abordam questões relacionadas aos conceitos de letramento e cada uma com suas especificidades, aspira preencher a tais lacunas mencionadas por Jung (2015). Como por exemplo, um desses trabalhos que selecionamos é uma pesquisa publicada por Brian Street (2006), nesse artigo Brian Street descreve como as práticas de letramento fora do contexto social europeu eram entendidas nas Filipinas como prática social, pois de acordo com o autor, tais práticas eram encaradas como práticas ligadas ao cotidiano social e cultural.

Outra questão levantada na pesquisa de Street (2006), é como se dá o letramento na América do Norte urbana, especificamente a situação de mulheres de origem latino-americanas, sem deixar de elencar como as práticas de letramento influenciam nas construções de identidades. Esse tema aqui levantado nos lembra a temática discutida por Ferreira (2014), pois a autora também aborda a teoria racial crítica e do letramento racial crítico a partir de narrativas autobiográficas, nas quais foram analisados aspectos relacionados aos sentidos atribuídos às identidades raciais de brancos e afrodescendentes em um curso de formação de professores.

Almeida (2015), assim como Ferreira (2014) e Street (2006), discute por meio de uma pesquisa etnográfica como os sujeitos constroem identidades sociais pelo uso da linguagem em cenários escolares, “bem como que a relação essa construção pode ter para escolarização em sua totalidade.” (ALMEIDA, 2015, p. 56). Ou seja, o autor partindo do pressuposto teórico do uso da linguagem como base da socialização, ele procura entender como as construções de identidades de gênero e raça refletem na escolarização dos sujeitos.

A respeito do conceito de letramento, Kleiman (1995) explica que esta terminologia começou a ser utilizada no ambiente acadêmico para tentar “separar os estudos sobre o ‘impacto social da escrita’ (Kleiman 1991) dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências *individuais* no uso e na prática da escrita. (KLEIMAN, 1995, p. 17-16, destaque da autora).

Para a autora, a palavra “letramento” ainda não consta no dicionário por causa de sua complexidade e variação das abordagens proporcionadas por estudos que se enquadram neste domínio. Por conseguinte, compreendemos que os tipos de estudos sobre letramento formam parte de um grupo extremamente abrangente e diversificado, formando assim, as várias faces deste objeto de estudo, de tal forma que o transforma em um elemento indefinível, ou seja, que não pode ser nomeado e categorizado de uma única maneira.

Por isso, Kleiman (1995) apresenta algumas definições atuais sobre letramento, uma complementando a outra. A principal definição, descreve-o como conjunto de práticas sociais que utilizam a escrita, como principal meio de comunicação, em contextos especiais para



objetivos específicos. Porém, ainda de acordo com Kleiman (1995), o fenômeno do letramento, não se restringe somente para o mundo da escrita, pois a oralidade também é um objeto de análise de muitas pesquisas relacionadas ao letramento.

Por este motivo, Street (2006) prefere referir-se ao termo “letramento” contemporâneo como “práticas de letramento” em contextos muito variados, dentro de uma abordagem mais ampla sendo descritos de acordo com as especificidades de cada ambiente e contexto cultural, pois “o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento”. (STREET, 2006, p. 466). Portanto, acreditamos que este seja o recurso utilizado pelo autor para demonstrar a variedade e a complexidade dos letramentos, desafiando superposições dominantes em nossa cultura e sobre o que é de fato “ser letrado”.

#### **A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO NAS CONSTRUÇÕES DAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES NA SALA DE AULA PARA O ENSINO DE LÍNGUAS**

Uma das reflexões que Street (2006) realiza sobre a abordagem das práticas de letramento, seria a de que este assunto primeiramente deveria ser discutido fora do ambiente da educação, pois:

Quero contemplar o letramento, primeiramente, fora do arcabouço da educação em que se vê invariavelmente inserido nas discussões nos Estados Unidos; oferecer análises qualitativas em vez de quantitativas; e situar as práticas de letramento no contexto do poder e da ideologia e não como uma habilidade neutra, técnica. (STREET, 2006, p. 465).

Aqui é possível compreender que, para o autor, assuntos relacionados às questões de letramentos deveriam ser retratados oferecendo análises qualitativas e suas práticas de letramento poderiam ser abordadas numa perspectiva de ideologia e de poder, pois, de acordo com Street (2006), as práticas de letramento interferem nas construções das identidades dos sujeitos.

O que quero dizer com isso é que, quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar. (STREET, 2006, p. 466).

Street (2006) explica o conceito de personalidade numa perspectiva antropológica em diferentes culturas. Ou seja, compreendemos que para o autor, o ser humano não é determinado por instituições dominantes, como numa espécie de pirâmide onde a dominação teria o objetivo de atingir do topo até a base, ou vice-versa, mas sim, por um conjunto de fatores que abrange todo um ambiente de articulação de componentes ideológicos dominantes e subordinados.

Assim compreendemos que este fenômeno envolve o processo de construção de identidades de um sujeito. Pois Hall (2006) afirma que o processo de globalização tem o efeito de contestar e deslocar identidades. Reflexos estes constatados nas pesquisas de Dias (2013) e Santos (2013), onde os letramentos influenciam nas construções de identidades dos sujeitos pertencentes a um determinado grupo social.

Também é possível compreender, de acordo com Dias (2013), que o homem influenciado pelo ambiente em que vive, o tempo todo ele está sofrendo transformações, sendo este também, capaz de transformar o mundo de acordo com suas intenções e desejos. Isto é, em congruência com o autor, a identidade do sujeito contemporâneo seria *fragmentada, fluida e cambiante*. Fragmentada e fluida, porque segundo com Dias (2013) o sujeito é composto de várias identidades “ancoradas” temporariamente aos contextos em que circulam e também são cambiantes, porque o tempo todo estará dentro de um processo de complementação.

O indivíduo da contemporaneidade possui uma identidade fragmentada, fluida e cambiante. É um sujeito composto de várias identidades que “são ancoradas” temporariamente aos contextos pelos quais são perpassadas. Essas identidades estão em constante processo de complementação, sempre buscando uma integração total do “eu completo”, que, por sua vez, está sempre um passo a frente da identidade concebida como incompleta. (DIAS, 2013, p. 28).

Conforme Dias (2013), o indivíduo ao apresentar um constante processo de reconstrução de identidades, ao participar das práticas de letramento crítico, haverá sempre um conjunto de fatores que lhe proporcionará negociação e transformação dentro de um sistema de dominação, cujo propósito favorece na maioria das vezes, às categorias sociais mais privilegiadas. Tal ideia que também é defendida por Street (2006), ao afirmar que os letramentos podem ser lugares de negociação e de transformação, que para as ciências sociais, a sociedade é um processo de dominação de cima para baixo, onde a ideologia serve para propósitos de dominações privilegiadas.

A partir dessa linha de pensamento, é possível entender quando Santos (2013) conclui pela análise de dados de sua pesquisa, cujo contexto escolar foi uma escola rural relacionada ao Movimento dos Sem Terra (MST). No capítulo em que a autora discute as questões de identidade, ela afirma que identidade e letramento são dois termos indissociáveis, justo por causa do poder modelador que a educação opera na sociedade, assim como também afirmam Saleh (2012) e as DCEs (2008).

Portanto, a partir dessas discussões, acreditamos que todo esse processo de construção de identidade, assim como Almeida (2015) em concordância com Saleh (2012) elenca que, tal construção ocorreria “de maneira dinâmica, sendo possível que um mesmo participante negocie diferentes identidades em momentos distintos de uma única interação.” (ALMEIDA,

2015, p. 59). Ou seja, compreendemos que dentro de um determinado contexto, o qual envolve interação social, a construção das identidades não é um processo inerte, mas sim dinâmico, pois esta construção estará sempre em movimento, no sentido de que sempre haverá algo a ser complementado na personalidade de um indivíduo, por intermédio da negociação de diferentes identidades em momentos diferentes da interação social dentro de determinado contexto.

Deste modo, compreendemos que essa transformação mútua entre sujeito e sociedade, seria o que Kleiman (1995) teoriza a respeito das “agências de letramento”, como por exemplo, família, igreja, rua, local de trabalho e etc. E que destas, a principal agência de letramentos seria a escola, pois de acordo com Saleh (2012), a função da escola seria possibilitar que esses sujeitos com identidades inacabadas “construam sentidos outros em relação à realidade que os cerca, de forma que possam não só se situar nas estruturas sociais, mas fazer opções e lutar por mudanças.” (SALEH, 2012, p. 239). A escola, assumindo tal postura de “mediadora do conhecimento” ocasionaria toda uma repercussão social, pois forma novas identidades. Em concordância com a conclusão da autora, Almeida (2015) alerta que ao nos referirmos aos cenários escolares:

é importante a reflexão sobre a noção de currículo oculto, constituído por todos os aspectos que, mesmo não sendo parte do currículo oficial, acabam por estabelecer padrões de normalidade em relação aos quais outras formas de ser são consideradas desvios e, assim estigmatizadas. É importante, pois, que atentemos para essas construções cotidianas, corriqueiras, tidas como comuns, por meio das quais questões de gênero, de sexualidade e de raça- entre outros aspectos identitários- se tornam relevantes para os participantes e acabam por construir, no aqui e no agora, versões idealizadas e excludentes do mundo durante o processo de escolarização. (ALMEIDA, 2015, p. 75).

Por este motivo, Saleh (2012), na análise crítica sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná, elenca algumas passagens do documento que enfatizam o papel do aluno e do professor diante da experiência de aquisição do conhecimento. As DCEs destacam a importância de se desenvolver um trabalho que envolva na prática na sala de aula o conhecimento prévio do aluno:

Os alunos trazem para a escola um conhecimento prático dos princípios da linguagem, que assimilam pelas interações cotidianas e usam na observação das regularidades, similaridades e diferenças dos elementos linguísticos empregados em seus discursos. O trabalho de reflexão linguística a ser realizado com esses alunos deve voltar se para a observação e análise da língua em uso, o que inclui morfologia, sintaxe, semântica e estilística; variedades linguísticas; as relações e diferenças entre língua oral e língua escrita querem no nível fonológico-ortográfico, quer no

nível textual e discursivo, visando à construção de conhecimentos sobre o sistema linguístico. (PARANÁ, 2008, p. 60).

Desta maneira, compreendemos por que Saleh (2012) em sua análise dos documentos oficiais atribui total responsabilidade para ambos, professor de línguas e aluno, no processo de construção do conhecimento, pois ambos apresentam a mesma relevância no processo de ensino-aprendizagem, seja nas aulas de língua materna ou nas de língua estrangeira, porque o professor na sala de aula tem consciência de que está trabalhando com falantes de uma língua. Para o ensino de língua materna, muitas vezes, esses falantes nativos já aprenderam a ler e a escrever, mas o grande desafio partiria de como explorar ao máximo possível as habilidades dos alunos, os quais antes de serem alfabetizados, eles já sabiam e ainda, oralmente, sabem contar histórias, eles manifestam suas subjetividades e variadas visões de mundo.

Por esse motivo, tanto Saleh (2012) como as DCE enfatizam ser relevante que o professor de línguas, em sua prática na sala de aula, ressalte sempre os conhecimentos prévios e o grau de desenvolvimento cognitivo e linguístico do aluno, de tal maneira que o trabalho com esses conhecimentos prévios do discente sejam sempre pontos de partida para aquisição de novas práticas de letramentos.

Por fim, com base nas discussões aqui apresentadas sobre as práticas de letramento crítico, a reflexão e seus efeitos nas construções de identidades na sala de aula para o ensino de línguas, surgiram alguns questionamentos e possíveis contribuições que a disciplina e a construção deste artigo nos despertaram para a pensarmos a formação dos professores de línguas e a abordagem das práticas de letramentos com ênfase na temática das relações étnico-raciais, e o cumprimento da lei 10.639/03, tal relação que propomos expandir no próximo tópico.

#### **O PAPEL DAS PRÁTICAS LETRAMENTOS NO FOCO DO TRATAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS VISANDO CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES NA SALA DE AULA**

De acordo com Ferreira (2010) em nossa sociedade há um discurso que proclama não haver racismo no Brasil, ou de que em nosso país prevalece o sistema de democracia racial, porém, de acordo com a autora, este discurso está em constante desconstrução por meio de pesquisas na área que comprovam que tais realidades estão longe de formar parte de nosso contexto. Por isso acreditamos que o que ajuda a desconstruir ainda mais este discurso é a existência das ações afirmativas na sociedade brasileira, cuja finalidade é incluir cada vez mais pessoas pertencentes a categorias sociais marginalizadas em melhores ocupações na sociedade, antes não ocupadas por tais sujeitos.

Ferreira (2006) e Felisberto (2006) elencam que os documentos oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a lei 10.639/03 tornam obrigatório para o ensino básico público e privado a abordagem de temáticas voltadas a pluralidade cultural, diversidade e relações étnico-raciais. Porém, conforme os resultados de algumas pesquisas sobre formação de professores

de línguas, como por exemplo, há dois estudos desenvolvidos por Ferreira que foram publicados em 2006 e 2014. Nesses trabalhos autora constatou que os professores apresentam muitas dificuldades para abordar conteúdos relacionados a raça e etnia na sala de aula. Portanto, segundo Ferreira (2006), há necessidade de que os cursos de formação de professores de línguas promovam tais reflexões sobre letramentos e questões de identidade de raça e etnia, para que assim tenhamos professores críticos e reflexivos atuando na educação básica, no ensino de nível superior, formando cidadãos mais críticos, uma sociedade um pouco mais igualitária e antirracista.

Conforme destacamos anteriormente, nas aulas de língua materna, por exemplo, os professores estão trabalhando com falantes nativos da língua portuguesa e o principal desafio, deveria ser “ensiná-los a dominar a linguagem escrita”, a forma de manifestação da língua mais valorizada em nossa sociedade. Ou seja, “letrá-los” para o letramento dominante ao qual Street (2006) se refere, e também para dominar a “norma padrão”, que representaria uma ferramenta de ascensão social.

Ao abordarmos na sala de aula: letramento crítico, a questão da raça, gênero, sexualidade e etc., assim como argumentam Almeida (2015) e Saleh (2012), também estaremos trabalhando “multiletramentos”, pois envolveria letramentos voltados para questões políticas, sociais, culturais. Torna-se pertinente esclarecer que quando questões étnico raciais em nossas academias assumem o protagonismo nas pesquisas, inconscientemente se está sendo debatido o que seria “Letramento Racial Crítico”, tal terminologia que foi apresentada no Brasil por Ferreira (2014).

Segundo a autora, esse termo remete-se à Teoria Racial Crítica, cuja vertente surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 70, e o objeto de estudos consiste em debater relações raciais, raça, racismo e estudos raciais críticos. Por isso é possível compreender que a teoria racial crítica pode revelar-se uma importante ferramenta na sociedade para desconstruir estruturas e discursos opressivos relacionados a relações raciais, e também pode desempenhar papel fundamental nas reconstruções de identidades humanas.

Um exemplo de tal situação, encontramos na pesquisa de Dias (2013), ao descrever a trajetória de jovens de baixa renda que ao aprenderem a língua inglesa, eles enxergam nesta oportunidade, uma ferramenta de ascensão social. Portanto, trabalhar com o ensino de línguas na escola, também é sinônimo de trabalhar com questões de poder. Pois, no ensino o que prevalece é a hegemonia europeia e “Nas histórias contadas por brancos é possível perceber o discurso ideológico de ‘não ver cor’” (FERREIRA, 2014, p. 245) e ainda de acordo com a autora, verifica-se nos discursos que a identidade racial branca é tida como norma.

Portanto, torna-se imprescindível refletir sobre, para melhorar a qualidade na prática do professor e para o ensino de línguas, trazer para a sala de aula práticas de letramentos que constituem a construção de nossa identidade afro-brasileira, Felisberto (2006), com o objetivo de fortalecer a autoestima apresentando para os alunos uma cultura afro-brasileira despida

de estereótipos, mas revestida de admiração, promovendo assim um ensino mais igualitário e inclusivo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões levantadas neste trabalho, é possível concluir que é fundamental abordar temáticas como o conceito de letramentos, práticas de letramentos em cursos de formação de professores, principalmente em graduações na área das licenciaturas, pois pelo menos no contexto do curso de licenciatura em Letras Português/Espanhol da UEPG entre os anos de 2011 a 2014 não tivemos muitas discussões sobre esses assuntos, como conteúdo de disciplinas que compõem nossa matriz curricular.

Em relação ao olhar para questões de raça e etnia, a abordagem da lei 10.639/03, durante a graduação só tivemos acesso a estas reflexões, por conta da existência e participação de projetos que discutiam tal temática e, porque durante nossa formação, pouquíssimos professores incluíam este tema em suas práticas na sala de aula. Portanto, esperamos que com a renovação do currículo do curso, tais temáticas sejam incorporadas à matriz curricular. E ainda como medida de ação afirmativa, o curso de Letras possa chegar um dia a ser modelo para as demais licenciaturas por meio de uma futura incorporação de uma disciplina obrigatória que envolva estudos da cultura afro-brasileira e africana, pois estes aspectos são riquíssimos para serem explorados nos campos da literatura e da linguagem.

Não podemos nos esquecer, que quando nós professores de línguas, quando temos conhecimento e aceitamos o que aluno traz para a sala de aula em forma de “outras formas de letramentos” provenientes de outras “agências de letramentos” estamos levando em consideração, o aluno e seus múltiplos “letramentos marginalizados”, que Street (2006) assim os denomina. E que estes letramentos, não são menos importantes do que o letramento que a escola lhes está oferecendo e adequando.

Pois o aluno com toda a sua história, suas experiências, subjetividades e letramentos ajudaram e ainda o ajudam a construir suas identidades. Pois, de acordo com Kleiman (1995), o aluno já vem letrado para a escola, sem ser alfabetizado. E tal reflexão deve fazer parte de nossa prática na sala de aula, pois estamos atuando na principal agência de letramento nomeada por Kleiman (1995), portanto, carregamos conosco além da responsabilidade da formação humana intelectual, também construímos identidades.

Por fim, trabalhar na perspectiva da lei 10.639/03 requer à proposta que Felisberto (2006) elenca da apresentação de estudos da cultura africana e afro-brasileira na educação básica despida de estereótipos de escravidão e preconceitos, como prática de letramento. E isso requer professores capacitados para abordar tal temática e comprometidos com a causa a fim de atuarem construindo identidades de um povo afrodescendente que se orgulha de suas origens, que reconhece seus direitos e ocupam sem nenhum tipo de receio o espaço conquistado pelas

lutas dos movimentos sociais reservado a eles por meio das políticas de ações afirmativas, fazendo valer as oportunidades de ascensão social que lhes são proporcionadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. do N. Cenas de sala de aula: Gênero, Raça e uso da linguagem. *In*: PAVLOSKI, Evanir (Org.); FRAGA, Letícia (Org.). **Linguagem, Identidade e Subjetividade no Século XX**: Diálogos do VII CIEL. Blumenau. ed. Nova Letra, 2015. p. 55-80.

DIAS, R. S. **Desafios enfrentados por alunos de classes sociais menos favorecidas rumo à aprendizagem de inglês**: uma questão de identidade. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FELISBERTO, F. A África na sala de aula: Recuperando a identidade afro-brasileira na história e na literatura. *In*: GOMES, N. L. (Org.). **Tempos de Lutas**: As ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 69-79.

FERREIRA, A. de J. Formação de Professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol de práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. **Revista Línguas e Letras**. Unioeste. v.7, n. 12. 2006. p.171-187.

FERREIRA, A. de J. História de Professores de Línguas e Experiências com Racismo: uma reflexão para a formação de professores. **Revista de Estudos literários**. Universidade Complutense, 2009. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero42/racismo.html>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

FERREIRA, A. de J. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: Narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**. v.6, n.14, jul./out. 2014. p. 236-263.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. ed. DP&A, 2002.

JUNG, N. M. Ensino de Língua Portuguesa no Brasil: Diversidade e Letramento. *In*: PAVLOSKI, E. (Org.); FRAGA, L. (Org.). **Linguagem, Identidade e Subjetividade no Século XX**: Diálogos do VII CIEL. Blumenau. ed. Nova Letra, 2015. p. 139-158.

KLEIMAN, A. B. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. *In*: KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas. Ed. Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para os anos Finais do Ensino Fundamental e Médio**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Educação Básica, 2009. Disponível em: <<http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/portugues.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

PENNYCOOK, A. Critical and alternative directions in applied linguistics. **Australian Review of applied linguistics**. v.33. n.2, 2010. p. 161-166.

SALEH, P. B. de O. Linguagem, currículo e ensino e aprendizagem nas DCE. **Revista Muitas Vozes**. Ponta Grossa. v.1, n.2, 2012. p. 237-254.

SANTOS, S. C. do P. dos. **Aqui eles são muito desconfiados**: letramentos, identidade e educação do campo. Dissertação (Mestrado em Linguagem Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2013.

STREET, B. Perspectivas Interculturais sobre o letramento. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**. n.8, 2006. p. 465-488.

Recebido para publicação em 20 nov. 2017.

Aceito para publicação em 22 jul. 2019.



# O MULTILETRAMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: ALGUNS APONTAMENTOS EM RELAÇÃO AO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

## THE MULTILITERACY AND NEW EDUCATIONAL TECHNOLOGIES: SOME TOPICS ABOUT TEACHING ENGLISH

Lucilea Kalva\*

Silvio Ruiz Paradiso\*\*

**RESUMO:** Como parte da rotina das pessoas atualmente a tecnologia participa de quase todos os processos sociais, inclusive do (multi) letramento no cotidiano escolar. Desta forma, este estudo tem por objetivo compreender como o multiletramento vem sendo tratado juntamente com as novas tecnologias educacionais e as TIC, especificamente no âmbito do ensino da Língua Inglesa. Essa pesquisa é de caráter bibliográfico, tendo em vista que nela é feito um apanhado de estudos já feitos sobre os temas em questão dialogando com alguns dos autores mais citados da área. Como resultado pode se perceber que é de suma importância o uso das novas tecnologias e do multiletramento no ensino da língua inglesa, pois assim, fazemos com que o educando possa utilizar seu dia-a-dia tecnológico juntamente com os temas teóricos abordados em sala de aula, unindo teoria e prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Multiletramento; TIC; Inglês.

**ABSTRACT:** As part of people daily life routine nowadays technology is in almost all social processes, even the (multi)literacy in the educational routine. In this way, this paper aims at understanding about the way the multiliteracy has been developed with the new educational technologies and the ICT, pointing out about the teaching of English. This is a biographical study as it has been done throughout reading of other studies with the same subject discussing with some of the most important authors in the area. As a result it is understood that is very important to use new technologies

---

\* Especialista – UNICESUMAR. Email: lucileakalva1407@gmail.com.

\*\* Doutor - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil. ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-7248-6490>.  
Email: silvinhoparadiso@hotmail.com

when teaching English, so that it will be possible to have a multiliteracy, therefore, students can put in practice theoretical themes bringing together what they have in their routine.

KEYWORDS: Multiliteracy; LCTs; English.

## INTRODUÇÃO

Perpassamos por um tempo em que a palavra tecnologia já faz parte de nossa rotina, seja ela: a social, profissional, e principalmente, educacional. Foi-se o tempo em que para podermos obter algo teríamos que ir até o ambiente presencial para realizar uma atividade, por exemplo: se queremos comprar um livro, uma roupa, ou contratarmos algum serviço podemos fazer isso virtualmente. Toda essa tecnologia teve e tem um impacto muito grande em nossas vidas, pois depois dela nada mais foi igual. Porém, precisamos estar cientes de que devemos utilizá-la de maneira produtiva e como uma ferramenta para o nosso bem estar, assim como o de toda a sociedade.

Dessa forma, as novas tecnologias<sup>1</sup> podem ser trabalhadas na área da educação, de maneira a contribuir para o desenvolvimento de alunos, como também, na melhoria do trabalho do professor. Por essa perspectiva, podemos utilizar a tecnologia como uma ferramenta para a mediação na construção do conhecimento.

Neste trabalho, teve como foco o estudo dos multiletramentos (ROJO, 2009; 2012; 2013), bem como as novas tecnologias (KENSKI, 2007; BRITO & PURIFICAÇÃO, 2008) dialogando, então, sobre esses tópicos em função do ensino da Língua Inglesa (LIMA, 2009). Para isso, teceremos uma discussão de caráter bibliográfico visando compreender como vêm sendo estudadas essas questões, para que assim possamos entender se há ou não uma preocupação e um esforço em colocar em prática o que está posto no papel.

Dessa forma, para nos dar suporte, alguns autores fizeram parte de nossa discussão. Abordando multiletramentos temos Rojo (2009; 2012; 2013), com seus conceitos e suas implicações em sala de aula e na sociedade. A autora em questão observa que há uma diferença entre o significado de alfabetismo e letramento, sendo o último não apenas a decodificação de letras e sons da fala, mas sim a compreensão do que se lê. Quando almejamos o letramento acionamos nosso conhecimento de mundo para fazer ligações com outros textos e temas.

Sendo assim, para se letrar é preciso interpretar, criticar e dialogar com o texto, percebendo o ponto de vista do autor, bem como a ideologia que está sendo posta neste ou naquele

---

<sup>1</sup> O termo novas tecnologias designa os recursos tecnológicos que envolvem o uso de computadores e redes telemáticas (*internet*) que são o conjunto de processos e produtos derivados da informática, suporte de informação e canais de comunicação relacionado com o armazenamento, processamento e transmissão digitalizada de informações. MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e as novas tecnologias**. UFAL, Maceió, 1999.

contexto (ROJO, 2009). Torna-se necessário entendermos, primeiramente, o conceito de letramento para, posteriormente, discutirmos melhor o que vem a ser os multiletramentos.

Tratando então das novas tecnologias, trouxe alguns autores como: Vani Moreira Kenski (2007) que nos dá um panorama acerca do que é tecnologia e para que a utilizamos. De acordo com a autora, tecnologia é poder (2007, p. 15). E a educação tem um papel fundamental na articulação entre poder, a tecnologia e o conhecimento. Além disso, Kenski (2007) nos adverte que não podemos pensar a tecnologia apenas como máquinas e equipamentos, pois a linguagem também é uma poderosa ferramenta tecnológica.

Ainda sobre novas tecnologias temos Mercado (2002), o qual discorre sobre a formação do professor para essa era tecnológica. Segundo o autor, a função do professor, nesse novo contexto, é de mediador, o qual faz uma ponte entre o educando e como ele utiliza a tecnologia para sua formação, buscando, assim, formar um aluno tecnologicamente autônomo.

Outra importante autora é Behar (2013), a qual aponta as competências necessárias para se obter um letramento digital, muito necessário nessa nossa era da tecnologia e da informação. Para ela, uma pessoa letrada digitalmente tem a habilidade de construir sentido a partir de sons, textos e *hyperlinks*, *hipertextos*, etc.; por meio disso, esse indivíduo tem a capacidade de filtrar e analisar criticamente o que utiliza no mundo digital.

Finalmente, temos a questão do ensino e aprendizagem da Língua Inglesa. Elencaremos ainda alguns autores que darão base ao nosso diálogo, entre eles temos Lima (2009), o qual traz um levantamento de vários pesquisadores sobre o ensino aprendizagem de inglês.

### OS MULTILETRAMENTOS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

Como ponto de partida, precisamos conhecer e entender alguns conceitos para desenvolvermos uma análise crítica, pautada em elementos coesivos em relação ao tema de estudo proposto. Assim, faz-se necessário esclarecer o conceito de multiletramento, logo, traremos à baila alguns estudiosos na área para provermos uma discussão sobre o tema, tais como: Street (2003), que dialoga sobre os novos estudos do letramento e Rojane Rojo (2009; 2012; 2013), autora de vários livros e estudos sobre multiletramento.

Primeiramente, letramento de acordo com Street (2003) se trata de uma prática social, entrelaçada ao poder. Conseqüentemente, temos letramentos dominantes e letramentos marginalizados, e ter consciência desses termos nos faz letrar-se e como resultado acabamos por nos empoderar:

*literacy is a social practice, not simply a technical and neutral skill; that is always embedded in social constructed epistemological principles. It is about knowledge: the ways in which people addresses reading and writing are themselves rooted in conceptions of knowledge, identity and being. It is always embedded in social*

*practices, such as those of a particular job market or a particular educational context and the effects of learning that particular literacy will be dependent on those particular context*<sup>2</sup>. (STREET, 2003, p. 77-78).

Por essa perspectiva, o letramento e o multiletramento são práticas sociais pelas quais todos os indivíduos passam e isso ajuda o educando a fazer uma ligação do que se ensina com o que se aprende, já que ele irá visualizar situações que podem ser colocadas em prática.

Assim para Rojo (2012) o multiletramento se difere do letramento múltiplo, na medida em que este último aponta para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não, e o multiletramento trata de dois tipos de multiplicidade, sendo uma “a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ele se informa e comunica”. (ROJO, 2012, p. 13).

Ou seja, não há apenas uma forma de cultura ou uma única forma dos textos serem apresentados. Essa multiplicidade é o que faz do multiletramento uma ferramenta muito mais poderosa do que apenas alfabetizar um indivíduo.

Com o multiletramento deixamos de ver apenas a necessidade de se decodificar letras e sons, ler e escrever; passamos a valorizar o conhecimento de mundo, a relação com outros textos, o prever, o hipotetizar, o criticar, e o diálogo com o texto, percebendo a ideologia do autor, situando o texto em seu contexto. (ROJO, 2009).

Isso tudo ajuda o indivíduo a construir-se como uma pessoa crítica e analítica, não apenas decodificando sons e letras, mas sim entendendo o que se passa por detrás delas, o que o autor (a) quis dizer e como disse. O texto, seja ele falado, ouvido ou escrito passa a ser uma prática social, assim como tudo o que utilizamos em nosso dia-a-dia, desde o momento em que vamos ao banco até o momento em que assistimos à uma palestra na universidade. Contamos aqui com uma definição do que seria multiletramento:

[...] justamente apontar, já de saída, por meio do prefixo “multi”, para dois tipos de “múltiplos” que as práticas de letramento contemporâneas envolvem: por um lado, a multiplicidade de linguagens, semioses e mídias envolvidas na criação de significação para os textos multimodais contemporâneos e, por outro lado, a pluralidade e a diversidade cultural trazidas pelos autores/leitores contemporâneos a essa criação de significação. (ROJO, 2013, p. 14).

---

<sup>2</sup> Letramento é uma prática social, não simplesmente uma habilidade técnica e neutra; a qual é sempre ligada a princípios construídos epistemologicamente. Trata-se de conhecimento: as maneiras em que as pessoas se remetem à leitura e escrita estão enraizadas em concepções de conhecimento, identidade e ser. Também está ligada à práticas sociais, tais como de um mercado de trabalho em particular ou um contexto educacional em particulares e os efeitos de aprender esse letramento particular irão depender de contextos particulares (Tradução nossa).

Assim, se reforça que a partir de um multiletramento não estamos apenas visualizando letras e sons, mas sim entendendo como o texto, seja ele emitido pela mídia que for, funciona e é construído. Por conseguinte, os educandos têm a oportunidade de entender que podem utilizar o texto, seja ele pertencente à mídia que for, enquanto prática social.

Mas como funcionam os multiletramentos? De acordo com Rojo (2012) algumas características são importantes: eles são colaborativos, transgridem a relação de poder, são híbridos, fronteiriços (de linguagens e modos e mídias e culturas).

Assim, é por meio dos multiletramentos que podemos trabalhar com as novas questões que surgem em nossa educação. Mas não podemos deixar de lado a questão cultural que envolve esse letramento, bem como a identidade que os indivíduos estão formando nesse momento, posto que a tecnologia aliada aos multiletramentos abra o leque de opções e oportunidade para o desenvolvimento educacional do indivíduo.

### **MULTILETRAMENTO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL**

É importante ressaltar os multiletramentos enquanto prática social. Essa prática que se dá em nosso dia-a-dia, desde o momento em que lemos um anúncio em uma revista, *website*, televisão, até nossa ida ao banco, situações que demandam nossa leitura, interpretação e análise.

Portanto, essa prática necessita ser avaliada nos ambientes educacionais para que possamos formar indivíduos críticos e aptos a fazer todas essas análises em relação ao que ocorre em nosso mundo.

Hoje, mudamos nossas atitudes e não apenas fazemos nossas escolhas e leituras por meio de tecnologias milenares como papéis e livros, mas sim por meio de novas tecnologias que a cada dia estão se desenvolvendo mais e mais. De acordo com Lankshear (2007) um indivíduo com algum conhecimento técnico e acesso a um computador ou um aparelho móvel digital tem a oportunidade de criar uma gama de artefatos significativos em um pequeno espaço de tempo, com apenas uma ou duas ferramentas.

Dessa forma, em se tratando de escola não podemos fingir que os alunos em geral não têm essas ferramentas, de acordo com o mesmo autor, vemos que:

*They can, for example, create a multimodal text and send it to a person, a group, or an entire community in next to no time and at next to no cost, and receive feedback on this text, almost immediately. The text could be a photoshopped image posted to Flickr.com or to Worth1000.com. It could be an animated birthday card sent to a close friend. It could be a short animated film sequence using toys and objects found at home, complete with an original music soundtrack, embedded within a blog post. It could be a slide presentation of images of some*

*event with narrated commentary, or edited video clips from a video game that spoof some aspect of popular culture or that retell some obscure literary work*.  
(LANKSHEAR, 2007, p.51).

Isso tudo já faz parte da rotina de uma grande parte das pessoas, as quais sentem necessidade de utilizá-las para sua formação enquanto cidadãos. Essas tecnologias acima descritas não são mais algo unimaginável, tudo está a um toque e pode ser acessado praticamente de qualquer lugar, a qualquer momento, desde que se possuam as ferramentas necessárias.

#### **O MULTILETRAMENTO NO UNIVERSO DAS TIC<sup>4</sup>**

Como tratar do multiletramento sem levarmos em consideração as TIC (tecnologia da informação e da comunicação)? Elas fazem parte dessa nova maneira de trabalharmos a construção do conhecimento em sala de aula, uma vez que essas tecnologias fazem parte, não apenas do imaginário, mas da vida cotidiana dos educandos. Fingir que nada disso existe e pedir aos alunos que desliguem seus celulares não é a maneira mais adequada para trabalhar com o assunto.

Mas afinal, o que é tecnologia? Ouvimos essa palavra a todo o tempo, porém o que ela implica em nossas vidas? Tecnologia é algo que usamos diariamente, desde como escrevemos hoje, até as máquinas que facilitam nossa rotina (KENSKI, 2007). Contudo, a tecnologia vem de muito antes de pensarmos em existir, desde os homens da era da pedra, os quais apesar de serem mais fracos em relação aos demais animais, conseguiam manter sua sobrevivência e terem sua supremacia por utilizarem determinadas tecnologias: o uso da água, do fogo ou até mesmo de paus ou pedras para matar ou afugentar outros animais (KENSKI, 2007).

Com o passar do tempo os humanos também se utilizaram da tecnologia para algo um pouco mais complexo: a guerra. Os povos que possuíam equipamentos mais potentes puderam se organizar em um exército para subjugar e acabarem com outros povos. Assim, a tecnologia não é algo simples e de fácil entendimento, tecnologia é poder (KENSKI, 2007).

Muito além de apenas máquinas, computadores, robôs a tecnologia também está inter-relacionada à linguagem, uma das mais expressivas formas de poder que podemos utilizar.

<sup>3</sup> Eles podem, por exemplo, criar um texto multimodal e enviá-lo para uma pessoa, um grupo, ou uma comunidade inteira quase sem tempo e sem custo, e receber uma resposta desse texto quase imediatamente. O texto pode ser uma imagem feita no *photoshop* postada no Flickr.com ou para Worth1000.com. Pode ser um cartão de aniversário animado enviado a um amigo próximo. Poder ser uma sequência curta de animação usando brinquedo e objetos encontrados em casa, completado com uma trilha sonora original, colocado em blog. Pode ser uma apresentação de slide com imagens de eventos com um comentário narrado, ou vídeo cliques editados de um vídeo game que trazem alguns aspectos da cultura popular ou que recontam alguns trabalhos obscuros de letramento. (Tradução nossa).

<sup>4</sup> A sigla TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) não tem plural, visto que de acordo com as normas da língua portuguesa as siglas são conjuntos formados pelas letras iniciais de várias palavras, usados como uma única palavra pela soletração das letras que o compõem. Logo, tais iniciais também correspondem ao plural de uma ou mais dessas palavras, sem que as iniciais se alterem, pois a marca de pluralização é no final da palavra e não no seu início. (nota dos autores).

Entretanto, o modo como entendemos linguagem passa por (re) significações, ou seja, comunicar-se vai além do falar, emitir sons, agora vemos a linguagem ultrapassar as barreiras tecnológicas, tornando-se, então, ainda mais poderosa.

Nesse contexto entendemos o estudo dos multiletramentos como forma de empoderar-se da linguagem em sentido mais amplo, indo para além das fronteiras antes limitadoras de conhecimento. Vendo por essa perspectiva, o trabalho com as TIC em sala de aula se faz necessário, pois assim, os alunos têm a oportunidade de se apoderarem de um conhecimento que os trará poder e oportunidade para desenvolver, de maneira mais produtiva, suas atividades.

Mesmo sabendo das vantagens em se trabalhar com as TIC, enfrentamos muitas dificuldades na aceitação dessa nova modalidade de trabalho, tanto por parte dos professores, quanto da direção escolar. Em relação aos professores, muitos ainda têm receio em trabalhar com tecnologia, tendo em vista a falta de conhecimento técnico mais aprofundado, quando chegam a ter conhecimento sobre o tema. Essa situação faz com que muitos ainda prefiram se acomodar, trabalhando apenas com a forma tradicional. Quando abordamos a parte gestora, entendemos que há certa dificuldade em se organizar para implementarem essa nova ferramenta de ensino (ARAGÃO et al., 2014).

Além disso, quando usamos a tecnologia em sala de aula, a perspectiva do que é ser professor acaba sendo repensada, uma vez que neste contexto de mudança o educador não é mais visto como único detentor do conhecimento aquele que apenas o transfere conhecimento para o aluno (FREIRE, 1996), mas sim aquele que é o encaminhador, o mediador para a construção do conhecimento (MERCADO, 2002), fazendo com que o aluno possa desenvolver suas habilidades de forma autônoma e a seu tempo, diferente de um modo tradicional e bancário (FREIRE, 1996) em que o conhecimento é apenas depositado no educando, como se o mesmo fosse um quadro em branco.

As TIC ajudam a modificar o ensino tradicional, pois a partir delas o indivíduo tem a oportunidade de se tornar mais crítico e mais autônomo, uma vez que o professor não é mais o único detentor do conhecimento, mas sim um mediador, nesse ambiente o aluno passa de mero observador para interagir, opinar, e discutir sobre conteúdos que até então eram considerados presos a uma única mídia, a qual em muitos casos se resumia ao livro didático. Uma aprendizagem por meio da *web*, por exemplo, é espontânea e natural:

A aprendizagem através de seus recursos é natural e espontânea, pois Podemos selecionar os materiais e escolher nossos caminhos de acordo Com nossos interesses e motivação. A aprendizagem se dá através de descobertas individuais, de solução de problemas, de tentativas diversas, do fazer e refazer, de acordo com o ritmo de cada um. Mas a *Web* não é apenas um local para se resolver problemas. É um local para apresentar novas ideias, experimentar, criar. (PAIVA, 2001, p. 97).

Mesmo o ensino de línguas, o qual sempre foi permeado por algumas tecnologias tais como o rádio, TV, fitas cassetes, entre outras, com o objetivo de se trabalhar habilidades de *listening*<sup>5</sup> por exemplo, vem se deparando com novas ferramentas para concretizar os mesmo objetivos.

As redes sociais amplamente usadas por indivíduos das mais diferentes identidades e que trazem uma diversidade de mídias em uma mesma tela, são uma das maneiras de se trabalhar as habilidades da língua inglesa diferentemente daquelas utilizadas anteriormente.

De acordo com Provenzo (2011), essas redes sociais não são apenas utilizadas para fins pessoais de divertimento, mas também para se difundir assuntos relacionados ao trabalho e ao estudo, muitas universidades, por exemplo, criam páginas para se comunicarem com seus alunos e isso acaba criando um espaço de multiletramento, o qual recebe os mais diversos tipos de pessoas, ampliando cada vez mais sua repercussão, tornando acessível para milhões de indivíduos.

Todavia, para que as redes sociais funcionem como um espaço para o multiletramento é necessário que os alunos obtenham uma formação adequada para que possam utilizar melhor e mais corretamente esse universo da *web*, navegando nele de forma crítica. Tendo isso em mente, entendemos que o multiletramento promove um discernimento maior com relação ao uso desses novos ambientes, fazendo com que os alunos consigam utilizá-lo de forma consciente.

Por isso, é necessário que se tenha uma visão crítica, analisando criteriosamente o que é postado nesses ambientes. Para isso, o professor tem papel fundamental, pois sua função é “a criação de estratégias para que esses alunos alcancem não apenas um bom uso das ferramentas, mas apliquem-nas de forma construtiva e diferenciada” (BEHAR, 2013, p. 214). Assim, educador + multiletramento + TIC ajudam na construção de um conhecimento melhor estruturado e pronto para ser utilizado nesta nova era da tecnologia e da informação, a qual só tem a crescer.

#### **ENSINO DA LÍNGUA INGLESA À LUZ DO MULTILETRAMENTO EM CONJUNTO COM AS TIC: ALGUNS ESTUDOS.**

O ensino de Língua Inglesa é desenvolvido desde escolas públicas/privadas até cursos particulares de inglês. Sabendo que essa língua é a mais utilizada no mundo globalizado e conseqüentemente no mundo das mídias ela não pode ser esquecida quando abordamos o ensino baseado nos multiletramentos.

Como dito anteriormente, a linguagem é uma das formas de poder que mais se destacam em nossa sociedade e vale lembrar que a língua inglesa não é apenas mais uma língua

---

<sup>5</sup> *Listening* se trata da parte de áudio das aulas de língua estrangeira. Nas aulas de língua inglesa temos quatro habilidades que devem ser trabalhadas: *Speaking* (fala); *Writing* (escrita); *Reading* (leitura) e *Listening* (audição). (nota dos autores)



estrangeira, mas sim uma língua internacional (RAJAGOPALAN, 2004), pois ela não “pertence” a apenas um único país, mas sim a vários indivíduos que dela se utilizam para se comunicarem.

É justamente sobre essa utilização que, em uma entrevista dada a Maria Nilva Pereira (2009), o estudioso Rajagopalan comenta que enquanto professores de inglês devemos preparar nossos alunos para serem participantes desse novo mundo, e assim, os alunos têm que aprender a lidar com todas as maneiras de se falar inglês, não valorizando apenas uma ou outra forma. E essa língua internacional faz parte de todo o universo das TIC, uma vez que é ela que faz a ponte entre quem escreve e quem lê, escuta e discute. Logo, o ensino/aprendizado dessa língua é muito importante.

Porém, não devemos esquecer que ela deve ser vista nesse emaranhado de informações que é o mundo tecnológico. Não temos apenas livros didáticos e livros textos para estudarmos e ensinarmos a língua inglesa. Hoje podemos encontrar um suporte muito grande de material: *blogs*, *web sites*, redes sociais, canais de vídeos, entre outros que proporcionam um canal maior de utilização e difusão dessa língua.

Sendo assim “o ensino de línguas estrangeiras, atualmente, lida com metas ambiciosas como estas: capacitar o aprendiz a ler e compreender criticamente os textos (de diferentes tipos e gêneros [...]).” (LIMA, 2009, p. 48).

Dessa forma, busca-se trabalhar com diversos veículos de informação e textos, e também com instrumentos tecnológicos que colaborem para o multiletramento em sala de aula, não se lendo apenas por ler, mas entendendo criticamente o que aquele texto, naquele contexto quer dizer.

Logo, vários estudos têm sido feitos para se analisar e discutir sobre a importância do uso de novas tecnologias para o ensino da língua inglesa, de forma a não apenas alfabetizar, mas multiletrar o educando, o qual não apenas lê as letras, mas também sons, imagens, hipertextos, vídeos, etc. (ROJO, 2012). Assim, vejamos alguns exemplos desses estudos.

### ENSINO DA LÍNGUA INGLESA E MEIOS TECNOLÓGICOS

Iniciando, trataremos da questão dos *blogs*, uma forma de hipertexto que conecta um texto a outro texto, hierarquiza e seleciona áreas de sentido, tecendo ligações a outros documentos (LEVY, 1996). Desta forma, a partir de hipertextos podemos fazer uma leitura multiletrada dos documentos.

Antes de tratarmos sobre as pesquisas, é importante que entendamos do que se trata um *blog*. O *blog* é uma das ferramentas mais utilizadas para a comunicação na *internet*, o indivíduo que coordena um esse espaço é chamado de blogueiro, e faz suas atualizações diariamente, semanalmente ou mensalmente e as pessoas podem acompanhar seus *posts*. (INFOESCOLA, 2014).

Por esta perspectiva, o *blog* se torna uma ferramenta pela qual os grupos podem realizar atividades, postar dúvidas e discutir sobre suas opiniões, trazendo o que se faz em um mundo real, para um mundo digital. Portanto, já há várias pesquisas sobre o uso desse tipo de ferramenta no ensino de língua estrangeira, levando em consideração que a partir do uso de *blogs* pode-se trazer a língua dentro de seu contexto real e não apenas uma imitação desse mundo.

No estudo de Oliveria e Cardoso (2009) intitulado *Novas perspectivas no ensino de Língua Inglesa: Blogues e Podcasts*<sup>6</sup>, o autor faz uma pesquisa sobre como os *blogs* e *podcasts* podem colaborar com o ensino de língua inglesa em uma turma de oitava série, a qual por meio da construção de um *blog* cria seus próprios *podcasts* em grupos, fazendo, por conseguinte, uso efetivo da linguagem por meio dos multiletramentos, levando o mundo real para a escola.

De acordo com o resultado da pesquisa, a qual foi desenvolvida em três módulos, os alunos tiveram uma ótima aceitação e apreciação do trabalho. Como um dos resultados, ficou claro que os alunos puderam desenvolver suas atividades de acordo com o ritmo de cada um. Já que se trata de uma sala heterogênea, com indivíduos uns com mais outros menos facilidade no uso da língua, ficou inclusiva a forma de trabalho.

Outro ponto importante foi a porcentagem de alunos que se disseram estar mais interessados nas aulas após o uso dos *blogs* como forma de ensino: 95% aprovou o método utilizado, entendendo assim, que essa maneira de trabalho consegue agrupar mesmo alunos mais distantes. Além disso, pudemos notar que o trabalho permitiu, que os alunos utilizassem a língua de forma autêntica, numa linguagem do dia-a-dia, e a partir dos *podcasts* tiveram a oportunidade de melhorar sua pronúncia, leitura e expressão oral em Língua inglesa.

Outra pesquisa feita em relação aos *blogs* foi com as autoras Lorenzi (2012) e Pádua, as quais trazem o título: *Blog nos anos iniciais do Fundamental I: a reconstrução de sentido de um clássico infantil*. Aqui, diferentemente do primeiro texto citado, elas estudam o uso dessa ferramenta para a produção e reconstrução de um texto infantil.

Percebe-se, a partir desse estudo, que mesmo se tratando de crianças, os alunos já tinham uma noção do que se tratava um *blog*, e se mostravam ambientadas e dispostas a trabalharem com o mesmo. Indo ao encontro com o que já discutimos, a partir do uso dessa tecnologia, os alunos se tornaram mais cooperativos e independentes, construindo seu próprio conhecimento com a mediação de professores.

E não apenas os *blogs* ajudam na construção de conhecimento para o ensino de língua Inglesa, o uso de materiais tecnológicos, como os *laptops* e o *e-board*<sup>7</sup> também colaboram na utilização da língua ensinada de maneira mais real e com aspectos da personalidade e ambientação dos educandos.

<sup>6</sup> *Podcast* significa um produto transmitido via *podcasting*, ou seja, por áudio ou vídeo. Porém, também podemos encontrar os termos *audiocast* e *videocast* (SPYER, 2009)

<sup>7</sup> *E-board* se trata de um quadro interativo, no qual há a possibilidade de se mover com as próprias mãos, trabalhando diretamente com a internet também. (nota dos autores)

Ainda apresentando algumas pesquisas sobre o tema, em artigo escrito pela professora Fátima Maria Bagatini (2009) em uma escola estadual, os alunos tinham contato com a língua inglesa escrita por meio de troca de *e-mails* com a professora e com os seus colegas, bem como o uso de um *blog* para exporem seus textos.

Como resultado da pesquisa, verificamos que a cooperação entre os colegas era muito grande, não apenas na hora de sanar dúvidas, mas também para trabalharem no *blog*. Pode-se perceber que houve um estímulo à pesquisa, à produção e ao desenvolvimento da criatividade dos alunos, utilizando a língua inglesa de forma prática, com um objetivo de comunicação (BAGATINI, 2009).

Dessa forma, fica evidente que o uso desses instrumentos tecnológicos colaboram para a construção de conhecimento referente à aprendizagem do inglês como segunda língua, pois não temos algo mecânico e “inventado”, mas sim, algo natural e produtivo.

E como citado anteriormente, o uso de *e-board* também se trata de uma ferramenta tecnológica para o ensino de uma língua estrangeira. O *e-board* é um instrumento que vem sendo implementado em algumas escolas, a maioria ainda particulares, é verdade, mas que pode ser utilizado de maneira a incentivar o uso da língua, principalmente por sua interatividade com todo o conteúdo que há na rede.

Entretanto, esse instrumento deve ser utilizado em forma de cooperação e da autonomia, diferentemente do que se observou em uma pesquisa feita por Oliveira (2009), a qual verificou que apesar de os professores citarem a importância do *e-board* e toda a sua utilização em sala de aula, no momento das observações constatou-se que havia apenas uma troca do livro didático pelo uso do quadro, em que os alunos continuavam fazendo suas atividades em seus livros, sem interagirem com o conteúdo, e o professor continuava ser o detentor do conhecimento, pois ele tinha o poder de gerenciar o quadro.

Isso mostra que apesar de muitas pesquisas apontarem para a importância do uso de elementos tecnológicos em sala de aula, ainda há certa dificuldade com seu uso, tendo em vista que ainda se tem apenas uma troca do material didático tradicional pelo material eletrônico.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnologia. Essa palavra faz parte de, praticamente, todas as atividades que realizamos em nossas vidas. A cada dia nos acostumamos mais com palavras que fazem parte desse universo: *internet*, *podcasts*, *blogs*, *e-mails*, entre tantas outras. Isso tudo está nas salas de aula, onde temos a oportunidade de trabalharmos com ferramentas as quais colaboram para um desenvolvimento mais efetivo dos educandos, fazendo com que possam utilizar o que aprendem na escola em suas vidas, enquanto práticas sociais.

Então, torna-se importante entender que não basta apenas alfabetizarmos os alunos, mas também trabalharmos com eles de forma a multiletra-los, para que possam utilizar de maneira produtiva essas novas ferramentas disponibilizadas.

Tornar os indivíduos pessoas críticas, as quais podem analisar, interpretar e dialogar com os textos, sejam eles da maneira que forem: escritos em livros, revistas, em *blogs* e nas redes sociais que os indivíduos fazem parte.

O ensino da língua inglesa faz parte dessa nova realidade em que vivemos. Pensar em uma segunda língua como o inglês já é parte da rotina de muitos indivíduos e este ensino não é mais algo pautado apenas em gramática e vocabulário. Os indivíduos estão se utilizando da língua para todas as atividades que realizam, desde a leitura de um texto *on-line*, pesquisas na *internet*, músicas que escutam, filmes que assistem, emprego que procuram, entre tantas outras.

Assim, utilizar as novas tecnologias para o ensino da língua se torna primordial, uma vez que os educandos podem aprender com aquilo que já usam, dando mais sentido a sua aprendizagem.

Porém, pudemos perceber que os educadores precisam estar mais bem preparados para o uso das TIC para o multiletramento, pois muitas vezes o professor ainda sente dificuldade no tratamento com as questões tecnológicas.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, R.; BEATO, Z.; SANTOS, T. F. As Tic's e o Ensino de Línguas. In: **Anais UESC**. Disponível em: [www.uesc.br/eventos/sesexle/anais/10.pdf](http://www.uesc.br/eventos/sesexle/anais/10.pdf). Acesso em 15 de março de 2014.

BAGATINI, F. M. A língua inglesa além dos muros da escola: invadindo o muro digital. In: **Revista E-curriculum**, Junho, 2009. Disponível em [www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613022017](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76613022017). Acesso em 15 de Março de 2018.

BEHAR, P. A. (org). **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRITO, G. da S; PURIFICAÇÃO, I. da. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. Curitiba: Ibpx, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INFOESCOLA. **O que é um Blog?** Disponível em <http://www.infoescola.com/informatica/o-que-sao-blogs/> Acesso em 10 de abril de 2018.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas/SP: Papirus, 2007.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **'New' Literacies: Technologies and Values**. Third Edition, Open University Press, 2011.

- LEVY, P. **O que é o Virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34Lda. 1996.
- LIMA, D. C. de. **Ensino aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialista.** São Paulo, Parábola editorial, 2009.
- LORENZI, G. C. C.; PÁDUA, T.-R. W. de. Blog nos anos iniciais do fundamental I: a reconstrução de sentido de um clássico infantil. *In*: ROJO, R. **Multiletramentos na escola.** São Paulo, Parábola editorial, 2012.
- MERCADO, L. P. L. (org). **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática.** Maceió: Edufal, 2002.
- MERCADO, L. P. L. **Formação continuada de professores e as novas tecnologias.** UFAL, Maceió, 1999.
- OLIVEIRA, A. P. de. O uso da Lousa Eletrônica no ensino de Inglês como segunda língua: em que estágio estamos? NET, Rio de Janeiro, dez. 2009. **Revista Linguística.** Disponível em <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>. Acesso em 10 de abril de 2014.
- OLIVEIRA, A. S. & CARDOSO, E. L. Novas Perspectivas no Ensino da Língua Inglesa: Blogues e Podcasts. *In*: **Educação, Formação & Tecnologias**, vol.2; p.p. 87-101, maio de 2009. Disponível em: <http://eft.educom.pt>. Acesso em 31 março 2014. (2009).
- PAIVA, V. L. M. de O. e. WWW e o ensino de Inglês. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 2001. Disponível em: [www.veramenezes.com](http://www.veramenezes.com). Acesso em 15 de abril de 2018.
- PEREIRA, M. N. O inglês como língua internacional na prática docente. *In*: LIMA, D. C. de. **Ensino e Aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas.** São Paulo: Parábola, 2009.
- PROVENZO, E. F. **Multiliteracies: Beyond text and written word.** Information Age Pub, 2011.
- RAJAGOPALAN, K. **The concept of “world English” and its implications for ELT.** *ELT Journal*, v. 58, n. 2, 2004. pp. 111-117.
- ROJO, R (org). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.
- ROJO, R. **Escola Conectada: os multiletramentos e as TICs.** São Paulo: Parábola, 2013.
- ROJO, R. **Letramentos Múltiplos, escola, inclusão social.** São Paulo: Parábola, 2009.
- STREET, B. What’s new in literacy studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *In*: **Current issues in comparative Education.** Columbia University, 2003.
- SPYER, J. (org). **Para entender a internet.** Noções, práticas e desafios da comunicação em rede. Não zero. 2009.

Recebido para publicação em 25 out. 2017.

Aceito para publicação em 14 nov. 2018.

# ELEMENTOS PSICANALÍTICOS EM A *CONSCIÊNCIA DE ZENO*, DE ITALO SVEVO: SUJEITO DO INCONSCIENTE E FICÇÃO LITERÁRIA

## PSYCHOANALYTIC ELEMENTS IN *ZENO'S CONSCIENSE*, FROM ITALO SVEVO: SUBJECT OF THE UNCONSCIOUS AND LITERARY FICTION

Tarcísio Pereira Guedes\*

Anderson Carvalho Pereira\*\*

RESUMO: O artigo mostra um exercício de crítica literária sobre elementos observados na leitura da obra *A consciência de Zeno*, do escritor italiano Italo Svevo, a partir de um diálogo com a Psicanálise. Conforme propõe a referida modalidade de crítica literária, a análise está baseada no processo de formação texto e construção da ficção em torno de seu personagem principal. Para tanto, parte da contextualização da época histórico-literária e em diálogo com a teoria psicanalítica freudiana realiza uma análise textual. Encontra-se presente nesta análise os temas psicanalíticos da neurose, bem como os conflitos emocionais presentes na ficção, discutidos por meio da teoria dos elementos de Psicanálise de Wilfred Bion. O exercício demonstra o diálogo entre ficção literária e a noção de sujeito do inconsciente da Psicanálise.

PALAVRAS-CHAVE: Inconsciente; Literatura; Crítica Literária; Psicanálise; Romance.

ABSTRACT: The article is a psychoanalytic literary criticism exercise on elements observed in reading the novel *Zeno's conscience*, of the Italian writer Italo Svevo. As required by that type of literary criticism, the analysis is based on the process of forming text and construction of the ideas of his main character, without addressing the question of the author. Therefore, the part point is the context of historical and literary season with Freudian psychoanalytic theory to proceed to textual analysis. Is present in this

---

\* Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia, IMES, Brasil. Email: [tarcisioguedes\\_psi@hotmail.com](mailto:tarcisioguedes_psi@hotmail.com).

\*\* Doutorado Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, FFCLRP/USP. Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (Itapetinga-BA) e do PPG/Educação (Vitória da Conquista-BA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Graduação em letras vernáculas pela UESB (campus Jequié-BA). Email: [apereira.uesb@gmail.com](mailto:apereira.uesb@gmail.com).

analysis the psychoanalytic themes of neurosis and emotional conflicts it presents, seen in relation to the theory of the psychoanalysis elements from neoklinean W. R. Bion and addresses issues such as thought and neurotic obsessive. The exercise turns out to demonstrate the ability to put a novel on the couch, to follow a literary critical methodology based on psychoanalytic proposition of man as the subject of the unconscious.

KEYWORDS: Literature; Novel; Psychoanalysis; Unconscious.

## INTRODUÇÃO

No ano de 1923 o escritor italiano Aron Hector Shmitz cujo pseudônimo é Italo Svevo, publica aquele que é considerado como o primeiro romance literário de inspiração psicanalítica. Essa obra em tom confessional, próxima da associação livre, trata de temas como a infância, o vício do fumo, a morte do pai, o casamento, o adultério masculino, as relações sociais e econômicas da Europa no início do século XX e a própria Psicanálise (SVEVO, 2001).

Dessa maneira, já se pode imaginar uma abordagem psicanalítica da dimensão ficcional do texto dentro de uma prática já exercida pelo próprio Freud e também pelo neo-kleiniano W. R. Bion, que além de analista, também escreveu ficção literária de inspiração psicanalítica – nesse caso, a trilogia *Uma memória do futuro* (BLÈANDONU, 1993).

Assim sendo, dentro do que é proposto por Bion em sua teoria e prática analíticas pautadas nos mecanismos do inconsciente, com destaque para sua concepção dos vínculos, pode-se fazer um exercício de interpretação psicanalítica da citada obra de Svevo, ao se levar em conta que uma obra literária é fruto da psique humana e o exercício da literatura pode se configurar diversas vezes como sublimação artística da neurose do autor que é catexizada em seu exercício e sublimada na arte literária (LEITE, 1977).

Portanto, a análise psicanalítica de uma obra de ficção literária desse quilate permite que se aplique o exercício da interpretação que procurará as intersecções existentes entre a realidade e a ficção. A partir disso se pressupõe que a ficção terá muito da realidade, pois esta acaba por ser a base do mundo ficcional que não quer dizer mundo da mentira, porém mundo de representação do caráter ficcional inerente a quaisquer dimensões da realidade.

Daí se pressupor que na obra em questão poder-se-á estabelecer movimentos interpretativos entre trechos da obra literária e a concepção bioniana dos vínculos entre terapeuta e analisando, tão indispensáveis para o processo da análise e para o sucesso da mesma em chegar próximo de vislumbrar **O** (realidade última, verdade absoluta, divindade, infinito, coisa em si). Ou seja, será um exercício de se chegar próximo de vislumbrar a “inconsciência” de Zeno, numa analogia próxima, correlata, porém nunca direta, com o que ocorre no *setting* analítico, quando se chega perto de vislumbrar a inconsciência dos analisandos, por meio da submersão

do material na consciência, a fim de que o par analítico se aproxime de **O** (BION, 2006). De modo geral, este artigo parte do confronto da ficção literária com os elementos psicanalíticos bionianos, com destaque para o conceito de neurose obsessiva, tal como fundamentado em construtos freudianos.

Para isto, é necessário situar historicamente o romance *A consciência de Zeno*, de forma sincrônica e contextualizar essa narrativa com o momento histórico, com a historiografia literária e com o desenvolvimento epistemológico-histórico do campo psicanalítico.

A cidade portuária de Trieste, na Itália, era e ainda é um centro urbano bastante movimentado, pois se localiza como epicentro ítalo-austríaco-eslavo-judaico; portanto, é uma cidade cheia de contrastes e geradora de crises existenciais e interpessoais. Está próxima tanto da Áustria quanto da Eslovênia, sendo que em 1918 foi anexada à Itália após o desfecho da I Guerra Mundial.

No que diz respeito ao contexto histórico, Svevo publicou essa obra no ano de 1923, num período pós-guerra de 1914 a 1918 e pré-guerra de 1939 a 1945. Essa situação histórica é a que o grande crítico literário Alfredo Bosi (2003) irá denominar de época de uma cultura doente a representar estados enfermiços, atos falhos, vícios, patologias sociais e individuais, tomando por fundamento a Psicanálise como entretenimento e não como responsabilidade individual de promover crescimento mental em si mesmo. Segundo ele, isso é observado justamente na época da crítica literária italiana denominada como decadentismo, a se tratar de um realismo mais profundo, negativo.

Para Bosi (2003) “parece também difícil compreender muito da literatura “dissolvente” que hoje se repropõe em termos de ainda mais radicais do que o fazia um Italo Svevo há cinquenta anos” (op. cit., p. 302).

Quanto ao contexto literário, essa foi uma época de influência do psicologismo do romance russo do final do século XIX e início do século XX. Os europeus, assim como todo o Ocidente, já estavam inseridos no período do Modernismo literário, sendo a Itália o berço dessa modernidade com o Futurismo de Marinetti. Já se caracteriza o prenúncio do romance da década de 1930 que romperia mais ainda com as tradições do romance do século anterior e em lugar da narrativa fluida e sequencial se tem a leitura do mundo interior dos personagens e da História sem pressa de chegar ao clímax e desfecho, bem como um neorealismo. Ou seja, trata-se de um romance de cunho altamente psicológico numa época em que os estudos da personalidade e da consciência estavam em plena efervescência na Psicologia.

No tocante à Psicanálise, esse foi um período marcado pelas últimas reformulações de Freud em seu quarto período epistemológico de construção da ciência psicanalítica. Os conceitos freudianos trabalhados nessa época que vai de 1920 a 1939 são, segundo Renato Mezan (2006, p. XVI): “... o onipresente tema da violência, que unifica os problemas da pulsão de morte, da segunda tópica, do complexo de Édipo, da castração e da angústia”.



No que diz respeito à intersecção teórica entre Literatura e Psicanálise, podem-se destacar diversos aspectos e opiniões teóricas.

O psicanalista André Green (apud LIMA, 1986, p. 208) diz que “o problema das relações entre a literatura e a psicanálise já rendeu muitas páginas. Entretanto parece que há sempre novas coisas a dizer, pois continua-se a chamar a juízo várias testemunhas”.

O romance de Svevo, nesse caso, pode ser considerado uma releitura ficcional da Psicanálise, uma re-apresentação ficcional de um caso clínico psicanalítico dentro dos padrões clássicos da própria Psicanálise; analisar esse caso clínico ficcional é um exercício real que tem como principal vantagem a ausência do empecilho da preservação da identidade, pois Zeno é um personagem de ficção literária.

A este respeito vale lembrar Marcelle Marini (1997) que define a leitura psicanalítica como uma prática interpretativa específica e transformadora.

Dentro do ambiente marcado pelo divã, a Psicanálise se vale do material da comunicação verbal para interpretar os sintomas psíquicos do paciente, tal qual na interpretação literária ela se vale dessa mesma linguagem – no nosso caso a escrita no diário de Zeno, publicado pelo Dr. S.

Segundo Marini (1997), a crítica literária psicanalítica é de caráter interpretativo e se configura como prática específica da interpretação, tendo seus limites dentro dessa proposta, em relação a outras formas de crítica. Ela aponta para esse tipo de crítica como uma prática libertadora focada na obra lida e não em seu autor.

Terry Eagleton (2003) também se ocupou de comentar sobre a crítica literária psicanalítica. No que concerne a esse tipo de análise textual, ele aponta a busca por símbolos fálicos, a formação do próprio texto literário e a revelação sobre o significado dessa formação.

Concernente às tipologias da crítica literária de maneira geral, para Eagleton (op. cit) ela pode ser feita de quatro maneiras: 1. voltada para o autor; 2. voltada para o conteúdo; 3. voltada para a construção formal; 4. voltada para o leitor. A crítica psicanalítica se volta para as duas primeiras maneiras, consideradas as mais limitadas e problemáticas (*idem*).

A opção deste artigo será pelo segundo tipo (o conteúdo), pois voltar-se para o autor seria tentar colocá-lo no divã; discorrer sobre construção formal é cair numa abordagem estruturalista ou também na crítica genética; ir ao encontro do leitor é aprofundar-se na estética da recepção e do estilo. Portanto, é o conteúdo que será objeto de comparação com postulados psicanalíticos freudianos e bionianos, com a ficção literária de Svevo. Analisar esse conteúdo é em outra medida também debater sobre um tema caro à Bion, o encontro de **O**.

Outra referência a Eagleton (*idem*) deixa clara a sua visão sobre alguns textos modernistas. Segundo o crítico esses textos vêm o que poderia ter acontecido de uma outra forma. Dessa maneira, a Psicanálise coloca a castração como protótipo da ausência, pois “esses textos, como diria o pós-estruturalismo, podem ter aceito a realidade da castração, a inevitabilidade da perda, a ausência e a diferença na vida humana” (*idem*, p. 256 e 257).

Isso se insere perfeitamente no romance de Svevo, pois nele se encontra a dúvida neurótica, a castração, a perda e a ausência, bem como também a questão da diferença na vida humana, pois em vários trechos do romance Zeno se refere a concepções de vida e de existência. Passamos à análise da obra.

## ANÁLISE

O romance *A Consciência de Zeno* é iniciado com um prefácio escrito pelo, também personagem fictício, Dr. S., e logo após há um preâmbulo do próprio Zeno. Logo depois seguem-se mais seis capítulos temáticos: 1. “O fumo”; 2. “A morte de meu pai”; 3. “A história de meu casamento”; 4. “A mulher a amante”; 5. “História de uma sociedade comercial”; 6. “Psicanálise”. Em cada uma dessas partes do livro podem ser observados vários elementos psicanalíticos em relação ao sujeito do inconsciente.

Em primeiro lugar, pode-se observar no nome do Dr. S. uma talvez encoberta alusão ao nome Sigmund. Não que se esteja a afirmar que o Dr. do romance seja o próprio Freud, porém que a letra inicial do nome S. remeta a recordar, inicialmente, do Pai da Psicanálise. Até porque o Dr. Freud não passaria a lição de casa de escrever fora do *setting* analítico, como o Dr. S. passou para seu analisando, tanto que este mesmo escreve que “Devo escusar-me por haver induzido meu paciente a escrever sua autobiografia; os estudiosos de psicanálise torcerão o nariz a tamanha novidade” (SVEVO, 2001, p. 7).

Desse modo, temos um efeito de suplência, refratário da alteridade entre escritor e autor.

O excerto acima diz respeito à substituição da técnica da associação livre realizada na própria sessão analítica, a regra fundamental da psicanálise (ROUDINESCO; PLON, 1998) para um método de associação verbal escrita extra *setting* analítico, daí a alusão à novidade do método.

Nesse prefácio se nota também a apresentação da *pessoa real do analista*, fator de bastante importância para Bion. Enquanto a maioria daqueles que lidam com o campo psicanalítico se preocupam mais com o analisando, Bion, tanto em seus escritos quanto em suas comunicações orais públicas, demonstrou bastante atenção em relação a esse importante fator (ZIMERMAN, 2004).

No romance, o Dr. S. escreve que “Quem entende de psicanálise sabe interpretar a antipatia que o paciente me dedica” (Svevo, *op. cit.*, p. 7). Isso evidencia a transferência do analisando em relação ao analista.

No caso de Zeno, principalmente no capítulo sobre a morte do pai, se pode perceber que o analista passa a ser o objeto paterno dentro do processo analítico. Daí essa transferência antipática dele para com o Dr. S.

Outro fator digno de atenção nesse prefácio é o do sentimento de vingança do Dr. em relação à Zeno. Ele diz que publicou as memórias de seu analisando “... por vingança e espero que o autor se aborreça” (*ibidem*).

Pode-se dizer que isso se trata de contratransferência do analista, porém esse fato está além disso, pois o que ocorre aí é o que Bion denomina de transferência da pessoa real do analista e não de contratransferência, pois esta seria uma devolução por parte do analista de conteúdos projetados nele pelo analisando.

Porém, no caso do Dr. S., é uma ação que parte deliberadamente dele em relação à Zeno que nem era mais seu paciente. Isso corrobora com o que David Zimmerman afirma baseado em Bion, que “... há diferença [...] entre o que é contratransferência e a *transferência do próprio analista*” (ZIMERMAN, 2004, p. 267).

Em outro momento, Zeno começa por se questionar sobre o ato de revisitar a infância, pois já se passaram mais de 50 anos de vida. Ele se recorda da recomendação do Dr. S. de que o presente, as imagens e os sonhos também são importantes para a reconstituição de sua vida. Porém, “O presente imperioso ressurgiu e ofusca o passado” (SVEVO, op. cit., p. 9).

A tentativa de lembrança continua e Zeno não dá importância à imagem de “... uma locomotiva que resfolega pela encosta acima a arrastar inúmeros vagões; sabe-se lá de onde vem e o que estará fazendo nestas recordações?” (*Op. cit., idem*, p. 9-10).

Em termos bionianos, nesse caso faltou o continente do analista para interpretar e devolver o conteúdo para o analisando. Não houve uma digestão por parte do analista, ausente no momento, a fim de desintoxicar o conteúdo e devolvê-lo ao analisando. O conteúdo do bebê-analisando precisou do continente mãe-analista e resvalou nessa ausência. Deste modo, Zeno ficou abandonado à sua função  $\beta$  (elementos  $-\beta$ ) sem que houvesse a pessoa real do analista que o auxiliasse a transformar esses elementos primários em elementos  $-\alpha$  da função  $\alpha$ .

Bion (2004a) esclarece que os elementos  $-\beta$  representam a matriz de onde os elementos brotam, não trabalham com distinção entre o inanimado e o psíquico. Sendo assim, “Pensamentos são coisas, coisas são pensamentos e elas têm personalidade”. Os elementos  $-\alpha$  representam o trabalho dessa mesma função sobre os elementos sensoriais, de forma que esses além de não serem objetos da realidade externa, são produtos dos sentidos não relacionados com essas realidades e “Possibilitam a formação e o uso de pensamentos oníricos” (BION, 2004a, p. 37).

No que diz respeito à questão do continente ( $\varnothing$ ) e conteúdo ( $\hat{\sigma}$ ), segundo Grotstein (2010, p. 165), o continente “não funciona apenas como *tradutor comunicativo*”, mas também “como um *mediador, filtro* (desintoxicador) e *transdutor* de estados de energia emocional dos domínios incontáveis da infinitude para as dimensões contáveis da realidade comum”. [grifos do autor].

Quanto à transformação de elementos menos beta do paciente em menos alfa pela função alfa do analista ( $Tp-\beta \rightarrow Ta\alpha \rightarrow Tp-\alpha$ ), dentro do contexto do conhecimento (K) e consequentemente da aprendizagem, tal transformação não ocorreu com Zeno por faltar justamente a função continente do analista.

Dessa maneira se pode afirmar que a falta de trabalho do analista em relação à emoção latente na *rêverie* de Zeno não foi aproveitada para ser interpretada e transformada em conhecimento. Transformar  $-\beta$  em  $-\alpha$  por meio da função continente e  $\alpha$  do analista, pode ser entendida, então, como fonte de conhecimento (K), fonte esta que é o modo bioniano de compreender o vínculo analítico.

Zeno, em seu exercício, continua a tentar chegar às lembranças da primeira infância, ainda no intuito da busca por sua própria identidade. Conforme Rezende (1995, p. 96): “A identidade é a verdade não esquecida de cada um. É uma memória-identidade. A identidade é a verdade sobre mim mesmo. E essa verdade sobre mim mesmo tem a ver com a recordação dos atos fundantes.”

Nesse preâmbulo de Zeno se nota o esforço deste para recordar e este ato acaba por se constituir em ato de pensar. E, nesse pensar, se pode perceber elementos de afetividade por parte do personagem tanto em relação a si quanto em relação a outros objetos externos. Esse pensamento vincular, em termos de afetividade, foi enfatizado por Bion.

Nesse caso, o romance de Svevo é permeado pelo pensar. O pensar sobre si, sobre o analista, sobre as relações objetais em busca da própria identidade, sobre as relações objetais em busca da identidade a fim de chegar a **O**, se é que isso é realmente possível. Tudo isso a ter como conteúdo manifesto a busca da Psicanálise para curar o vício do fumo, sendo que o latente por sob esse véu é a eterna busca pelo conhecer a si mesmo.

No presente artigo, o fumo é encarado como ritualização da neurose obsessiva de Zeno. Ele fuma religiosamente, conscientiza-se de que isso é uma doença, tenta manter-se internado em uma clínica, mas sem sucesso, e depois procura a Psicanálise com o intuito de se ver livre do vício do fumo. Zeno já estava a se sentir perseguido principalmente pelo ritual do último cigarro que na verdade não era o último e ele chega a afirmar que esse ritual do último cigarro é uma enfermidade e ainda “A doença é uma convicção, e eu nasci com essa convicção” (Svevo, *op. cit.*, p. 17).

O lugar desta convicção na ficção literária pode ser lido como o lugar da confluência entre pensamento totêmico e rituais repetitivos e é discutido por Freud (1996b) ao analisar “o homem dos ratos” e em termos da relação com a sublimação e a criação artística (FREUD, 1996b).

Segundo Zeno o último cigarro tem muito mais sabor, enquanto que os outros não têm tanta intensidade. Para ele esse último representa o senso de vitória sobre o vício e o “Os outros têm a sua importância porque, acendendo-os, afirmamos a nossa liberdade e o futuro de força e de saúde permanece, embora um pouco mais distanciado” (*idem*, p. 16).

Essa ritualização da neurose obsessiva, como se a mesma fosse uma religião particular do sujeito se encontra muito bem comentada por Ribeiro (2006) quando a mesma toma como ponto de referência a empreitada freudiana da análise do “Homem dos Ratos”.

Conforme Ribeiro (2006, p. 36) “Freud diz que os rituais do obsessivo têm o valor de uma religião particular. Segundo ele, são atos mágicos que revelam a onipotência dos pensamentos do sujeito, resquício da *onipotência infantil*” [destaque da autora].

Quanto à questão da onipotência infantil, o próprio Zeno admite que “é bastante cômodo podermos acreditar em nossa grandeza latente” (Svevo, *op. cit.*, p. 16) [grifo nosso].

No caso de Zeno, incluem-se pensamentos contraditórios, de onipotência infantil, de dúvida e o corpo que realiza o ritual do último cigarro e a este tanto corpo quanto pensamentos não conseguem se desvencilhar.

Outro ponto importante do capítulo sobre o fumo, que na verdade, cronologicamente seria posterior ao da morte do pai, ao do casamento, ao da mulher e a amante e ao da sociedade comercial com o cunhado da esposa, é que este é onde Zeno faz mais referências à mãe, já falecida quando ele tinha quinze anos incompletos (Svevo, *op. cit.*, p. 33). Ele se refere a ela no período do início do hábito de fumar, às escondidas, quando “Meu pai deixava pela casa charutos Virgínia fumados a meio, equilibrados às bordas das mesas e das cômodas” (*idem, ibidem*, p. 12), no momento em que o genitor desconfiou de que os cigarros estavam sumindo e, a mãe, ao entender a verdade da situação, despistou de uma forma que Zeno se recordou com ternura revelada em “Aquele sorriso me permaneceu de tal forma impresso na lembrança que um dia o revi nos lábios de minha mulher” (*idem*, p. 13).

Nesse relato em que a mãe é evocada durante duas páginas, Zeno dá a entender a falta que o seio materno faz, apesar de as referências à figura do pai serem muito mais abundantes durante toda a obra. Ele se refere a ela como “corpo que não existe mais” (*ibidem*) e, logo após no início do capítulo sobre a morte do pai, em apenas um parágrafo sobre a morte dela, confessa que “A própria dor acenava para uma vida mais intensa. [...] a morte de minha mãe e a salutar emoção que me causou fizeram-me sentir que tudo deveria melhorar para mim” (*idem*, p. 33).

Nesses momentos Zeno deixa escapar a falta do seio materno, principalmente na imagem que ficou do dia em que o pai desconfiara do desaparecimento dos charutos que ele deixava pela casa. Há aí uma associação entre o prazer inicial da obtenção do fumo na infância e a ternura da proximidade da mãe. Porém, o que fica agora é a falta do seio, falta a parecer ser tão reprimida que em seu diário há raríssimas referências a ela.

Em termos de Bion pode-se designar essa falta da mãe e do seio como Ponto (.), pois, segundo ele o (.) designa a falta do objeto perdido, no contexto de uma dimensão espacial, no caso a mãe real de Zeno. Essa falta seria preenchida pelo que Bion designa de Reta (-), ou seja, aquilo o que na dimensão temporal ficará no espaço vazio, quer dizer, no lugar da mãe-seio (BION, 2004b, p. 87-105 e 114-119). Nesse caso há dois objetos que preencherão o vazio do (.) mãe, tanto a (-) fumo quanto a (-) esposa, conforme se conferiu acima na lembrança do sorriso.

Outra observação importante é o fato de o nome da mãe ser Maria. E isso remete à concepção ocidental mais sublime da figura da mãe e da mulher, pois se trata do nome da genitora do salvador dos cristãos.

Após a revelação de seus pensamentos sobre o fumo e às poucas menções sobre a figura da mãe – lembranças recalçadas durante todo o diário psicanalítico – é no capítulo sobre o pai que Zeno vai trabalhar sua relação sinuosa para com a figura paterna.

O capítulo está centralizado no episódio da doença final e morte do genitor, considerada por Zeno como de muito maior impacto sobre ele do que a perda da mãe, pois, segundo ele “a morte de meu pai foi uma verdadeira catástrofe. O paraíso deixou de existir e eu, aos trinta anos, era um homem desiludido. Morto também! [...] Chorava por ele e por mim, e por mim apenas porque ele havia morrido” (Svevo, *op. cit.*, p. 33-34).

Ou seja, perder o pai significou para Zeno ser o único responsável por sua própria vida, já que continuava a depender do seu genitor mesmo aos trinta anos de idade. Ele se utiliza, no excerto acima dos recursos neuróticos de defesa do ego tanto da racionalização quanto da negação para esconder o óbvio: sua condição egocêntrica e egoísta.

No final do capítulo Zeno revela a estratégia do seu ego para sublimar a neurose de culpa pela morte do pai, já que o último ato deste antes do suspiro derradeiro foi o de esbofeteá-lo (*idem*, p. 58-59). Para tanto, o filho culpado retornou à religião como sublimação pela perda do pai. Tanto que ele relata haver regressado à sua religião da infância e nela haver permanecido por um longo tempo, pois “A verdadeira religião é exatamente aquela de que não se tem necessidade de professar em alta voz para obter – embora raramente – o conforto que algumas vezes nos é indispensável”. (*idem*, p. 59).

Essa inserção da religião na neurose é um fator superegóico superposto ao ego de Zeno, a fim de aplacar a culpa. Nesse caso a religião é uma proteção neurótica da culpa em relação ao castigo vindouro. Segundo Rezende (*op. cit.*, p. 199), essa neurose religiosa é frequente, tem caráter superegóico baseado nos mandamentos a se acentuar o sentido persecutório dos mesmos, pois “Situado entre Id e Superego, o Ego tende a proteger-se neuroticamente. Um *Id* selvagem me leva a desobedecer os mandamentos [...]; mas o Superego recrimina e castiga, cruelmente”.

É aí que se tem um Zeno que escapa da culpa utilizando-se do fervor religioso para escapar dos próprios pensamentos de culpa pela perda do pai. E esse comportamento religioso não passa de uma sublimação necessária para que Zeno tanto mantenha o pai vivo na memória quanto escape desses próprios pensamentos de castigo e punição.

Assim sendo, a questão desse despertar religioso de Zeno pode ser visto como um mecanismo de defesa e de sublimação e também faz com que se reflita na importância da religiosidade do analisando dentro do processo de análise e não apenas questões da sexualidade.

Quando o personagem Zeno relata em um capítulo sobre a história do seu casamento, há uma demonstração da dúvida neurótica de escolha do objeto. Nesse capítulo Zeno relata como ficou apaixonado por Ada e termina por casar com a irmã Augusta e o casamento de Ada com Guido Speier, um violinista a ser sempre odiado por ele (Svevo, *op. cit.*, p. 61-146).

Zeno alimenta todo seu amor por Ada, rivaliza-se com Guido e, num ato falho, durante uma tradicional sessão espírita de mesas girantes – fato corriqueiro nos salões da Europa na metade do séc. XIX –, em um ato falho, na penumbra, declara-se para Augusta pensando ser Ada. E isso fez com que ele contraísse compromisso em relação a ela, ao passo que o caminho para Ada e, conseqüentemente, a vitória de Guido, fossem uma questão de tempo.

Mais uma vez a neurose obsessiva de Zeno é por ele exposta em seu relato. Dessa vez com a manifestação da dúvida.

Segundo Ribeiro (*op. cit.*, p. 17), na neurose obsessiva aparecem crenças, como a auto-recriminação e a representação recalcada a conduzi-lo à dúvida. Essa dúvida, apontada por Descartes como a dignidade do método da filosofia, além de ser sintoma da neurose obsessiva, caracteriza-se como defesa tanto contra a angústia quanto contra “o afeto que se desloca de uma representação à outra”.

Isso pode reforçar a idéia de que Zeno, inconscientemente já sabe que perderia Ada para Guido, por meio de um ato falho que o defenderia da angústia dessa perda, se deslocou de Ada para Augusta, portanto fugindo da derrota iminente. Porém, ao pedir Ada em casamento foi por ela recusada, fez o mesmo pedido à irmã Alberta e, finalmente a Augusta que aceitou, apesar de saber não ser amada como Ada. Augusta prontamente respondeu-lhe que “... você precisa de uma mulher que queira viver a seu lado e tome conta de você. Hei-de ser essa mulher” (Svevo, *op. cit.*, p. 129).

Zeno reencontrara a mãe perdida há mais de duas décadas. A (-) acabava de assumir o espaço vazio deixado pelo (.).

Porém, um vínculo de amor diferente de Zeno por Ada acabava de ser estabelecido. O chamado por David Zimmerman (2010) de *amor tantalizante*. Ou seja, o próprio personagem do romance se refere a isso quando relata que “A liberdade consiste em poder fazer aquilo que se quer desde que se possa fazer também alguma coisa de que se goste menos. A verdadeira escravidão é estar condenado à abstenção: Tântalo e não Hércules” (Svevo, *op. cit.*, p. 100). Ele estava condenado à abstenção do amor de Ada e, durante todo o restante do romance ele vai remoer esse amor que ficou no “quase”.

Ainda em relação a esse vínculo de amor introduzido por Zimmermam (*idem*, p. 69) ao discurso bioniano do vínculo de amor, ele esclarece que esse vínculo de amor tantalizante se justifica “nos casos em que predomina nitidamente uma relação amorosa com características de uma situação de aprisionamento que tende à cronificação”, a se tornar em um amor patológico no qual o dar e o retirar são observados em períodos revezados e repetitivos.

Esses são fatos que podem ser observados durante todo o decorrer da narrativa, pois até na busca por uma amante a figura do “quase” Ada lá estará, durante a sociedade com Guido e a morte deste, até que o vínculo é desfeito e a vingança de Zeno, que é a morte simbólica desse amor, consegue ser saciada. A situação vincular exposta, no caso de Zeno, se caracteriza realmente como crônica, aprisionada.

Zeno estava desamparado pela falta da mãe, do pai, enfim, pelo abandono e só lhe restava encontrar alguém, escolhido por ele que preenchesse esse vazio. Porém, como ele não havia conquistado ainda a liberdade idealizada por ele e citada acima, ele ainda não pôde fazer o que queria e foi obrigado a se contentar com a realidade de Augusta, ao invés do desejo ideal por Ada.

O primeiro ponto digno de nota, no início do capítulo sobre a esposa e a amante é mais uma revelação sobre o pensamento de Zeno em relação à figura do pai. Segundo ele “Uma coisa é sermos o patriarca; outra bem diferente é venerar alguém que se arroga tal dignidade” (SVEVO, *op. cit.*, p. 149). Isso caracteriza a morte simbólica do pai com o filho a assumir o seu lugar, a remontar a idéia freudiana do banquete totêmico realizado pela horda primitiva, em *Totem e tabu* (FREUD, 1913).

Nesse pensamento ele reflete sobre o momento logo após o casamento e, como deixa transparecer, já se sente um patriarca, já é o chefe de sua própria família. Já ocupou o lugar do pai. Ele próprio, agora é o ponto de partida do Nome-do-Pai para a sua família constituída.

Ao falar sobre o casamento e a escapada extraconjugal Zeno revela seu vazio existencial, sua incompletude e, mais uma vez os sintomas de sua neurose da dúvida. Para escapar do tédio do casamento, decide trair a esposa com a jovem Carla. Depois resolve dedicar-se novamente à mulher, mas, mesmo assim, permanece o vínculo de amor tantálico em relação à cunhada Ada.

Nesse caso, o triângulo Zeno-Carla-Augusta corresponde a uma sensação pessoal de incompletude do personagem principal. Ada é a interdição, Augusta é a dúvida e Carla uma possibilidade.

Em termos psicanalíticos, no caso de Ada, ela é, ao mesmo tempo, totem e tabu. Tabu porque já está casada, não o ama e, por isso ele está proibido de possuí-la; totem pelo fato de ser para ele o símbolo do amor verdadeiro, da suprema realização do desejo, a concretização do ideal do seu Ego (ser amado, ser aceito e não sofrer). Ou seja, a obsessão de Zeno por Ada continua, mesmo com a esposa e a amante.

Possuir Ada está proibido pela lei, pelo mandamento, mas possuir Carla também está pela mesma lei, porém, como escreveu o apóstolo S. Paulo na Epístola Aos Romanos, 7:7-11 (*In*: THOMPSON, 1994), quando o referido aponta teologicamente para a Lei como meio de conhecimento do pecado. Para ele ninguém conheceria a cobiça se a Lei não a apontasse. Dessa forma o mandamento além de mostrar o pecado existe, proibindo-o, acaba por matar espiritualmente quem comete a transgressão.



Esta dialética entre desejo e transgressão, encontra-se confirmado por Rezende (*op. cit.*) quando este fala do modelo religioso da neurose, bem como da relação entre o neurótico e os mandamentos.

Zeno não quebra o mandamento-tabu de possuir o totem Ada, mas redireciona seu desejo para outro objeto, a saber, Carla. Porém, no memento em que Carla se aproxima de Ada a interdição domina o cenário novamente e o romance extraconjugal termina com o retorno sentimental de Zeno para Augusta, sem que esta tenha percebido e confirmado a aventura do esposo.

Nesse pensamento ele reflete sobre o momento logo após o casamento e, como vimos no parágrafo acima, já se sente um patriarca, já é o chefe de sua própria família. Já ocupou o lugar do pai. Para a sua família constituída, ele próprio agora ocupa o lugar metafórico do Pai.

Na sociedade de Zeno com o antigo rival Guido, torna-se patente um fato: a inveja. A inveja do outro por ele ter possuído aquele objeto que não se teve o privilégio de possuir. No capítulo sobre a inusitada sociedade comercial entre os dois, se tem desde o desastre financeiro de Guido e seu caso extraconjugal como também a morte deste e a viuvez de Ada.

Zeno trabalha junto do concunhado Guido, que não sabe se conduzir em seus próprios afazeres. Guido morre como suicida depois de haver perdido todo o dinheiro do patrimônio pessoal. Zeno tenta recuperar parte do dinheiro, mas Ada entende que este sempre havia odiado Guido. Zeno conta o ato falho cometido de não haver ido ao funeral de Guido, como ele tenta se desculpar com Ada, como esta o acusa, após ponderar sobre o ocorrido, de odiar o marido morto. Depois de haver tentado provar em vão a sua insistente inocência, Zeno se resigna quando Ada parte com os filhos para a Argentina, porém sente-se vingado ao descobrir que a reputação de Guido diante de Ada não era das melhores. (SVEVO, *op. cit.*, p. 253-370)

É um relato que vai da inveja ao triunfo quando Ada lhe confessa que "... não soube amá-lo como devia. Quero que saiba! É com satisfação que vou para longe. Parece que assim me afasto de meus remorsos!". Porém, isso se segue à autorrecriminação neurótica de Zeno: "As lágrimas ofuscavam meus olhos. Ia-se sem que jamais lhe pudesse provar minha inocência" (*ibidem*, p. 370)

O grande destaque do capítulo é o da mistura das pulsões de morte tanto de Zeno, óbvias durante toda a narrativa, e as de Guido que acabam levando-o a um final trágico. Zeno continua a concentrar-se na doença e Guido definha-se com o fracasso financeiro. Porém, o sentimento de inveja de Zeno sempre emerge, alimentada por sua pulsão de morte, pois, segundo Rezende (*op. cit.*, p. 104) "... a inveja é função da pulsão de morte, do começo ao fim".

Zeno poderia ter evitado a bancarrota de Guido, pois ele tinha nas mãos o livro da empresa com todo o fluxo dos negócios, porém se portou como omissivo e deixou que as coisas fatalmente fossem finalizadas. O pensamento parece que estava mesmo bloqueado por uma emoção excessiva (*ibidem*, p. 102), pelo desejo de derrotar o rival. Rezende (*ibidem*, p. 105)

confirma isso quando afirma que, nesse caso, “o adulto regride à condição fetal, sem condições de pensar ou de preparar-se para pensar, dado o excesso de emoções e sensações em que se vê envolvido”.

A partir do exposto acima se pode concluir que Zeno ficou cego por sua parte psicótica da personalidade e isso, segundo Bion (1985) é um problema do campo dos pensamentos.

E mais ainda, nesse caso, que foi o que ocorreu com Zeno, “A incapacidade para tolerar a frustração pode obstruir o desenvolvimento de pensamentos e de uma capacidade de pensar, ainda que uma capacidade de pensar diminuísse a sensação de frustração inerente à apreciação da distância entre um desejo e sua satisfação” (*ibidem*, p. 156). [tradução livre do autor]

Dessa forma se pode dizer que Zeno, cego pela inveja, deixou-se dominar pela parte psicótica de sua personalidade e não utilizou a razão da sua consciência para evitar o final trágico de Guido. Inconscientemente ele exercia sua vingança contra aquele que havia se tornado um objeto mau em seu caminho para a conquista de Ada e haver se esquecido de ir ao funeral do parceiro de negócios e ter acompanhado um outro cortejo fúnebre, “por engano” (ato falho), foi o *grand finale* de seu ato, mesmo tentando se mostrar inocente diante da cunhada.

No capítulo derradeiro do livro, Zeno além de contar fatos do período da I Guerra, pensa sobre sua própria análise juntamente com o Dr. S. Nesse caso há uma estreita relação entre Zeno, a Psicanálise, o sintoma do neurótico e a cura.

Depois que o Dr. S. diagnosticou seu Complexo de Édipo, Zeno decidiu suspender a própria terapia com estas páginas do diário, revoltado contra o Dr. S, e descarrega sua pulsão de morte, no final com uma drástica previsão sobre o final do mundo plena de pulsão de morte em relação à humanidade. Zeno confessa ao Dr. S sua vontade de parar o tratamento e, depois de uma análise da sociedade, faz um relato triste que prevê que um dia, um homem fruto da sociedade fará explodir um artefato de poder inimaginável que destruirá o mundo. (SVEVO, *op. cit.*, p. 371-403)

Para Rezende (*op. cit.*, p. 206) o problema do neurótico, e de Zeno conseqüentemente, é o do Filho Pródigo que se encontra imerso na dúvida, no vacilo entre fantasia e realidade (FREUD, 1996b): dessa maneira a cura do neurótico reside em transitar entre a fantasia e o caráter muitas vezes totêmico desta. Zeno, quando percebeu que estava pensando em termos dos rituais da vida cotidiana decidiu fugir da análise para fugir de O, ou seja, da Verdade Absoluta sobre a Realidade Última de si mesmo. Seus pensamentos o estavam levando a isto, porém era mais cômodo permanecer na doença e não enfrentar os dilemas da realidade.

Segundo Maria Anita Carneiro Ribeiro (*op. cit.*, p. 20-21) isso é típico do caráter do obsessivo e também dos pensamentos deste, pois “O obsessivo, o “eu penso”, profundamente capturado pela imagem especular, vai resistir, muito mais do que a histérica, ao confronto com o inconsciente”.

E isso é confirmado quando Zeno critica o analista e a análise ao escrever que tem conhecimento do tratamento analítico, este não passa de uma “tola ilusão”, um “truque”, a consistir em ser capaz de sensibilizar as “solteironas histéricas”. Assim ele termina por questionar “como poderia suportar a companhia daquele homem ridículo, com um olhar que se pretendia escrutador e uma presunção que lhe permite agrupar todos os fenômenos deste mundo em torno de sua grande e nova teoria?” (SVEVO, *op. cit.*, p. 372).

Zeno afirmou estar decidido a curar-se da própria análise (*ibidem*, p. 385). Isso é semelhante à experiência que o Dr. Py teve com Bion nos anos 70. Segundo Py (Apud ZIMERMAN, 2004, p. 64), sobre o impacto desta, ele “não sabia ainda se algum dia conseguiria me curar da análise que havia feito”.

O personagem Zeno decidiu, então, entrar no caminho da auto-análise a fim de escapar da pessoa real do analista, porém, o próprio Pai da Psicanálise, assim como Freud em carta a Fliess, em 14 de novembro de 1897, antes mesmo da própria psicanálise, já havia advertido para o fato de que “A verdadeira auto-análise é impossível; não fosse assim, não haveria nenhuma doença [neurótica]” (FREUD, 1950).

Até aqui, já foram enumerados os aspectos de pulsão de morte, pessimismo enfermo e decadentismo que tanto permeiam a obra e como desembocam no último capítulo do diário do personagem Zeno.

No que diz respeito à pulsão de morte – e essa idéia freudiana é contemporânea da produção de Svevo, conforme se pôde explicitar no início deste artigo –, esta tem como exemplo a terrível profecia de Zeno de que ainda seria inventado por um homem um explosivo potentíssimo, na vista dos que já existiam na época. Aliás, diante deste, os outros não passariam de brincadeira. Ao prosseguir sua “profecia”, ele vislumbra a possibilidade de um homem dotado de um pouco mais de insanidade que os outros furtará esse mortífero explosivo, conduzindo-o “até o centro da Terra para pô-lo no ponto em que seu efeito possa ser o máximo. Haverá uma explosão enorme que ninguém ouvirá, e a Terra, retornando à sua forma original de nebulosa, errará pelos céus, livre dos parasitos e das enfermidades” (SVEVO, *op. cit.*, p. 403).

E esse fatalismo funciona como se fosse epílogo do diário! Zeno destila aí sua pulsão de morte, seu caráter obsessivo de pensamentos em relação às enfermidades, seu desejo de punir a humanidade por sua própria decadência e pela decadência da própria sociedade humana. Ele não direciona esse instinto para si mesmo, mas para fora, para os outros, de forma sádica. Seu próprio instinto interno de vida direciona o instinto de morte para a humanidade exterior, conforme se pode conferir com Freud (1920), em *Além do princípio de prazer*, com a observação de que “O princípio de prazer parece, na realidade, servir aos instintos de morte”.

Aliás, as duas últimas páginas do romance de Svevo (*op. cit.*, p. 402-403) estão de acordo com o citado texto freudiano, no que diz respeito às questões orgânicas e psíquicas de *Eros*

e *Tânatos*, tanto na natureza exterior ao homem quanto em relação ao próprio homem e os instintos de destruição e conservação biopsíquicos.

Ao se analisar o primeiro capítulo do romance, retorna o tema da transferência do analista em relação a Zeno. Nesse último capítulo se percebe claramente o vínculo de ódio de Zeno em relação à pessoa real do analista. Tanto que há um trecho em que Zeno afirma que “Se estivesse bastante seguro de poder rir dele sem me irritar, seria até capaz de voltar a vê-lo. Tenho medo, porém, de chegar às vias de fato” (Svevo, *op. cit.*, p. 371). Zeno queria fazer com o Dr. S. aquilo o que não pôde fazer ao pai. E aí se tem tanto uma transferência por parte de Zeno quanto um vínculo H (*hate*), ou seja um vínculo bioniano de ódio.

Segundo Bion (s. d., p. 72), “L [*Love*-amor], H [*Hate*-ódio] ou K [*Knowledge*-conhecimento] devem ser estabelecidos de tal forma que se estabeleça um ponto de referência”.

Assim, sendo, diante do exposto por Zeno e analisando sua relação com o Dr. S., se pode estabelecer que o vínculo estabelecido no referido momento do romance entre analista-analisando é um recíproco vínculo H. Isso fica claro tanto no *Prefácio* quanto no último capítulo.

Tudo isso que foi exposto sobre o referido capítulo está imerso em uma postura decadentista tanto de Zeno em relação a si mesmo, em relação à humanidade e em relação à eficácia da própria Psicanálise em “curar os males da alma”. Isto porque em sua fuga da análise, Zeno passa a se colocar contra seu processo analítico, contra a busca por K, por meio da análise e, conseqüentemente, seu ganho secundário é esconder o seu rosto de psíquico de confrontar-se com **O**, ou seja, de vislumbrar a realidade da relação entre seu sintoma e a realidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicanálise é um campo do saber interdisciplinar desde a sua origem. Medicina, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Linguagem, Arte e Literatura são exemplos de áreas com as quais a Psicanálise tem se envolvido desde os tempos de Sigmund Freud.

Na Literatura, a contribuição do saber psicanalítico também busca elementos da ficção, que, em se tratando de personagens deixa patente a linha tênue que separa realidade de ficção em se tratando de arte literária.

Um diálogo psicanalítico com a obra literária demanda embasamento na teoria psicanalítica bem como implica em reconhecer elementos próprios do saber psicanalítico em relação ao sujeito do inconsciente. Nesse caso, elencaram-se alguns elementos principalmente baseados nos temas bionianos das transformações, dos vínculos e no conceito de **O** que obrigam a discutir a personalidade neurótica obsessiva em termos da dúvida e sua relação com os pensamentos e a pulsão de morte. Fora outros muitos detalhes que há dentro do romance de Svevo a merecer maiores análises e esclarecimentos, pois é uma obra riquíssima para ser interpretada pelo campo psicanalítico.

Como foi mostrado, Zeno é um personagem literário apaixonante pelo fato de ele ser quase humano, se não fosse um ser ficcional. É um neurótico clássico. Um homem perturbado por seus próprios pensamentos, por suas próprias dúvidas, por seus próprios medos. Ao mesmo tempo ele reconhece a própria doença, bem como a necessidade de curá-la, mas a usa como escudo para manter seus ganhos secundários advindos dela. É hipócrita e, ao mesmo tempo, denuncia a hipocrisia da própria humanidade. Reconhece a miséria humana, as doenças, a capacidade de destruição do homem e, ao mesmo tempo, que a vida é algo original. Para parafrasear uma expressão de Nietzsche, ele é “humano, demasiadamente humano”.

Assim sendo, tudo o que é humano é do campo da interpretação para a Psicanálise, pois esta é humana em seu nascimento e essência. Ela é aplicável em todos os campos que têm o ser humano, esse ser complexo e apaixonante ao mesmo tempo. Esse ser que pulsa a vida e sabe que futuramente terá um encontro com a própria morte, seja ela pelo cansaço, pela doença, enfim, pela condição humana em que Eros e Tânatos expressam o dilema da existência.

A análise dessa obra de ficção literária, fixada em seu personagem que dá nome ao livro, é um exercício diferenciado da prática real, tanto pelo fato de a história do sujeito já estar pronta quanto pelo fato de não ser um ser real, porém não faz com que se depare no inconveniente de expor, mesmo que de forma velada, o caso de uma pessoa real. Além disso, é um exercício a também demandar estudo, conhecimento teórico e prática interpretativa e que pode servir como modelo de análise de uma pessoa real, pois essa análise se constitui num estudo de caso dentro dos moldes e enquadres perfeitamente aplicáveis na prática real da Psicanálise.

## REFERÊNCIAS

- BION, W. R. **Aprendiendo de la experiencia**. Buenos Aires: Editorial Paidós, s.d.
- BION, W. R. **Atenção e interpretação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- BION, W. R. **Elementos de psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2004a.
- BION, W. R. **Transformações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2004b.
- BION, W. R. **Volviendo a pensar**. 3. ed. Buenos Aires: Ediciones Horme, S.A.E., 1985.
- BLÈANDONU, G. **Bion: vida e obra**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BOSI, A. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico)
- EAGLETON, T. **Teoria da Literatura: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FREUD, S. Escritores criativos e devaneios *In.*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1908/1996a. p. 135-143.

FREUD, S. O homem dos ratos. *In.*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. vol. X. Rio de Janeiro: Imago, 1909/1996b. p. 135-273.

FREUD, S. Totem e tabu. *In.*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1913/1997a. p. 13-162.

FREUD, S. Além do princípio de prazer. *In.*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. 1925/1997b.

FREUD, S. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (carta de 14 de novembro de 1897). *In.*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. vol. III. Rio de Janeiro:

GROTSTEIN, J. S. **Um facho de intensa escuridão**: o legado de Wilfred Bion à Psicanálise. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LEITE, D. M. **Psicologia e Literatura**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. (Coleção Ensaio, v. 4)

LIMA, L. C. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.

MARINI, M. et. al. A crítica psicanalítica. *In.*: **Métodos críticos para a análise literária**. Trad. Onilda Maria Rodrigues Prata. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Leitura e Crítica)

MEZAN, R. **Freud**: a trama dos conceitos. 2. reimp. da 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Estudos; 81/ dirigida por J. Guinsburg)

REZENDE, A. M. **Wilfred Bion**: uma psicanálise do pensamento. Campinas: Papirus, 1995.

RIBEIRO, M. A. C. A neurose obsessiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. (Psicanálise – Passo-a-passo-23)

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

SVEVO, I. **A consciência de Zeno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

THOMPSON, F. C. **Bíblia de Referência Thompson**. 3. imp. Deerfield/Flórida (E.U.A.): Editora Vida, 1994.

ZIMERMAN, D. **Bion**: da teoria à prática – uma leitura didática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZIMERMAN, D. **Os quatro vínculos**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Recebido para publicação em 1 jun. 2017.

Aceito para publicação em 30 maio 2018.

## SEPÉ - O MORUBIXABA REBELDE (1964), UM ÉPICO MODERNO<sup>1, 2, 3</sup>

### SEPÉ - MORUBIXABA REBELDE (1964), A MODERN EPIC

Ellen dos Santos Oliveira\*

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo analisar a o poema épico moderno *Sepé – o morubixaba rebelde* (1964), de Nilo Fernandes Barbosa, à luz de uma fundamentação crítica teórica atualizada do Gênero épico, a fim de compreender como essa manifestação do discurso épico está representada na Modernidade, através desse poema que se configura como um registro da permanência do gênero nas nossas Letras. Assim, como apoio teórico metodológico, usaremos as contribuições dos críticos teóricos do CIMEP, entre eles: Anazildo (1984), Ramalho e Silva (2007; 2015), Silva (2012), Ramalho (2004, 2013; 2017), Neiva (2009; 2012), Mesa Gancebo (2009), entre outros. Pretende-se com essa análise contribui com a fortuna crítica sobre o autor, sobre o gênero épico, e sobre a literatura brasileira.

PALAVRAS – chave: Gênero épico; *Sepé - o morubixaba rebelde*; Fernandes Barbosa (1910-1988).

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the modern epic poem *Sepé - the rebelde morubixaba*(1964), by Nilo Fernandes Barbosa, in the light of an updated theoretical critical foundation of the epic genre, in order to understand how this manifestation of epic discourse is represented in Modernity, through this poem that is configured as a record of the permanence of the genre in our Letters. Thus, as theoretical methodological support, we will use the contributions of the theoretical critics of CIMEP, among them: Anazildo (1984), Ramalho e Silva (2007, 2015), Silva (2012), Ramalho (2004, 2013, 2017), Neiva (2009,2012), Mesa Gancebo (2009), among others. It intends with this analysis contributes with the critical fortune on the author, on the epic genre, and on Brazilian literature.

KEY words: Epic genre; *Sepé - the rebelde morubixaba*; Fernandes Barbosa (1910-1988).

<sup>1</sup> Este trabalho, com alguns ajustes, é parte da minha Dissertação de Mestrado “O herói Sepé em duas versões: O *Uruguai e Sepé – o morubixaba rebelde*”. A obra *Sepé – o morubixaba rebelde* compõe o corpus literário da minha pesquisa de tese de doutorado, em desenvolvimento com o apoio da Capes, com o título: Jesus Cristo no *Epos* da Nação: a intertextualidade bíblica na obra épica de Fernandes Barbosa.

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida sob a orientação da profa. Dra. Christina Ramalho (UFS/CIMEEP)

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

\* Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: profa.ellen.oliveira@live.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4728-5766>.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de Sepé Tiaraju. Líder indígena que lutou até a morte na disputa pela terra, herança de seu povo, na guerra guaraníca contra os portugueses e espanhóis nas Missões Jesuíticas nos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul. Segundo Lopes Neto (1998), José Tiaraju, conhecido por Sepé Tiaraju, após sua morte três dias antes da batalha de Caibaté, em 07 de fevereiro de 1756, foi homenageado pelos jesuítas que batizaram o Arroio onde à margem existia a sepultura do índio de “Arroio São Sepé”, indicado por uma cruz de madeira, e com a inscrição:

Em nome de todos os Santos  
No ano de Cristo Jesus de 1756  
A 7 de fevereiro  
morreu combatendo  
O grande chefe guarani Tiarajú  
em um sábado santo  
Subiu ao Céu dias antes que  
o grande chefe da Taba do Uruguai  
que morreu a 10 de fevereiro em quarta-  
feira combatendo contra um exército  
de 15.000 soldados.  
Aqui enterrado  
A 4 de março  
mandou levantar-lhe esta cruz  
o padre D. Miguel  
Descansa em paz  
(LOPES NETO, 1998, p. 227-228)

Embora não seja considerado Santo pela Igreja Católica, a partir dessa homenagem prestada pelos jesuítas, Sepé Tiaraju passa a ser conhecido e reconhecido como o santo popular São Sepé. Nome atribuído a um município no Rio Grande do Sul.

Também famoso, sob a ótica da herança literária deixada por Basílio da Gama, em *O Uruguai* (1769), mas, tal como aponta Bakhtin (1981), uma figura emblemática de um universo histórico, mítico e cultural que ultrapassa o âmbito dessa herança, ganhando independência tal que lhe permite circular por manifestações históricas, artísticas e literárias diversas. Uma dessas manifestações é *Sepé, o morubixaba rebelde* (1964), de Fernandes Barbosa, que integra um grupo de produções literárias que tem como propósito a contação a (re) contação da história do índio Sepé Tiaraju, já que por 144 anos a única versão literária conhecida era a de Gama.



Essas obras são *O lunar de Sepé* (1913), poema de Simões Lopes Neto, *Tiaraju* (1945), romance histórico de Manoellito de Ornella, *O continente* (1949), romance de Érico Veríssimo, *Sepé – o morubixaba rebelde* (1964), poema épico de Fernandes Barbosa, e *Sepé Tiaraju – romance dos Sete Povos da Missão* (1975), romance de Alcy Cheuiche, cuja versão é adaptada para histórias em quadrinhos. Nota-se, com tais produções, um movimento divisor de águas que abre caminhos para uma vasta produção artística cultural de reconhecimento e reafirmação do heroísmo do índio. Tanto que esse reconhecimento da atuação, da bravura e da coragem de Sepé Tiaraju é legalizado por lei nº12.032, de 21 de setembro de 2009, que determina:

O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10 Em comemoração aos 250 (duzentos e cinquenta) anos da morte de Sepé Tiaraju, será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Tiaraju, o Sepé Tiaraju, herói guarani missioneiro rio-grandense (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009)<sup>4</sup>.

Das obras citadas acima, *Sepé – o morubixaba rebelde* (1964) chama atenção, não só pela qualidade estética da obra que apresentam inovações dentro da concepção de épico moderno, mas, também, pelo fato de seu autor, Fernandes Barbosa, acusar Basílio da Gama de, em *O Uruguai*, “falsear a verdade histórica do herói indígena”.

José Basílio da Gama, poeta mineiro, e primeiro pelego nacional, desejando favores da Côrte, através, do ministro Sebastião José de Carvalho, escreveu o poema “O Uruguai”, enaltecendo Gomes Freire e José Joaquim Viana, falseando, subalternamente, a verdade histórica, em detrimento de Sepé Tiaraju (sic. FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 83)

Um dos leitores de Fernando Barbosa, Bras Camilo, ao ler o *Sepé – o morubixaba rebelde*, fez a seguinte crítica no Jornal:

Falando em história, ao ler *Sepé – o Morubixaba Rebelde*, confesso que tive uma decepção. Admirava o lírico José Basílio da Gama, da Marfiza cruel, como o mais lírico dos poetas líricos do Brasil. Não conhecia o poema de sua autoria “Uruguai”, no qual, torcendo e falseando a verdade, enaltece, em troca de favores, a Gomes Freire e José Joaquim Viana, em detrimento de Sepé Tiaraju. Mais de duzentos anos são passados e Fernandes Barbosa aponta-o agora como o primeiro pelego nacional. Bem feito. (BRAS CAMILO, In. *Jornal do Povo*, 1964).

<sup>4</sup> Disponível em: < [http://www.meuvademeconline.com.br/legislacao/leis\\_ordinarias/763/pagina\\_1/7/12-032-de-21-9-2009/](http://www.meuvademeconline.com.br/legislacao/leis_ordinarias/763/pagina_1/7/12-032-de-21-9-2009/) > Último acesso em dez. de 2015.

Assim, o poeta contestador irá recontar a história do herói e, baseado em uma pesquisa histórica, agir em defesa do índio, narrando em seus versos uma nova versão de Sepé Tiaraju. Do confronto entre as duas obras e das considerações sobre diversas implicações envolvidas no repertório cultural associado à figura de Sepé, transitaremos, aqui, pelo universo épico desse herói brasileiro.

No entanto, ficam duas perguntas iniciais: Fernandes Barbosa!? Quem foi esse poeta que, ao escrever *Sepé – o morubixaba rebelde*, ousou afirmar que Basílio da Gama, autor do reconhecido épico *O Uruguai*, falseou, subalternamente, a verdade histórica do índio herói Sepé Tiaraju dando-lhes ao público leitor uma versão maquiada e sob a ótica do colonizador?

Como poeta e mísero escriba, sou um anacoreta metido na selva de pedra de uma cidade, a pensar num mundo sem fronteiras, inteiramente diferente das tricas e lutas da vida estúpida do dinheiro. Um mundo onde os homens não se digladiassem por pedaços de terra. Não impusessem uns aos outros sistemas de vida, pela força. Um mundo onde as crianças, sem distinção de raças e de cores, pudessem brincar à sombra benfazeja da mesma bandeira, sem a eterna apreensão de serem esmagadas pelas patas dos quatro cavaleiros do Apocalipse, que se escondem nas estrebarias dos arsenais (FERNANDES BARBOSA, In. *Jornal do Povo*, 1981).

Para o cenário das letras brasileiras, Fernandes Barbosa deixou uma vasta produção literária. Durante a minha ida à Cachoeira do Sul - RS, para fins de pesquisa, consegui reunir: 14 livros - *Frutinha proibida* (1938), *Minhas flores de Jacarandá* (1944), *Os 'gatos' e o remédio* (1949), *Carreirada* (1954), *Figurinhas do Bazar* (1956), *Noite Feliz* (1958), *Súplica ao Negrinho do Pastoreio* (1959), *Cretino é quem toma de uma enxada* (1960), *Sepé – o morubixaba rebelde* (1964), *Para aonde marcha o Brasil?* (1978), *Tradição Relambória* (1984), *Preto e branco* (1986), *Trovas ao vento* (1986), *Esbôço de uma época* (1987); quatro contos - “A alma do pai tá de acordo?...”, “Crime e sentença”, “Tirada de castelhano”, e “O preço de um pecado”; crônicas - “Flor agreste brotada na pedra”, “O engolidor de caminhos”, além de mais de uma centena de poemas espessos e inéditos, datilografados e manuscritos.

### **SEPÉ – O MORUBIXABA REBELDE (1964) E A MATRIZ ÉPICA MODERNA**

O poema épico *Sepé - o morubixaba rebelde*, de Fernandes Barbosa, publicado em 1964, integra a matriz épica moderna. Quando a concebeu o poeta se incluiu no grupo de artistas e intelectuais modernistas que estavam mais voltados para o tradicionalismo, a geração de 45 ou neoparnasiana.

Conforme explica Anazildo Silva (2012), o que caracteriza a épica moderna é a elaboração literária da matéria épica, não que este caráter se restrinja apenas a essa matriz, pois

temos o exemplo da obra *Guesa* de Sousândrade, do século XX, pré-moderno, em que ele pega a estrutura mítica do *Guesa*, a estrutura mítica, um mito pré-colombiano, e a usa na concepção de Jung, como um arquétipo, para a representação histórica da colonização dos povos americanos (SILVA, 2012).

Trata-se de uma obra que faz refundir, na nova imagem de mundo da Modernidade, os referenciais históricos e simbólicos representados na épica clássica *O Uruguai*, na tentativa de resgatar e renovar o mito do herói Sepé Tiaraju, através da intervenção criadora da elaboração literária moderna, expandindo a aderência mítica desse herói, e reescrevendo os acontecimentos heroicos narrados no passado, na épica basiliense, contextualizando com a história contada no presente. Assim, fundem-se o presente e o passado, através da atemporalidade mítica, que acaba integrando um novo poema épico. Segundo Vasconcelos Silva (2007) as características do modelo épico moderno são:

A elaboração literária da matéria épica; a estrutura mítica como forma de representação histórica; o centramento do relato no plano literário; participação plena do eu-lírico/narrador no mundo narrado; dimensão temporal do presente unitário; uso da 1ª pessoa integrando o herói na instância de enunciação do eu-lírico/narrador; a construção de uma identidade heróica referencial que institui o herói metonímico; o recurso lírico da auto-referenciação e o narrativo da auto-contextualização; o diálogo intertextual; o encadeamento atemporal dos fatos históricos e a total liberdade rímica, métrica e estrófica (SILVA, 2007, p. 141).

Em *Sepé – o morubixaba rebelde* percebe-se uma elaboração literária da matéria épica, com feição mais moderna e já mais livre em relação à estrutura de uma obra épica clássica da literatura ocidental. O poema tem a estrutura mítica como forma de representação histórica do herói Sepé Tiaraju, centrando o relato no plano literário da obra. Nota-se também a participação plena do eu-lírico/narrador no mundo narrado, tamanha é a intimidade do poeta com o personagem heroico, o que vincula a obra ao presente temporal. É frequente o uso da 1ª pessoa, integrando o herói na instância de enunciação do eu-lírico/narrador, que se auto-identifica com o herói e o trata com evidente aproximação.

#### **A ESTRUTURA ÉPICA DE SEPÉ, O MORUBIXABA REBELDE**

Fernandes Barbosa ao escrever *Sepé - o morubixaba rebelde* assume a intenção épica, construindo o poema com os elementos de uma epopeia clássica, embora numa elaboração bem moderna, e construindo literariamente a matéria épica, fundindo referenciais históricos, que se referem a atuação heroica do índio Sepé Tiaraju durante a execução do tratado de Madri que culminou na guerra guaraníca, e com referenciais simbólicos do agenciamento desse herói no espaço mítico elaborado. Não há dúvidas de que o herói do poema é Sepé Tiaraju. Ele é o sujeito principal da narrativa, o ser mítico, que transita entre o plano histórico e maravilhoso.

O poema épico é composto por oito cantos, 818 versos decassílabos e distribuídos em sextilhas. Diferente de *O Uruguai* (1769), em que os cantos não são intitulados, o que é normal na tradição épica, no poema de Fernandes Barbosa os cantos são todos intitulados conforme os episódios do enredo, e essa já é uma estrutura moderna de épico. Assim: Canto I - Sepé e o berço natal; Canto II – O tratado de Madri; Canto III – A entrevista do pala com os bordados; Canto IV – O pacto com Gomes Freire, e a discordância de Valdelírios e a ingênua credulidade dos índios; Canto V – A invasão do território guarani; Canto VII – A batalha de Caibaté; Canto VIII - Ao vencedor, as batatas!.

Na abertura do poema é possível identificar a invocação patriótica, pois o poeta direciona seu fazer poético à cidade do Rio Grande, e isso demonstra o desejo de exaltar o heroísmo do guerreiro Sepé para que este venha a ser reconhecido, não só entre os gaúchos, mas também nacionalmente.

O poema traz uma invocação convocatória, ao entregar seus versos às mãos dos índios pampeanos, originados dos pampas, região da campanha no Rio Grande do Sul. São os “índios crus”, uma vez que o autor se propõe a retratá-los sem idealizações, que o poeta convoca para participar da matéria épica e/ou julgar seu poema, já que estes estão esboçados no poema como um retrato. Assim o eu-lírico/narrador chama o destinatário pátrio para construção de seus versos. Conforme se vê na invocação, o poeta desloca o eixo de produção, centrado na primeira estrofe, para o da recepção, na segunda estrofe, na qual destinatários estão presentificados, criando, assim, um efeito retórico de aproximação entre o escritor, obra e leitor.

No azinavrado vinte réis de cobre,  
Da rima tosca do meu canto pobre,  
- Pois não nasci um vate-uirapuru –  
Se pús, Rio Grande, o teu Sepé no verso,  
Cunhei a efígie, pelo seu reverso,  
Do grande taita que foi Languiru.

O meu vintém sem nenhum ornato,  
Que ponho agora, ás mãos dos índios crus,  
Apenas traz o esboço do retrato,  
Do pampeano perfil dos dois xirus.  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 8)

A invocação mescla a linguagem entre a indígena e a regional, a qual o poeta demonstra dominar muito bem. Quando diz “no azinavrado vinte réis de cobre”, o poeta refere-se a algo que já está ultrapassado, a moeda que traz estampada a face heroica de Sepé já está ultrapassada. Ao dizer, modestamente, “rima tosca” de seu “canto pobre”, o poeta refere-se ao metro

que utiliza para cantar o herói que é a sextilha decassílaba em rimas (AABCCB) que é o metro tipicamente popular utilizado desde os cancioneiros medievais e que é a sua preferência, pois não nasceu um “vate-uirapuru”, ou seja, um poeta de canto melodioso e encantador que cunhou a “Efigie” - significa a representação real ou simbólica de uma pessoa ou divindade – de Sepé, pelo seu “reverso” – lado oposto ao principal – “do grande taita” – valentão, corajoso – que foi Nicolau “Languiru”, o sucessor de Sepé Tiaraju após sua morte, que não chega a ser mencionado em *O Uruguai*, que narra que quem comandou os índios foi Cacambo (outro fato apontado como falso). Na segunda estrofe, o eu-lírico/narrador diz que seu “vintém sem o menor ornato”, ou seja, seu canto sem enfeites, e colocado “às mãos dos índios crus” para ser “esboço do retrato” do “pampeano perfil dos dois xirus”, a saber o esboço do retrato desses dois velhos companheiros, Sepé Tiaraju e Nicolau Languiru. Nota-se na invocação não há menção a Cacambo, que só será citado no início do poema, deixando evidente que ele não era o chefe da taba, conforme insinua o épico de Gama.

*Sepé – o morubixaba rebelde* apresenta uma proposição referencial nomeada em forma de poema, integrada no Canto I, (RAMALHO, 2013) “Sepé e o berço natal”, em que o poeta apresenta uma síntese do que se tratará no poema. Quanto ao centramento temático, a proposição está focada na figura do herói que é o guerreiro Sepé Tiaraju nos Sete Povos da Missão. Conforme se pode observar:

Na terra boa e fértil que era tua,  
Aperfeiçoando o arado da charrua,  
Para o labor das lutas pastoris,  
Tu – índio macho, Tiaraju valente –  
Fôste o supremo Chefe desta gente,  
Dos guapos, indomáveis, guaranis.

Ao lado de Cacambo, Caitetu,  
Pindó, Lindóia e Tatu-Guaçu  
– Que nunca desonraram teus brasões –  
Tu – meu Sepé, herói Morubixaba –  
Não foste, apenas, Chefe de uma taba,  
Foste o fanal divino das Missões.  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p.10)

Nota-se que aí, na proposição, já aparece Cacambo sutilmente colocado de princípio “ao lado de Caitetu, Pindó, Lindóia e Tatu-Guaçu”, ou seja, Cacambo será retratado como os outros índios valentes que lutaram ao lado de Sepé, e não como o chefe da taba, nem o herói épico como em *O Uruguai*.

O poeta contestador deixa bem claro que Sepé Tiaraju “Não foste, apenas, Chefe de uma taba”, mas “o fanal divino das Missões”, dando a ele desde início o lugar que é seu por história e, portanto, por direito. Assim, Fernandes Barbosa, no processo de criação, opta por focar a posição na imagem do herói, e deixa evidente a sua intenção de reescrita da história do índio.

Em relação ao plano maravilhoso, Fernandes Barbosa retoma a imagem mítica do índio Sepé Tiaraju, o guerreiro lunar. A inserção do personagem mítico no plano maravilhoso ocorre no Canto VI – “O Lançamento às costas do Rio Grande”, quando o lunar de Sepé misteriosamente aparece no céu após a morte do índio. Esse momento está retratado no fragmento abaixo:

Dobram os sinos pelo filho morto,  
Envolve-se as Missões no desconforto,  
O luto cobre as almas sofredoras!  
Da sua oposição ruíram-se as comportas,  
Os Sete Povos já não têm mais portas,  
Podem entrar as tropas invasoras.

Enquanto à noite o povo se estarrece,  
De joelhos cai, chorando numa prece,  
E logo a causa toda se advinha:  
No manto azul do céu todo estrelado,  
Pela primeira vez se vê gravado,  
Um cruzeiro de estrelas que não tinha.

(FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 97-108)

Sobre esse aspecto falaremos no próximo tópico de forma mais comparativa, mas adianta-se aqui que, em nota de rodapé, Fernandes, ao explicar o significado de “um cruzeiro de estrelas”, diz que “Era o lunar que Sepé trazia à testa e que, segundo a lenda, no ‘céu tomou posição’”. Ou seja, o poeta utiliza uma fonte mítica tradicional, uma vez que a imagem mítica foi extraída da tradição cultural. Sobre esse aspecto, Ramalho (2013) comenta que:

A figura do índio Sepé constitui um exemplo de imagem mítica diretamente captada da cultura – no caso a rio-grandense brasileira. Explorada também por outros escritores, como Alcy Cheuiche, por exemplo a imagem mítica de Sepé (tal como outras que integram o repertório cultural brasileiro) oferece-se portanto, como matéria épica. (RAMALHO, 2013, p. 124).

Em relação ao plano literário, percebe-se que o poeta, além de utilizar a estrutura de uma epopeia clássica, já aqui mencionado, é dotado de maior liberdade de criação na construção do

herói co-relacional, valendo-se dos recursos de transcendência textuais, como: *intertextualidade*, *paratextualidade*, *arquitextualidade*, *metatextualidade* e *hipertextualidade*.

Logo no primeiro Canto do poema, ao apresentar o herói Sepé Tiaraju, o poeta utiliza marcas intratextuais para caracterizar o herói, ou seja ele associa Sepé a vários outros herói famosos da tradição cultural: Deus, “São Miguel intrépido bagual”/ “fôrça hercúlea sobrenatural”/ “Herdeiro da nobreza dos entanhos” (p.12), “Como Moisés”(p.21), “altivez augusta” (p.35) e até “demônio” (p.58). Essa forma de superpor vários heróis na instância épica de representação do herói caracteriza a construção do herói correlacional.

Ainda no que diz respeito ao plano literário, o poeta recorre a vários paratextos para explicar os pretextos de seu poema e de sua exaltação a Sepé Tiaraju. Assim, os paratextos compõe a obra como um todo e servem como suporte para conduzir o leitor a uma compreensão mais profunda da história de Sepé, pois, para criá-lo está evidente que o poeta se aprofundou na história para poder contestá-la ao dialogar com *O Uruguai* de Basílio da Gama. Esses paratextos são os acessórios que compõem a obra como um todo: o título e subtítulo, o prefácio, legenda, ilustração e as notas de rodapé. Esses textos, que se posicionam além do poema, foram deixados, pelo poeta, à disposição do leitor para auxiliá-lo no seu entendimento da criação literária em si.

O título e subtítulo do poema de Fernandes Barbosa fornecem uma pista do assunto do qual tratará a obra. O título leva o nome do herói épico Sepé, e a partir dessa percepção o leitor é conduzido a uma compreensão de que o poema tem como foco principal a história do herói que integra a história cultural do povo do Rio Grande do Sul, e que foi representada na obra *O Uruguai* de Basílio da Gama. O subtítulo também é um tópico importante, pois ele sintetiza a forma como o poeta pretende cantar o índio em seus versos, ou seja, como um “morubixaba rebelde” e não como um índio idealizado à *la Rousseau*. Ou seja, Sepé o chefe dos índios que comandou a primeira rebelião nacional.

O poema *Sepé – o morubixaba rebelde* (1964) tem o respaldo de dois grandes conhecedores da história de Sepé Tiaraju: o escritor e historiador Manoelito de Ornellas, que escreveu o romance histórico *Tiaraju*, e prefaciou, sob o título de “Pórtico”<sup>5</sup>, o poema de Fernandes Barbosa; e o historiador Walter Spalding, que, escreveu o “Conversa desnecessária”<sup>6</sup>, também prefácio do poema.

“Conversa desnecessária” realça o desejo, a pretensão, de que, através do poema, o heroísmo de Sepé Tiaraju seja reconhecido. Walter Spalding aponta uma necessidade de consagração do heroísmo de Sepé Tiaraju na Literatura Brasileira, necessidade que, conforme suas palavras, parece ser suprida pela criação do épico de Fernandes Barbosa. E isso conduz a interpretar que, apesar de que o índio já havia sido retratado, em tom épico, em *O Uruguai*

<sup>5</sup> Ver Anexo A - Cópia do manuscrito do prefácio de *Sepé – o morubixaba rebelde*, intitulado “Pórtico” feito pelo escritor e historiador Manoelito de Ornellas.

<sup>6</sup> Ver Anexo B - cópia do manuscrito do prefácio de *Sepé – o morubixaba rebelde*, intitulado “Conversa Desnecessária” feito pelo historiador Walter Spalding.

por Basílio da Gama, o índio ainda não havia sido reconhecido e consagrado como deveria, ao ver dos críticos gaúchos. Como se pode ver em anexo, para Walter o poema está longe de ser considerado uma produção épica qualquer, mas uma “joia literária”, um “marco na literatura”, uma vez que cultuará, acima de tudo, a verdade histórica atribuindo ao índio seu verdadeiro valor histórico, social e cultural.

Os comentários críticos de Walter Spalding que integram o prefácio da obra, além de constituírem um paratexto também estabelecem uma relação de metatextualidade, que consiste em um comentário crítico sobre o poema. Tal recurso conduz o leitor a um posicionamento crítico direcionado em relação ao poema e ao heroísmo épico que será tratado.

Ao finalizar o texto de apresentação do poema, Fernandes Barbosa, deixa uma legenda que expressa bem a intenção de problematizar a ideia de verdade histórica do heroísmo indígena, quando afirma: “SOBRE O CORPO BRONZEADO DA VERDADE HISTÓRICA / O PALA ESFARRAPADO DO MEU VERSO”.

Outro elemento paratextual que merece comentário é a ilustração impressa antes dos versos de invocação que antecedem o poema. Trata-se de uma moeda que leva a imagem do herói Sepé Tiaraju desenhada, o que deixa mais evidente a intenção em construir um real sentido que valorize a história do herói, uma vez que Fernandes Barbosa parece acreditar que nos versos basilianos a imagem que mais parece ser valorizada é a do General Gomes Freire de Andrade, e não a do índio herói, ao menos não como merecia ser valorizada. Por esse motivo, o poeta lança mão de vários recursos para realçar o sentido de valorização indígena e cultural que ele pretende exaltar em seus versos.

Outros paratextos que contêm uma importante função pragmática para a compreensão e interpretação do poema épico são as notas de rodapés, que, por sinal, não são poucas, se considerarmos que o poema épico *Sepé - o morubixaba rebelde* foi editado com 83 páginas, com 8 cantos, sendo que cada os sete primeiros contêm duas estrofes de seis versos, e o último canto é um soneto. Nessa composição Fernandes Barbosa escreve 46 notas de rodapé, um número significativo considerando a proporção do poema épico, mostrando um vínculo com a tradição épica clássica, cujos recursos paratextuais eram comuns.

Tabela 1: Análise dos paratextos

| FUNÇÃO DA NOTA DE RODAPÉ     | Nº DA NOTA DE RODAPÉ   |
|------------------------------|--|
| Explicação histórica         | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 46. |
| Explicação geográfica        | 4, 21, 25, 31, 38.   |
| Explicação linguística       | 16, 17.  |
| Explicação sobre personagens | 1, 6, 8, 10, 11, 12, 23, 26, 27, 28, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45.   |
| Explicação sobre o enredo    | 9, 14, 15, 20, 22, 28, 30, 36, 41, 42.   |
| Explicação sobre lendas      | 42.  |



Apesar de ser um recurso natural do gênero épico, as notas de rodapé no épico de Fernandes Barbosa são fundamentais para uma compreensão mais acurada das revisitações históricas feitas pelo poeta, e justificam não só o plano histórico, mas também o literário e maravilhoso. Nessas explicações o poeta comenta, critica, explica e imprime suas impressões sobre a obra que cria, e paralelamente sobre a obra de Basílio da Gama, *O Uruguai*, com a qual Fernandes acaba estabelecendo um diálogo intertextual, enquanto dialoga, e hipertextual, no exercício de reescrita.

No paratexto, ou texto de apresentação da obra, intitulado “Antes do Nada”, Fernandes Barbosa deixa evidenciada a predominância da história em seus versos. Percebe-se nisso uma preocupação em buscar, resgatar e valorizar, na memória coletiva do povo gaúcho a imagem mítica do herói Sepé Tiaraju, quando ele diz:

O modesto trabalho que hoje incorporo às letras xucras do pago, entregando-o à curiosidade do público leitor, talvez – aos olhos dos leigos – possa desfilhar como um poema épico, adornado de flores da poesia agreste, e através do qual – enaltecendo a altivez e o espírito rebelde da nossa gente, sempre inamalgável aos desmandos e à prepotência domadores estranhos ao nosso chão – procuro, acima de tudo, dar simbolismo nativo à figura inconfundível de Sepé Tiaraju, cada vez mais redivivo, no coração intemorato do Rio Grande (FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 07).

Adiante ele diz:

Mas, a visão panorâmica e versátil dos entendidos, à experiência analítica dos críticos exigentes, eternos esvurmadores de claudicâncias literárias, acredito que não passe despercebido a falha involuntária em que incidi, permitindo, em algumas passagens, uma certa predominância da história sobre a poesia (BARBOSA, 1964, p. 07).

Percebe-se o caráter auto/ reflexivo do autor em relação à sua escrita literária, e especificamente ao texto histórico que ele utiliza para confirmar sua escrita. Ao mesmo tempo o autor, questiona a própria história da Guerra Guaranítica, o lugar do herói Sepé Tiaraju nessa história e como ela foi contada por Basílio da Gama na obra *O Uruguai*.

Se tal acontecer – e forçosamente acontecerá – eu me curvarei à evidência dos fatos, explicando que não vacilei em sacrificar a poesia em benefício da história, admitindo, em verdade, em várias sextilhas, que esta sobrepujasse àquela, sem prejudicar o verde-amarelismo da essência que, no caso, é SEPÊ – paradigma do caudilhismo dirigente, fruto e semente, raiz, planta e flor da primitiva terra do Rio Grande! (FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 07).

Percebe-se que o poeta acaba assumindo, nesse contexto, aquilo que seria a tarefa do historiador, e conforme diz Gagnebin tal tarefa se dá a partir da necessidade de lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Fernandes Barbosa tentará mostrar em seu poema a verdade histórica sob sua ótica moderna e atualizada dos fatos históricos.

Essa concepção de historiografia semelhante à que Gobbi fala ser a de Hegel, ou seja, aquela capaz de, através da linguagem, tentar “dar conta” do real. E isso acaba confundindo, de certa forma, os limites entre linguagem e realidade (GOBBI, 2004, p. 42), e no caso do poema, a relação dialógica entre história e ficção.

Fernandes Barbosa, ao classificar sua produção literária como um poema, e deixar essa taxonomia explícita na capa de sua obra, deixa o leitor ciente da identificação genérica de sua criação literária. Assim, o leitor, em primeira instância, ao se deparar com tal classificação tem uma noção, antes mesmo de começar a folhear a obra, que está diante de um poema, e não um livro de história, romance, um ensaio, etc. E, como diz Genette (2010), essa classificação é importante, pois a percepção do gênero em larga medida orienta e determina o horizonte de expectativa do leitor e, portanto, da leitura da obra (GENETTE, 2010, p. 17).

Partindo do conceito de hipertextualidade batizado por Genette (2010) entende-se por hipertexto toda relação que une um texto B, *hipertexto*, a um texto anterior A, *hipotexto*, *Sepé, o morubixaba rebelde*, além de conter as transcendências textuais já comentadas aqui, será classificado como um hipertexto. *Sepé - o morubixaba rebelde* de Fernandes Barbosa é o texto B, e *O Uruguai* de Basílio da Gama é o texto A, ou seja, a primeira versão.

Para tal consideração, é só pensar a noção de texto de segunda mão ou texto derivado de outro texto preexistente, e na relação em que o texto B fale de A, e também cuja existência de B dependa da existência de A. E isso não implica na qualidade literária de ambos, até porque, como explica Genette (2010), a hipertextualidade é uma característica universal evidente da literariedade, ou seja, ser hipertextual é um caráter próprio da obra literária. Claro que algumas são mais hipertextuais que outras, dependendo do grau e leituras em que é perceptível que algumas obras evoquem outras, logo todas as obras literárias são hipertextuais (GENETTE, 2010, p. 24).

A percepção da intertextualidade vai depender da atividade hermenêutica do leitor. No poema de Fernandes Barbosa, não há dificuldades para perceber essa relação que a obra estabelece com o poema épico *O Uruguai*, pois a sua intenção hipertextual está evidentemente declarada em seus paratextos, arquitextos, metatextos, e intertextos.

### SOBRE O HEROÍSMO ÉPICO

Em relação ao heroísmo épico, a obra de Fernandes Barbosa adianta algumas características do épico pós-moderno, em relação à forma como se dá a construção do herói correlacional. Ou seja, para criar a identidade heroica o poeta agrega à imagem do herói várias imagens de heróis famosos no universo cultural, tais como o guerreiro São Miguel Arcanjo, o herói grego Hércules, o líder bíblico Moisés, o Rei Augusto, e até o Demônio, por exemplo. O poeta, no ato de criação, faz uma superposição desses heróis para construir a imagem de seu Sepé, um morubixaba rebelde, mescla de santo e demônio. Esse recurso cria o herói correlacional.

Quanto a forma que o herói se apresenta no épico, temos um heroísmo mítico individual, centralizada na figura lendária do Sepé Tiaraj, chefe e inconfundível líder da Taba:

De São Miguel intrépido bagual,  
De força hercúlea sobrenatural,  
Herdeiro da nobreza dos antanhos,  
A cavalgar os sôfregos corcéis,  
Te entregavas às lutas sem quartéis,  
Contra os ladrões de glebas e rebanhos.  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 12)

Outra característica que realça o protagonismo heroico do índio é o seu discurso, destacado pelo autor para dar ênfase à voz do índio, que aparece pouco em *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama. Vejamos um trecho que o índio recusa à vassalagem e servidão colonial:

Ao te pedirem que boleasse a perna,  
Para beijar, num gesto de consterna,  
A mão do general com devoção,  
Respondeste ao intérprete crinado:  
**- Por que beijar a mão do botocudo,  
Invasor do meu lar, do meu torrão?!**

**- O exército espanhol voltou em paz  
E espero que daqui também te vás,  
Levando suas armas imperiais.**

- Ao índio diga que ele é um selvagem!  
E Sepé desprezando a vassalagem:  
**- Diga-lhe que sim, e êle muito mais!**  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p.32 – grifo do poeta)

Em relação ao percurso heroico, o índio transita do plano histórico para o maravilhoso, quando incorpora a identidade dos vários heróis, aqui já citados. Dentre eles, os principais são os heróis da fé Moisés e Jesus Cristo da tradição Judaico-cristã. A terra indígena é comparada à Canã, Terra Prometida aos hebreus, terra da fartura, que manava leite e mel. Diferente do herói bíblico, Moisés que teve a missão libertar o povo de Israel da Terra do Egito e da escravidão de Faraó e levar o povo de Deus à terra prometida, o índio se vê na missão de levar seu povo à escravidão e/ou expulsão das suas terras, com a execução do Tratado de Madri. Vejamos abaixo um fragmento:

Ao passo que a Colônia lusitana,  
Que despertara a gula castelhana,  
E à esquerda do Prata as águas fita,  
Não poderia nunca interessar  
A Sepé que teria que emigrar,  
Como Moisés e o povo israelita.  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 21)

O índio assim como Moisés era gago e legislador, mas, como vimos no poema Sepé parece demonstrar um discurso racional e fluente, além de um lutador para fazer valer os direitos de seu povo, como canta o eu-lírico:

Corregedor sem manchas e sem medo,  
Levaste à cara dos mandões o dedo,  
Sem temer a presilha dos arrochos,  
Dizendo alto ao general do trono,  
Que esta terra, em verdade, tinha dono,  
Exímio domador de queixos rochos.

Cadê, meu Deus, os sóbrios Tribunais,  
Onde Sepé pudesse gritar mais,  
Contra o cruel Tratado desumano?!  
Mas o real mandado de despejo  
Era de Judas o tisonado beijo,  
Para mostrar do pago soberano.  
(FERNANDES FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 25)

A aderência mítica principal, ocorre quando o índio é comparado à imagem de Jesus Cristo, que se torna o ponto de exaltação máxima da figura do índio, que assim como o Messias enfrentou o seu calvário pela causa do povo:

Se julgavam-te as Côrtes índio guaxo,  
Demonstraste em seguida que eras macho,  
Inconfundível guasca do torrão,  
Que soube erguer no topo do Calvário,  
Nosso primeiro grito tumultuário,  
Comandando a primeira rebelião.  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p.27)

Mais adiante ele cita a condenação do índio Sepé à Cruz, pelos padres Jesuítas e pelos colonizadores, tal como Jesus que foi condenado por políticos e religiosos de seu tempo:

Teus santos eram bons e milagrosos,  
Mas deles se esqueceram os poderosos,  
Te condenaram ao peso dessa cruz,  
E pondo à calva as garras miseráveis,  
Talvez aquelas mãos abomináveis,  
Que ergueram troncos pra surrar Jesus.  
(FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 49)

Quanto à ação heroica, o que marca a transição do herói do plano mítico para o maravilhoso, e o consagra como herói épico, são os feitos redentores que ele faz durante sua jornada épica na tentativa de defender as terras indígenas dos invasores coloniais. Vejamos abaixo aparição do índio após, três dias de morto, enfrentar seu Calvário e condenado a uma cruz simbólica, pois morreu lutando e recebendo um lançaço às costas, pelo “Satanás dragão”, o Joaquim Viana, Governador de Montevideú, e vanguardeiro do exército espanhol:

No céu do pago teu lunar brilhando,  
Parece até que aos índios apontando,  
Mostra o caminho exato do dever,  
E pela voz de enúbias que retinam,  
Agora todos eles se aglutinam,  
No derradeiro anseio de vencer,

Inda tem dono a terra missioneira:  
É Languiru que toma da bandeira,  
Do sonho libertário de Sepé,  
Da qual à sombra leva, a descoberto,

Os índios pra chacina que vem perto,  
Da batalha imortal do Caibaté.

De luto já três dias são passados,  
Quando abatidos e desarvorados,  
Num pôr de sol de dor e de saudade,  
Os índios descem pelos descampados,  
E de Castela caem sôbre os soldados,  
Num delírio final de liberdade.

(FERNANDES BARBOSA, 1964, p. 71-72)

Temos a aparição do índio Sepé, no céu “indicando o caminho exato do dever”, de morrer lutando pela causa edificante. Lembrando quando Cristo apareceu a seus discípulos, três dias após de morto, em ressurreição, ordenando: “Ide por todo mundo e pregai o evangelho”. Diferente dos discípulos de Cristo, os índios resistem lutando a ter que deixar a sua terra, mas semelhante aos seguidores do Messias são fiéis à ordem do líder. No épico, o canto termina com Languiru “levando os índios ao suicídio”, que teve como consequência a chacina de mil e quinhentos guaranis.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sepé, o morubixaba rebelde* é o que Genette (2010) chama de obra palimpsesta ou uma escrita de segunda mão. Já que a primeira obra *O Uruguai*, foi raspada para criação de uma nova. Podendo, no entanto, ler-se a antiga sobre a nova.

Entendido assim, como uma escrita de segunda mão, ou um palimpsesto, *Sepé - o morubixaba rebelde* não seria escrito dessa forma contestadora, se não existisse *O Uruguai*, de Basílio da Gama. Percebe-se aí uma relação de dependência textual, em que a leitura prévia do poema de Basílio da Gama é um requisito para compreensão plena do poema de Fernandes Barbosa, o que não significa dizer que ambas não podem ser lidas isoladamente. Ao contrário, as duas obras têm qualidades artísticas ímpares e individualizadas, e expressam bem a filosofia, ideologia e visão artística de seu tempo. Só que a leitura de ambas, de forma dialógica, enriquece o senso crítico e a compreensão sobre a visão artística dos autores sobre o herói Sepé.

A reescrita da história heroica de Sepé Tiaraju faz considerar que ocorre um processo de transformação do texto A no texto B, isto é, ocorre *emulação*. Pois trata de uma reescrita que preza pela diferença, não somente a semelhança. Temos aí a mimese não somente pela imitação, mas pela emulação. Uma vez que, ao mesmo tempo em que, Fernandes Barbosa reescreve a história, criando um novo canto épico para valorização do índio Sepé Tiaraju.

## REFERÊNCIAS

## BIBLIOGRAFIA LITERÁRIA

FERNANDES BARBOSA, N. **Sepé**, o morubixaba rebelde. Porto Alegre - RS: Tipografia Santo Antônio – Pão dos pobres, 1964.

LOPES NETO, S. São Sepé. In. **Contos Gauchescos & Lendas do Sul**. Porto Alegre-RS: L&PM, 1998, p.227-234.

## BIBLIOGRAFIA TEÓRICO-CRÍTICA

ACCIOLY, M. **Latinomérica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

ANDERSON, B. R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, P. H. de M. As Reformas Pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações. PUCRJ: **IX Congresso Nacional de Educação - EDUCARE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 26 a 29 de out. 2009.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1993.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora F. Bernardini et al. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 397-428.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, R. de O. **A poética Clássica**: Aristóteles, Horácio, Longuino. Trad. BRUNA, Jaime. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

CANDIDO, A. **Na sala de aula**: caderno de análise literária. 9.ed. Editora Ática, 1984.

CANDIDO, A. **Iniciação à Literatura Brasileira**. São Paulo: Humanitas Publicações - FFLCH/USP, 1999.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 1750-1880. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.

CARVALHAL, T. F. **Literatura Comparada**. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 2006.

COUTINHO, A. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

DERRIDA, J. **Posições**. Tradução de Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do passado. *In: Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. 1. ed. 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 04.

GENETTE, G. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Tradução de Cibele Braga et al. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. *In: LIMA, L. C. (Coord., sel., notas). A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRISTEVA, J. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LIMA, L. C. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, L. C. **O Fingidor e o Censo**: no Ancié Régi me, no Iluminismo e hoje. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1988.

LIMA, L. C. **O controle do imaginário**: razão e imaginação nos tempos modernos. 2 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989.

LUGON, C. **A república Comunista Cristã dos Guaranis (1610-1768)**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra LTDA, 1968.

MASSAUD, M. **Dicionário de termos literários**. Cultrix, São Paulo, 2004.

MILNER, A. Estudos Culturais. *In: WILLIAMS, R. Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 420-27.

NEIVA, S. **Avatares da epopeia na poesia brasileira do final do século XX**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

NEJAR, C. Arcádia e os poetas mineiros no século XVIII – Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *In: História da Literatura Brasileira*: da carta de Caminha aos Contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011, p. 77-8.

NITRINI, S. **Literatura Comparada**: história, teoria e crítica. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2010.

NUNES, C. T. da F. de M. **A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1972**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

NUNES, R. A. **Nas sombras da Libertinagem**: Francisco de Melo Franco (1757-1822) Entre Luzes e censura no mundo Luso-Brasileiro. Niterói, Dissertação de Mestrado em História da UFF, 2011.

OLIVEIRA, L. E. (org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.



PERRONE-MOISÉS, L. **Vira e mexe nacionalismo**: paradoxos de nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

PROENÇA FILHO, D. José Basílio da Gama. In: **Roteiro da poesia brasileira**: Arcadismo. São Paulo: Global, 2006.

RAMALHO, C. **Vozes Épicas**: história e mito segundo as mulheres. Rio de Janeiro: Tese de doutorado da UFRJ, 2004.

RAMALHO, C. **Poemas Épicos**: estratégias de leitura. Rio de Janeiro: Uapê, 2013.

ROUSSEAU, J-J. **O Contrato Social**: Princípios do diretório político. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, S. G. dos. **Sepé Tiaraju, herói literário**: Figurações da identidade. Dissertação de Mestrado em Letras. Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

SILVA, A. V. da; RAMALHO, C. **História da Epopéia Brasileira**: teoria, crítica e percurso. Vol-1. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SILVA, A. V. da; RAMALHO, C. **História da Epopéia Brasileira**: da origem ao século XVIII. Vol-2. Aracaju: Artner, 2015.

SILVA, J. N. de S. **Obras Poéticas de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga (Alcindo Palmireno)** colegiadas, anotadas e precedidas de juízo crítico dos escritores nacionais e estrangeiros e de uma notícia sobre o autor e suas obras e acompanhadas de documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva. Tomo 1. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1864.

SOETHE, P. A. Literatura e mimese. In: **Literatura Comparada**. Curitiba: IESD Brasil S.A, 2009.

SOUZA, L. M. T. M. de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: JÚNIOR, B. A. **Margens da Cultura** – Mestiçagem, Hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

TAVARES, H. **Teoria Literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

TEIXEIRA, I. **Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica**: Basílio da Gama e a Poética do encômio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

#### DISSERTAÇÃO

OLIVEIRA, E. dos S. *O herói Sepé em duas versões*: O Uruguai e Sepé – o morubixaba rebelde. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe-UFS, 2016.

#### ARTIGOS DE JORNAIS

AZEVEDO JR., J. L. B. Aplausos a um poeta. In: **Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul – Rio Grande do Sul, 1964.

AZEVEDO JR., J. L. B. – Modernismo é um retrato do túneo: só se enxerga o oco. In: **Jornal do Povo**, 1981.

GAMA DE BEM, Belchior. Letras da cidade em 1964. In. *Jornal do Povo*. Cachoeira do Sul – Rio Grande do Sul, 1965.

MACHADO, F. G. Carta ao poeta Fernandes Barbosa. In: **Jornal do Povo**.

SARAIVA DE ALMEIDA, N. S. E morrera Fernandes Barbosa! In: **Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul – Rio Grande do Sul, 1988.

#### PALESTRAS E CONFERÊNCIAS EM VÍDEO:

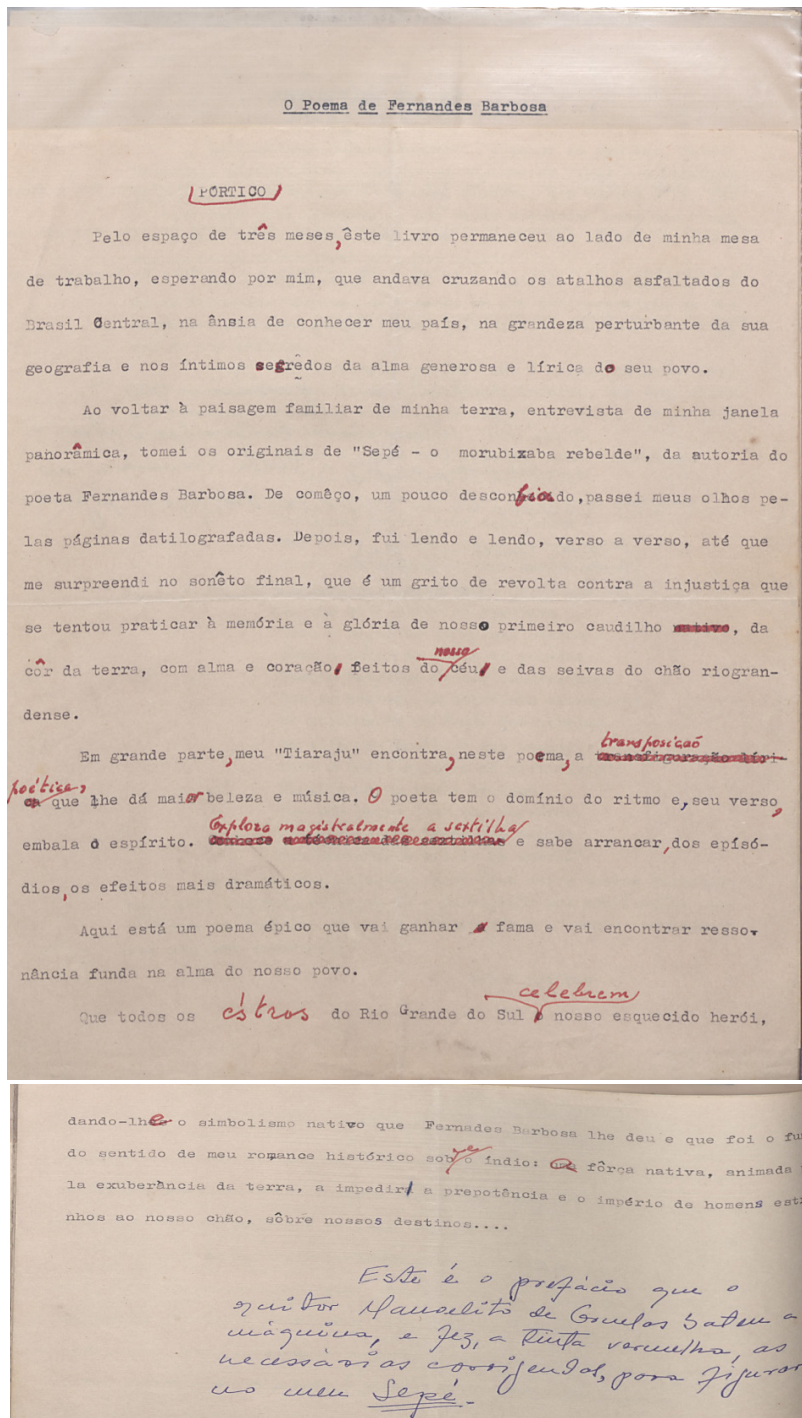
NEIVA, S. Tensões em torno da poesia épica na modernidade. Palestra proferida no **10º Ciclo de Conferências: A Epopeia Revitalizada**. Rio de Janeiro, 2012. Último acesso em julho de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eazuynYLN8s>>.

SILVA, A. V. da. Épicos brasileiros da contemporaneidade. Palestra proferida no **10º Ciclo de Conferências: A Epopeia Revitalizada**. Rio de Janeiro, 2012. Último acesso em setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CKvcfQBVBH4>>.

Recebido para publicação em 19 dez. 2018.

Aceito para publicação em 30 jul. 2019.

**ANEXO A - CÓPIA DO MANUSCRITO DO PREFÁCIO DE "SEPÉ - O MORUBIXABA REBELDE", INTITULADO "PÓRTICO" FEITO PELO ESCRITOR MANOELITO DE ORNELLAS. <sup>7</sup>**



<sup>7</sup> A versão original encontra-se no Museu Municipal Edyr Lima, em Cachoeira do Sul – Rio Grande do Sul. Tive acesso em 08 – 2015.

**ANEXO B - CÓPIA DO MANUSCRITO DO PREFÁCIO DE "SEPÉ - O MORUBIXABA REBELDE", INTITULADO "CONVERSA DESNECESSÁRIA" FEITO PELO HISTORIADOR WALTER SPALDING.<sup>8</sup>**

CONVERSA DESNECESSÁRIA.

A época presente, para quem, como nós, já ultrapassou os sessenta, é toda de desencanto, materialmente falando. E às vezes também intelectualmente. Sentimo-nos como numa encruzilhada de três bocas, acampados num rancho sem saber que fazer. E temos a nítida intuição de ~~que~~ estamos sobrando no mundo.

Entretanto, de quando em quando, um sol diferente bate à nossa porta e penetra na humildade esquecida de nosso rancho. Um solzito amigo ~~nos~~ vem dizer que nem tudo está perdido. Que ainda há alma, ~~que~~ ainda há sentimento, ~~que~~ ainda há patriotismo, ~~que~~ ainda se estuda, se pensa e se medita por estas encruzilhadas modernas que cruzam e recruzam nossa terra. Ainda aparecem, para nos iluminar a vida <sup>em aleluia</sup> ~~que se vai indo~~, escritores e poetas ~~que~~ <sup>com</sup> raízes bem cravadas na terra maravilhosa de nosso pago.

E foi justamente num momento de maior desalento, <sup>no instante</sup> ~~no instante~~, em que, por todos os lados a demagogia, a incompreensão e a mentira ostentam aos ventos gaúchos suas bandeiras nefastas, que recebemos, pelo correio, um pacotinho com os originais de novo poema de Fernandes Barbosa: SEPÉ - O MORUBIXABA REBELDE.

Ontem, em momento azado, este delicado e delicioso poeta nos mandara os originais de SÚPLICA AO NEGRINHO DO PASTOREIO, que depois publicou, e que é, na realidade, um dos mais belos poemas ao lendário Negrinho amigo.

Hoje, SEPÉ - O MORUBIXABA REBELDE, um canto de glória ao Rio Grande do passado, ao velho Rio Grande semi-espanhol <sup>por que</sup> dirigido pelos jesuítas sob a bandeira de Espanha. Mas nosso sempre, pela continuidade da terra, pelo amor de nossa gente àqueles tratos missioneiros, que legou à nossa história, como primeiro homem de sentir telúrico - ~~que~~ ~~foi~~ SEPÉ TIARAJU, - o sanluisenense, corregedor de sua terra nativa.

E que belo poema! Telúrico como o índio taura <sup>rebelado</sup> ~~que se rebelou~~ contra os padres, contra Castela e, por fim, contra os Lusos por injunções da própria marcha dos acontecimentos de então.

Fernandes Barbosa deu-nos, assim, um poema heroico consagrando a figura invulgar do índio intrépido que preferiu a morte à escravidão, daquele "São Jorge em cerne das Missões", conforme o proclama o grande poeta Aureliano de Figueiredo Pinto (Romances de Estância e Querência - II - Armorial de Estância e outros poemas - 1963), em versos candentes e cantantes, ambos.

Sepé está redivivo no poema de Fernandes Barbosa, que, fascinantemente,

<sup>8</sup> A versão original encontra-se no Museu Municipal Edyr Lima, em Cachoeira do Sul - Rio Grande do Sul. Tive acesso em 08 - 2015.